



POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA UM INTERIOR FORTE

NOVO30
A GENTE RESPEITA O BRASIL 

O FUTURO COMEÇA NO INTERIOR

Diagnóstico, projetos e
compromissos para
transformar o interior paulista

30.230

Candidato a Deputado Estadual 2026

CAVUTO

GESTÃO PÚBLICA | DESENVOLVIMENTO REGIONAL | RESULTADOS



INTEGRAÇÃO
REGIONAL



CRESCIMENTO
SUSTENTÁVEL



PARCERIAS
EFICIENTES



QUALIDADE DE VIDA
PARA TODOS



UM PLANO PARA REALIZAR

20 capítulos transformados em prioridades claras para o mandato

Este documento resume o projeto completo “O Futuro Começa no Interior”. A proposta parte de uma ideia simples: o interior paulista tem produção, conhecimento, universidades, hospitais, água, energia, empresas e qualidade de vida. O que falta é conectar esses ativos, preparar projetos e fazer a região disputar investimentos com escala.

“Nenhuma cidade precisa perder sua identidade. O objetivo é fazer cada município desenvolver sua vocação dentro de uma estratégia regional comum.”

O QUE CAVUTO LEVA PARA ESSA MISSÃO

EXPERIÊNCIA

Projetos complexos, equipes, orçamento, crédito, habitação e desenvolvimento de negócios.

ESCALA REGIONAL

Aos 24 anos, assumiu responsabilidades em 14 estados, aprendendo a integrar equipes e realidades diferentes.

EXECUÇÃO

Planejamento com responsável, prazo, fonte de recurso, indicador e cobrança de resultado.

A TESE CENTRAL

O deputado estadual deve fazer mais do que distribuir emendas. O mandato pode legislar, fiscalizar, disputar prioridades no orçamento, articular o Governo do Estado e organizar municípios em torno de projetos estruturantes.

INTEGRAÇÃO REGIONAL

RESULTADOS

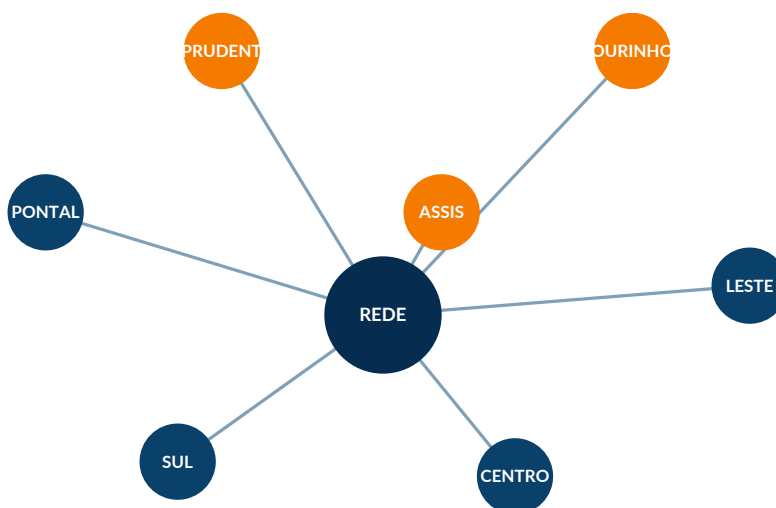
TRANSPARÊNCIA

PRESENÇA NO INTERIOR

INTEGRAR O INTERIOR

Ganhar escala sem tirar a autonomia das cidades

O primeiro passo é substituir a lógica de municípios isolados por uma rede de cooperação. Serviços especializados, inteligência de dados, projetos de infraestrutura e atração de investimentos ganham eficiência quando cidades próximas trabalham com objetivos comuns.



O QUE MUDA

- Escritório Regional de Projetos
- Observatório de dados e indicadores
- Consórcios com regras claras
- Compras e equipes compartilhadas
- Polos irradiando serviços e conhecimento

COMO MEDIR

- Jovens permanecendo ou retornando
- Empregos e renda em crescimento
- Empresas agregando mais valor
- Projetos regionais captando recursos
- Serviços chegando às cidades menores

Princípio: integrar não é centralizar. É decidir em conjunto aquilo que nenhuma cidade consegue resolver sozinha, preservando a execução local.

SAÚDE, PROTEÇÃO E SEGURANÇA

Cuidado mais perto, rede especializada e prevenção

A região precisa funcionar como uma rede de cuidado contínuo: porta de entrada próxima, referência especializada bem organizada e retorno do paciente ao município de origem. A mesma lógica vale para proteção social, TEA, mulheres, saúde mental, segurança e defesa civil.

25

municípios atendidos pelo Hospital Regional de Assis

124

leitos de internação informados

1 REDE

UBS → especialidades → hospital → retorno

SAÚDE REGIONAL

Protocolos regionais entre atenção básica, AMEs e hospitais; telemedicina; indicadores de filas, produção, ocupação e deslocamentos.

TEA E PROTEÇÃO SOCIAL

Centro regional de referência em TEA, equipes itinerantes, gestão de casos, transporte social e apoio contínuo às famílias.

MULHERES E SAÚDE MENTAL

Casa da Mulher em Rede, proteção de risco, autonomia e moradia segura; rede regional de saúde mental e fluxos de crise.

SEGURANÇA E RESILIÊNCIA

Observatório de segurança, endereço rural seguro, segurança viária, contingência regional, prevenção a incêndios e resposta integrada.

HABITAÇÃO E CIDADES COMPLETAS

Moradia conectada ao trabalho, à escola, à saúde e à cidade

A política habitacional não pode ser medida apenas pelo número de unidades entregues. O objetivo é construir bairros completos, regularizados e conectados, com infraestrutura, mobilidade, serviços públicos e segurança jurídica.

DA DEMANDA À ENTREGA

1

DIAGNÓSTICO
cadastro, risco,
terrenos

2

PROJETO
engenharia e
licenças

3

RECURSO
programas,
crédito e PPP

4

OBRA
infraestrutura e
moradia

5

BAIRRO
serviços e
manutenção

CARTEIRA REGIONAL

Projetos permanentemente prontos para que cidades menores não percam oportunidades por falta de documentação.

REGULARIZAÇÃO

Regularização fundiária, melhorias habitacionais e urbanização em escala regional.

SOLUÇÕES DIVERSAS

Novas unidades, melhorias, lotes, locação, retrofit e PPPs quando houver vantagem comprovada.

Compromisso: moradia digna não termina na porta da casa. A política habitacional deve aproximar família, emprego, transporte, escola, saúde e oportunidades.

ECONOMIA, EMPREGO E PRODUÇÃO

Agregar valor aqui para fazer renda e investimento ficarem aqui

O interior produz muito, mas parte relevante do valor sai do território como matéria-prima. A estratégia econômica combina industrialização, agroindústria, fornecedores locais, pequenos negócios, turismo e qualificação profissional.

CADEIA DE VALOR REGIONAL



INDÚSTRIA E INVESTIMENTO

Apresentar o Vale e o Pontal como território integrado, com infraestrutura, mão de obra, fornecedores, universidades e previsibilidade para novos investimentos.

AGROINDÚSTRIA E COOPERATIVISMO

Distritos agroindustriais em rede, agricultura familiar, laboratórios, bioenergia, cooperativas e pacto de fornecedores locais.

TRABALHO E TALENTOS

Qualificação vinculada às vagas, aprendizagem e estágio, retorno de profissionais, empreendedorismo assistido e carreira no interior.

TURISMO E CULTURA

Rotas integradas de águas, natureza, memória, ferrovias, gastronomia e cultura, com promoção conjunta e medição de renda e visitação.

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Transformar corredores de passagem em plataformas de desenvolvimento

Rodovia, ferrovia, hidrovía, aeroporto, vicinais e conectividade precisam funcionar como um único sistema. A prioridade é reduzir tempo, custo, risco e isolamento, conectando produção e pessoas aos principais mercados.

R\$ 5,86 bi

investimentos previstos no Lote
Paranapanema

285 km

extensão da concessão iniciada em
2026

SP-270

espinha dorsal regional

RODOVIAS E VICINAIS

Fiscalizar concessões, atacar acessos e travessias, recuperar vicinais e resolver a última milha produtiva e social.

FERROVIA COM VERDADE TÉCNICA

Auditar situação jurídica, demanda, engenharia e modelo financeiro antes de anunciar reativação do corredor histórico.

HIDROVIA E TERMINAIS

Estruturar estudos de viabilidade para a interface hidroviária e terminais multimodais, especialmente no eixo de Presidente Epitácio.

AEROPORTO E CONECTIVIDADE

Proteger a conectividade aérea de Presidente Prudente, articular aeródromos e ampliar conectividade digital e rural.

CONHECIMENTO, ÁGUA E INOVAÇÃO

Talentos e recursos naturais como infraestrutura do futuro

O desenvolvimento de longo prazo exige duas infraestruturas que não podem ser tratadas separadamente: conhecimento e segurança ambiental. Universidades, escolas técnicas, laboratórios, água, energia e biodiversidade devem gerar oportunidade com responsabilidade.

REDE REGIONAL DE TALENTOS

Mapa de competências, portal de estágios e empregos, laboratórios compartilhados, residência de inovação pública, retorno de especialistas e formação conectada às cadeias produtivas.

GOVERNO DIGITAL

Serviços digitais compartilhados, processos eletrônicos, observatório de dados, cibersegurança, inclusão digital e conectividade rural.

SEGURANÇA HÍDRICA

Planejamento por bacias, projetos de saneamento e drenagem, uso eficiente da água e preparação para secas, enchentes e mudanças climáticas.

BIOECONOMIA E BAIXO CARBONO

Biogás, biometano, economia circular, aproveitamento de resíduos, corredores de restauração e projetos ambientais financiáveis.

Direção: formar pessoas para as oportunidades que queremos atrair e usar os ativos naturais sem comprometer a capacidade das próximas gerações.

DO PROJETO AO ORÇAMENTO

Planejar, financiar, fiscalizar e prestar contas

Uma proposta só ganha credibilidade quando define entrega, responsável, prazo, custo, fonte de recurso, risco e indicador. O mandato deve transformar prioridades em uma carteira madura e usar todas as atribuições parlamentares para fazê-la avançar.

CARTEIRA DE PROJETOS

- Estudo e projeto executivo
- Licenciamento e área definida
- CAPEX e custo de operação
- Fonte de financiamento
- Matriz de riscos
- Indicadores de resultado
- Painel público de execução

MANDATO COMPLETO

Legislar: criar instrumentos regionais.
Orçar: atuar no PPA, LDO e LOA.
Fiscalizar: contratos, metas e serviços.
Representar: presença nos polos, escuta e devolutiva.
Emendas: critérios públicos e projetos estruturados.

FONTES A MOBILIZAR

ORÇAMENTO ESTADUAL

FUNDOS PÚBLICOS

BNDES / CAIXA

PARCERIAS

RECEITAS DE PROJETOS

Prestação de contas por resultado

Painel trimestral e relatório anual com projetos, votações, emendas, fiscalização, execução financeira, entregas e justificativas quando uma meta não avançar. O eleitor acompanha não apenas quanto foi indicado, mas o que foi entregue.

10 COMPROMISSOS PARA O INTERIOR

A carteira completa é detalhada no projeto integral; aqui estão as entregas que organizam o mandato

1

PROJETOS PRONTOS

Escritório Regional + banco de projetos + painel público.

2

SAÚDE EM REDE

Protocolos regionais, TEA, saúde mental e menos deslocamentos.

3

TALENTOS AQUI

Estágios, laboratórios, qualificação e retorno de profissionais.

4

PRODUÇÃO COM VALOR

Agroindústria, indústria, cooperativas e fornecedores locais.

5

MORADIA COMPLETA

Habitação, regularização, melhorias e bairros conectados.

6

LOGÍSTICA QUE FUNCIONA

Vicinais, concessões, ferrovia auditada, aeroporto e multimodalidade.

7

ÁGUA E BIOECONOMIA

Segurança hídrica, biogás, resíduos, restauração e adaptação climática.

8

CIDADES DIGITAIS

Serviços simples, dados abertos, cibersegurança e conectividade rural.

9

TURISMO E QUALIDADE DE VIDA

Rotas regionais, cultura, esporte, acessibilidade e longevidade.

10

MANDATO QUE PRESTA CONTAS

Legislação, orçamento, fiscalização, presença regional e avaliação anual.

O FUTURO COMEÇA NO INTERIOR

Plano de atuação parlamentar e desenvolvimento regional | Versão final - agosto de 2026

VOTE CAVUTO 30.230

DEPUTADO ESTADUAL 2026

CONTEÚDO DO PLANO COMPLETO

Síntese inicial + biografia + 20 capítulos + mapas, gráficos e anexos

003

Biografia

Trajectoria, realizações e visão regional

010

Capítulo 1

Território e propósito

013

Capítulo 2

Juventude, talentos e permanência

016

Capítulo 3

O custo da fragmentação

019

Capítulo 4

Saúde regional

023

Mapa 4.1

Rede regional de saúde

024

Capítulo 5

Habituação e desenvolvimento urbano

035

Mapas 5.1 e 5.2

Rede habitacional e eixos urbanos

040

Capítulo 6

Economia regional

068

Capítulo 7

Infraestrutura e logística

089

Capítulo 8

Educação, ciência e tecnologia

100

Capítulo 9

Água, ambiente e bioeconomia

111

Capítulo 10

Proteção social, autismo e mulheres

123

Capítulo 11

Governança regional e consórcios

133

Capítulo 12

Financiamento e carteira de projetos

145

Capítulo 13

Plano Vale e Pontal 2035

159

Conclusão

O futuro começa no interior

162

Capítulo 14

Agroindustrialização e cooperativismo

172

Capítulo 15

Turismo, cultura e identidade

182

Capítulo 16

Segurança e resiliência territorial

192

Capítulo 17

Governo digital e cidades inteligentes

202

Capítulo 18

Trabalho, juventude e qualidade de vida

212

Capítulo 19

Agenda legislativa e fiscalização

222

Capítulo 20

Implementação e prestação de contas

232

Anexos

Projetos, indicadores, fontes e metodologia

244

Fechamento

Compromisso de execução e transparência

CAVUTO

EXPERIÊNCIA PARA REALIZAR. VISÃO PARA INTEGRAR O INTERIOR.



Cavuto é empresário, gestor, profissional do mercado imobiliário e especialista em desenvolvimento comercial. Pai de duas filhas e morador de Assis, construiu sua trajetória reunindo experiências em habitação, construção civil, crédito imobiliário, materiais de construção, formação de equipes e desenvolvimento de negócios.

Sua história não começou na política. Começou no trabalho, na responsabilidade por metas, no relacionamento com clientes e na necessidade de transformar planejamento em resultados concretos.

Ao longo da carreira, atuou em empresas nacionais e multinacionais, liderando equipes, administrando orçamentos, estruturando operações e criando soluções para aproximar produtos, financiamento e pessoas.

UMA CONVICÇÃO CONSTRUÍDA NA PRÁTICA

Uma boa ideia só produz resultado quando existem planejamento, pessoas preparadas, recursos bem administrados e acompanhamento permanente da execução.

UMA TRAJETÓRIA DE TRABALHO E REALIZAÇÃO



Cavuto começou sua carreira nas áreas comercial e de marketing, desenvolvendo produtos, planejando expansão, formando equipes e entendendo como as decisões de uma empresa chegam à vida do consumidor.

Na construção civil e no mercado imobiliário, conheceu a jornada completa da moradia: lançamento, atendimento, crédito, análise de risco, cobrança, financiamento e entrega. Mais tarde, como empreendedor, passou a viver também os desafios de manter uma pequena empresa, atender famílias e ajudar novos negócios a se organizarem.

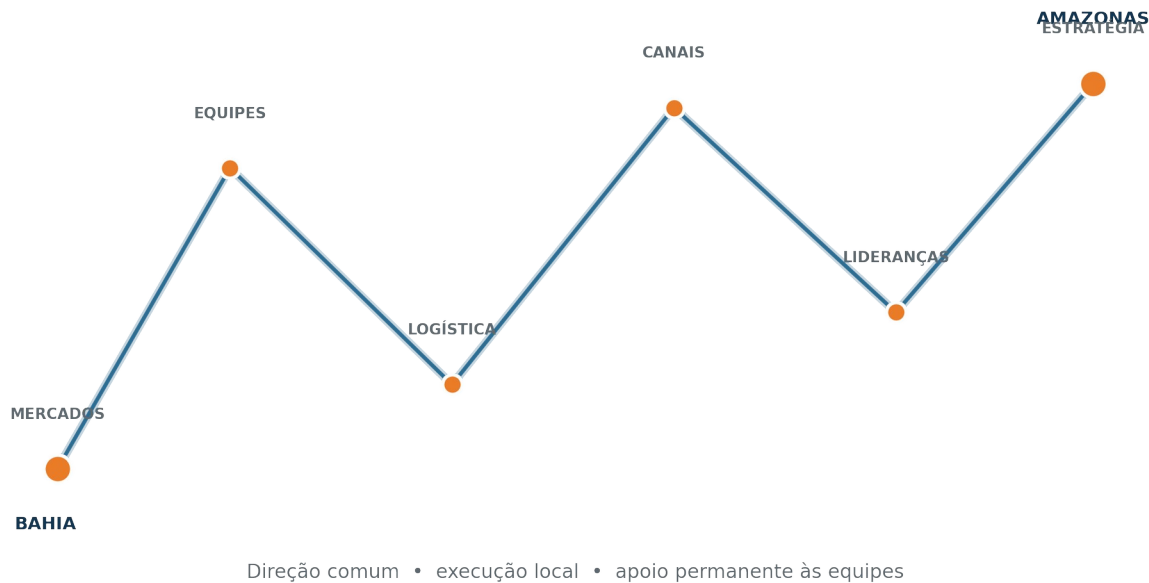
O DIFERENCIAL

Sua experiência reúne dois mundos que raramente aparecem juntos: a escala de grandes empresas e a realidade cotidiana do pequeno empreendedor e das famílias que buscam crédito e moradia.

AOS 24 ANOS, APRENDEU A PENSAR EM ESCALA REGIONAL

24 anos idade na promoção	14 estados da Bahia ao Amazonas	1 estratégia adaptada a realidades diferentes
-------------------------------------	---	---

UMA ESCOLA DE BRASIL EM ESCALA REGIONAL



Aos 24 anos, Cavuto foi promovido e se mudou para Recife, assumindo a responsabilidade por uma região formada por 14 estados, da Bahia ao Amazonas. Ainda muito jovem, precisou coordenar equipes distribuídas por um território imenso, compreender diferentes realidades econômicas e culturais e transformar uma estratégia geral em ações adequadas a cada localidade.

Essa experiência foi decisiva para sua forma de pensar. Aprendeu que integrar não significa centralizar nem impor a mesma solução a todos. Integrar é construir um objetivo comum, respeitar as características de cada território, apoiar as lideranças locais e acompanhar a execução de maneira permanente.

A LIÇÃO PARA O INTERIOR PAULISTA

Assis, Ourinhos, Presidente Prudente e as demais cidades do Vale e do Pontal possuem dimensões, economias e necessidades diferentes. Elas podem trabalhar de forma coordenada, compartilhando conhecimento, infraestrutura e capacidade de atração de investimentos sem perder sua autonomia.

A REALIZAÇÃO QUE SINTETIZA SUA EXPERIÊNCIA

Na Odebrecht Realizações Imobiliárias, Cavuto participou do lançamento, da comercialização e da comunicação da primeira parceria público-privada habitacional do país. O projeto exigiu integração entre empresa privada, agentes financeiros, equipes comerciais e órgãos do Governo do Distrito Federal.

8.000	R\$ 1 bi	R\$ 350 mi+
unidades comercializadas	VGv aproximado	repasses bancários

O desafio ia muito além de vender imóveis. Foi necessário estruturar equipes de vendas, marketing, crédito, cobrança e repasse bancário; desenvolver sistemas para organizar os compradores; acompanhar a contratação dos financiamentos e manter o relacionamento com diferentes instituições.

O APRENDIZADO

Grandes projetos só chegam às pessoas quando alguém assume a responsabilidade de organizar cada etapa, unir equipes diferentes e acompanhar o resultado até o fim.

Essa passagem fortaleceu uma característica que Cavuto leva para a vida pública: a capacidade de transformar uma proposta ambiciosa em processos, responsabilidades, metas e entregas concretas.

DO GRANDE PROJETO AO CONTATO DIRETO COM AS FAMÍLIAS

Depois de atuar em grandes empresas, Cavuto também viveu a realidade do pequeno empresário. Como sócio e diretor comercial de empresas de crédito e intermediação imobiliária, trabalhou com construtoras, compradores e famílias que precisavam superar as barreiras do financiamento habitacional.

Atualmente atua em consultoria, treinamento, posicionamento de produtos, planejamento comercial e formação de equipes. Também participa de iniciativas de apoio ao empreendedorismo no Vale do Paranapanema.

Formação conectada à realidade

Formação e experiência	Aplicação pública
Comunicação Social e MBA em Marketing	Ouvir, explicar projetos e construir mobilização.
Ciências Políticas e Gestão Pública	Compreender orçamento, instituições e políticas públicas.
Administração de Organizações Inovadoras	Estruturar equipes, processos e ambientes de inovação.
Crédito imobiliário e avaliação de imóveis	Transformar demanda habitacional em projetos viáveis.
Gestão comercial e empreendedorismo	Relacionar produção, renda, emprego, consumo e investimento.

UM PERFIL DE CONEXÃO

Sua trajetória conecta pessoas, empresas, financiamento e governo - dimensões que precisam funcionar juntas para que uma política pública produza resultado.

DA EXPERIÊNCIA PRIVADA A UMA MISSÃO PÚBLICA

Em 2024, Cavuto foi candidato a prefeito de Assis. A experiência ampliou seu contato com bairros, famílias, servidores, empreendedores e lideranças locais. Ao estudar os desafios da cidade, percebeu que muitos deles também estavam presentes nos municípios vizinhos.

A falta de empregos qualificados, a saída dos jovens, as dificuldades da saúde regional, a dependência econômica das pequenas cidades, a infraestrutura insuficiente e a ausência de grandes projetos não terminam nas divisas municipais.

Um projeto para integrar o Vale e o Pontal

Sua proposta organiza o território em redes de desenvolvimento, articulando cidades-polo, municípios menores, universidades, hospitais, empresas, consórcios e Governo do Estado.

- As cidades-polo irradiam serviços, conhecimento e infraestrutura.
- Os municípios menores desenvolvem suas vocações produtivas e preservam sua autonomia.
- Projetos regionais ganham escala para disputar recursos e investimentos.
- Saúde, educação, logística e desenvolvimento econômico deixam de ser tratados como problemas isolados.

A SÍNTESE

Cavuto já viveu o desafio de trabalhar com grandes distâncias, diferentes realidades e muitas equipes. Sua proposta é aplicar esse aprendizado para fazer o interior trabalhar na mesma direção.

O QUE CAVUTO LEVA PARA A VIDA PÚBLICA

REALIZAÇÃO	INTEGRAÇÃO	RESULTADO
experiência em projetos complexos	visão territorial e trabalho em rede	planejamento, execução e cobrança

Experiência de execução	Já trabalhou com orçamento, metas, equipes, crédito, lançamentos e projetos de grande escala.
Conhecimento da economia real	Conhece grandes empresas, pequenos negócios, corretores, compradores e famílias em busca de financiamento.
Experiência em habitação	Compreende a cadeia habitacional do planejamento ao crédito e ao repasse bancário.
Visão regional	Defende municípios conectados por projetos, serviços e oportunidades, sem perda de identidade local.
Planejamento além de um mandato	Apresenta um Plano Regional com diagnóstico, metas e uma agenda de longo prazo para o interior.

“Não acredito em uma representação que aparece apenas para anunciar uma emenda. A região precisa de presença permanente, planejamento de longo prazo e capacidade para transformar demandas municipais em grandes projetos estaduais.”

COMPROMISSO

Fazer o Vale e o Pontal deixarem de agir como cidades isoladas e passarem a disputar investimentos, empregos e oportunidades como uma região integrada.

CAVUTO | EXPERIÊNCIA PARA REALIZAR. VISÃO PARA INTEGRAR O INTERIOR.

CAPÍTULO 1

O TERRITÓRIO QUE O ESTADO PRECISA VOLTAR A OLHAR

Uma região de ativos, conexões e oportunidades

“Nosso problema não é ausência de potencial. É ausência de integração.”

UMA REGIÃO QUE PRODUZ MUITO E RETÉM POUCO VALOR

O Vale e o Pontal do Paranapanema reúnem agricultura moderna, polos de serviços, universidades, hospitais, energia, recursos hídricos e corredores logísticos. Esses ativos já existem. O desafio é organizá-los como uma rede regional capaz de gerar mais renda, inovação, empregos qualificados e qualidade de vida.

Durante décadas, as políticas públicas foram organizadas por município. Esse modelo continua necessário para os serviços locais, mas tornou-se insuficiente para enfrentar problemas que atravessam fronteiras: saúde especializada, infraestrutura logística, atração de investimentos, proteção ambiental e formação profissional.

TESE CENTRAL

Nenhuma cidade precisa perder sua identidade. O objetivo é fazer com que cada município desenvolva sua vocação dentro de um projeto regional comum.

O território em sete redes estratégicas

O estudo-base organiza o território em sete redes articuladas por polos regionais: Assis, Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo, Presidente Prudente, Paraguaçu Paulista, Presidente Venceslau/Santo Anastácio e Presidente Epitácio/Rosana. Essa arquitetura procura combinar escala regional com execução descentralizada.

7	57	3
redes estratégicas	municípios nominalmente listados	macro-eixos territoriais

Fonte: TCC Economia no Setor Público, 2026, capítulos 6 e 7.

Macro-eixos do desenvolvimento

Macro-eixo	Vocação principal	Desafio estratégico
Leste	Agroindústria, serviços e tecnologia	Verticalizar a produção e ampliar inovação
Central	Integração logística e bioenergia	Reter valor nos corredores de passagem
Oeste/Pontal	Água, energia, pecuária e bioeconomia	Reduzir isolamento e fortalecer serviços

O QUE TORNA UMA REGIÃO COMPETITIVA?



A competitividade regional não nasce de uma única obra nem de um único incentivo fiscal. Ela resulta da combinação entre profissionais preparados, conectividade, logística, ambiente institucional, saúde, educação, segurança e cooperação entre municípios.

As cidades-polo não substituem as demais

Assis, Ourinhos e Presidente Prudente concentram funções de maior complexidade. Isso não significa que devam absorver toda a atividade econômica. Sua função é irradiar conhecimento, saúde, serviços e acesso a mercados para as cidades menores, criando encadeamentos produtivos e sociais.

DIRETRIZ CARTOGRÁFICA 1.1

Mapa territorial das sete redes, com limites municipais, polos, rodovias, ferrovias e rios estruturantes. Fontes previstas: IBGE, DER-SP, ANTT e ANA.

Uma nova forma de medir o sucesso

- Os jovens permanecem ou retornam à região?
- A renda e os empregos qualificados estão crescendo?
- As empresas locais estão agregando mais valor?
- Os hospitais e universidades funcionam como redes regionais?
- Os municípios conseguem investir com mais autonomia?

O desenvolvimento deixa de ser uma promessa quando esses indicadores começam a melhorar de forma consistente.

CAPÍTULO 2

A GERAÇÃO QUE ESTÁ INDO EMBORA

O custo humano e econômico da falta de oportunidades

“Nenhum jovem abandona sua cidade. Ele abandona a falta de futuro.”

A PRIMEIRA GRANDE DECISÃO

Para muitos jovens do interior, a primeira decisão importante da vida é sair da cidade onde nasceram. Alguns partem para estudar. Outros procuram emprego, carreira, renda e experiências profissionais que não encontram perto de casa. Muitos constroem a vida em outro lugar e não retornam.

Essa saída não deve ser tratada como fracasso individual. O problema surge quando partir deixa de ser uma escolha e passa a ser a única alternativa possível.

O CUSTO INVISÍVEL

Quando um jovem qualificado não retorna, a região perde um profissional, um possível empreendedor, consumo, arrecadação, inovação e futuras lideranças.

O ciclo da perda de talentos



O interior não pode ser apenas um lugar para nascer

O objetivo não é impedir que as pessoas estudem e trabalhem em outras regiões. Uma sociedade aberta precisa favorecer mobilidade e novas experiências. A missão pública é garantir que voltar seja uma possibilidade real - e que permanecer também seja uma decisão racional.

Isso exige empregos compatíveis com a formação, ensino técnico e superior conectado às empresas, saúde de qualidade, habitação acessível, vida cultural, infraestrutura digital e um ambiente onde empreender seja possível.

CONHECIMENTO COMO INFRAESTRUTURA

Rodovias, ferrovias e energia continuam fundamentais. Mas o século XXI acrescentou uma nova infraestrutura: o conhecimento. Universidades, escolas técnicas, laboratórios, hospitais de ensino, conectividade e ambientes de inovação determinam onde as empresas e os talentos desejam permanecer.

Educação

forma competências

Emprego

retém talentos

Qualidade de vida

atrai famílias

A economia das oportunidades

Uma política de permanência dos jovens não pode ser reduzida a um programa isolado. Ela depende do funcionamento conjunto de educação, economia, habitação, mobilidade, cultura e saúde. Quando essas dimensões caminham separadas, o jovem recebe formação, mas não encontra onde aplicá-la.

PERGUNTA DE ABERTURA PARA O INFOGRÁFICO

Quantos jovens saíram para estudar nos últimos dez anos? Quantos retornaram? Em quais setores trabalham? Esta investigação será incorporada ao Observatório Regional com dados do IBGE, do ensino superior e do mercado formal.

Compromisso regional

- Aproximar cursos técnicos e superiores das cadeias produtivas locais.
- Estimular estágios, primeiro emprego e empreendedorismo universitário.
- Ampliar conectividade para trabalho remoto e serviços digitais.
- Fortalecer cidades médias sem abandonar os pequenos municípios.
- Transformar qualidade de vida em vantagem competitiva do interior.

O futuro regional será decidido pela capacidade de oferecer às novas gerações uma razão concreta para construir a vida aqui.

CAPÍTULO 3

O CUSTO DA FRAGMENTAÇÃO

Quando cada município tenta resolver sozinho problemas regionais

“O maior desperdício não é apenas a falta de recursos. É usar mal aquilo que já existe.”

A FRAGMENTAÇÃO CUSTA CARO

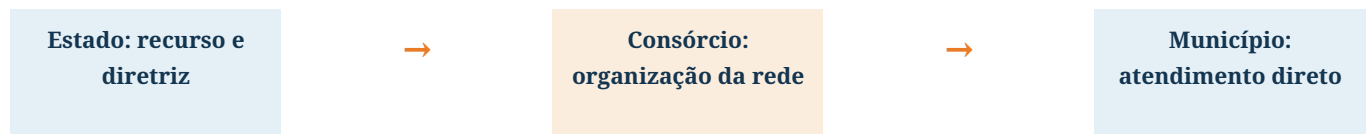
Municípios pequenos enfrentam limitações de escala para manter equipes especializadas, sistemas tecnológicos, equipamentos complexos e estruturas administrativas completas. Quando cada cidade tenta reproduzir sozinha todos os serviços, os custos aumentam e a qualidade pode cair.

A cooperação regional não elimina a autonomia municipal. Ela permite compartilhar aquilo que é caro, raro ou tecnicamente complexo, preservando a execução local dos serviços cotidianos.

Do isolamento à rede

Modelo fragmentado	Modelo regional
Cada cidade contrata sozinha	Equipe regional compartilhada
Equipamentos subutilizados	Uso planejado por demanda
Dados dispersos	Observatório regional
Disputa entre vizinhos	Promoção conjunta do território
Recursos emergenciais	Projetos estruturantes

O modelo híbrido



O TCC propõe coordenação estratégica regional e execução descentralizada. Esse desenho é especialmente útil em políticas complexas, como saúde especializada, atendimento ao TEA, proteção à mulher, resíduos, logística e desenvolvimento econômico.

Fonte: TCC Economia no Setor Público, 2026, seção 4.2.

POLÍTICA DE LONGO PRAZO, RESULTADO PRÓXIMO DAS PESSOAS

A lógica regional não pode produzir estruturas distantes ou burocráticas. Seu valor está justamente em fazer serviços especializados chegarem às pequenas cidades sem exigir que cada uma mantenha isoladamente toda a estrutura.

EXEMPLO PRÁTICO

Uma equipe regional de atendimento multidisciplinar pode trabalhar por polos e agendas itinerantes, enquanto o município mantém o acolhimento, o acompanhamento familiar e a continuidade do cuidado.

Governança e transparência

Toda cooperação regional precisa de regras claras: quem decide, quem paga, qual serviço será entregue, como os resultados serão medidos e de que forma o cidadão poderá acompanhar a execução.

- Metas públicas e indicadores comparáveis.
- Rateio transparente de custos.
- Contratos e convênios acessíveis.
- Avaliação anual dos resultados.
- Participação de universidades, empresas e sociedade civil.

O mandato como articulador

O deputado estadual pode aproximar secretarias, consórcios, universidades, hospitais e prefeitos; acompanhar o orçamento estadual; fiscalizar contratos; promover audiências e defender projetos que beneficiem várias cidades ao mesmo tempo.

DIRETRIZ CARTOGRÁFICA 3.1

Mapa dos sete polos e das cidades-satélite, mostrando os raios de atendimento e os principais fluxos de saúde, trabalho, educação e logística.

CAPÍTULO 4

SAÚDE REGIONAL

O direito de ser atendido perto de casa

“A distância entre o paciente e o tratamento revela como a rede pública está organizada.”

A SAÚDE NÃO TERMINA NA DIVISA DO MUNICÍPIO

Nenhuma prefeitura consegue oferecer isoladamente todos os serviços de média e alta complexidade. Cardiologia, neurologia, oncologia, cirurgias, terapia intensiva, exames especializados e reabilitação dependem de escala, equipes e estruturas regionais.

O papel do município é garantir atenção básica forte, prevenção, acompanhamento e regulação eficiente. Os serviços especializados precisam funcionar como uma rede conectada, com fluxos claros e retorno do paciente à sua cidade.

Hospital Regional de Assis

25	124	6
municípios atendidos	leitos de internação	leitos no pronto-socorro referenciado

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, informações institucionais do Hospital Regional de Assis.

A unidade estadual é referência de média e alta complexidade e mantém clínica médica, clínica cirúrgica, obstetrícia, pediatria, psiquiatria, terapia intensiva, ambulatório, laboratório, hemonúcleo, banco de leite e atendimento à gestação de alto risco.

CAUTION WITH THE AFFIRMATION OF SUBUTILIZATION

A hipótese de capacidade subutilizada deve ser testada com taxa de ocupação, produção cirúrgica, filas reguladas, recursos humanos e encaminhamentos para outras regiões. Até essa análise, o texto deve falar em potencial a ser plenamente aproveitado.

ESTRUTURA INFORMADA DO HOSPITAL REGIONAL DE ASSIS

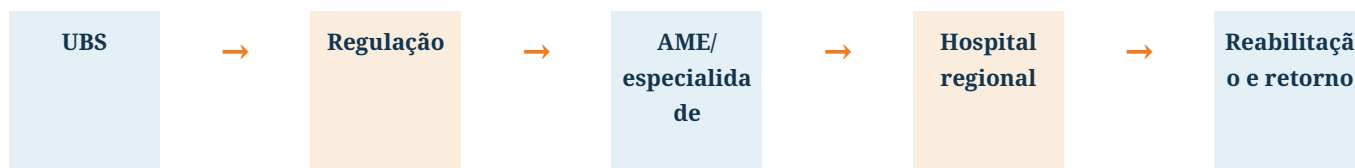
Unidade/serviço	Leitos informados
Clínica médica	27
Clínica cirúrgica	30
Psiquiatria	16
Obstetrícia	14
Pediatria	6
UTI adulto	10
UTI mista	6
UTI neonatal	6
Cuidados intermediários	6
Método Mãe Canguru	3

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Os valores devem ser lidos conforme a competência do CNES indicada nesta edição; atualizações futuras devem utilizar a base oficial mais recente.

Rede hospitalar estratégica

Além de Assis, a organização regional envolve AMEs, Santas Casas, hospitais estaduais e universitários em Ourinhos, Presidente Prudente, Dracena e Rosana, além das referências externas de Marília e Tupã. AMEs devem ser identificados corretamente como serviços ambulatoriais, não como hospitais.

O PERCURSO DO PACIENTE



Uma rede eficiente reduz etapas desnecessárias e garante continuidade. O cidadão não pode ser obrigado a reconstruir seu histórico a cada serviço, nem percorrer centenas de quilômetros para procedimentos que poderiam ser realizados regionalmente.

Indicadores que o capítulo acompanhará

Indicador	Por que importa
Tempo de espera	Mostra o acesso real às consultas e cirurgias.
Taxa de ocupação	Avalia uso da capacidade instalada.
Produção cirúrgica	Compara demanda, capacidade e execução.
Encaminhamentos externos	Identifica serviços que faltam na região.
Internações evitáveis	Revela a qualidade da atenção básica.
Distância percorrida	Mede o custo humano da regionalização.
Retorno ao município	Avalia continuidade do cuidado.

Agenda de saúde regional

- Integrar atenção básica, AMEs e hospitais por protocolos regionais.
- Publicar indicadores de filas e produção assistencial.
- Expandir telemedicina e segunda opinião especializada.
- Fortalecer formação e permanência de profissionais no interior.
- Organizar atendimento multidisciplinar regional para TEA.
- Reduzir deslocamentos que não agregam valor ao tratamento.

MAPA 4.1

Mapa da rede de saúde com DRS IX e DRS XI, hospitais estratégicos, AMEs, rodovias e fluxos de pacientes por município de residência e atendimento.

CAPÍTULO 4

MAPA 4.1

REDE REGIONAL DE SAÚDE E FLUXOS ASSISTENCIAIS

Organização territorial da rede de saúde com polos de atendimento, serviços especializados e fluxos assistenciais entre os municípios do Vale e do Pontal do Paranapanema.

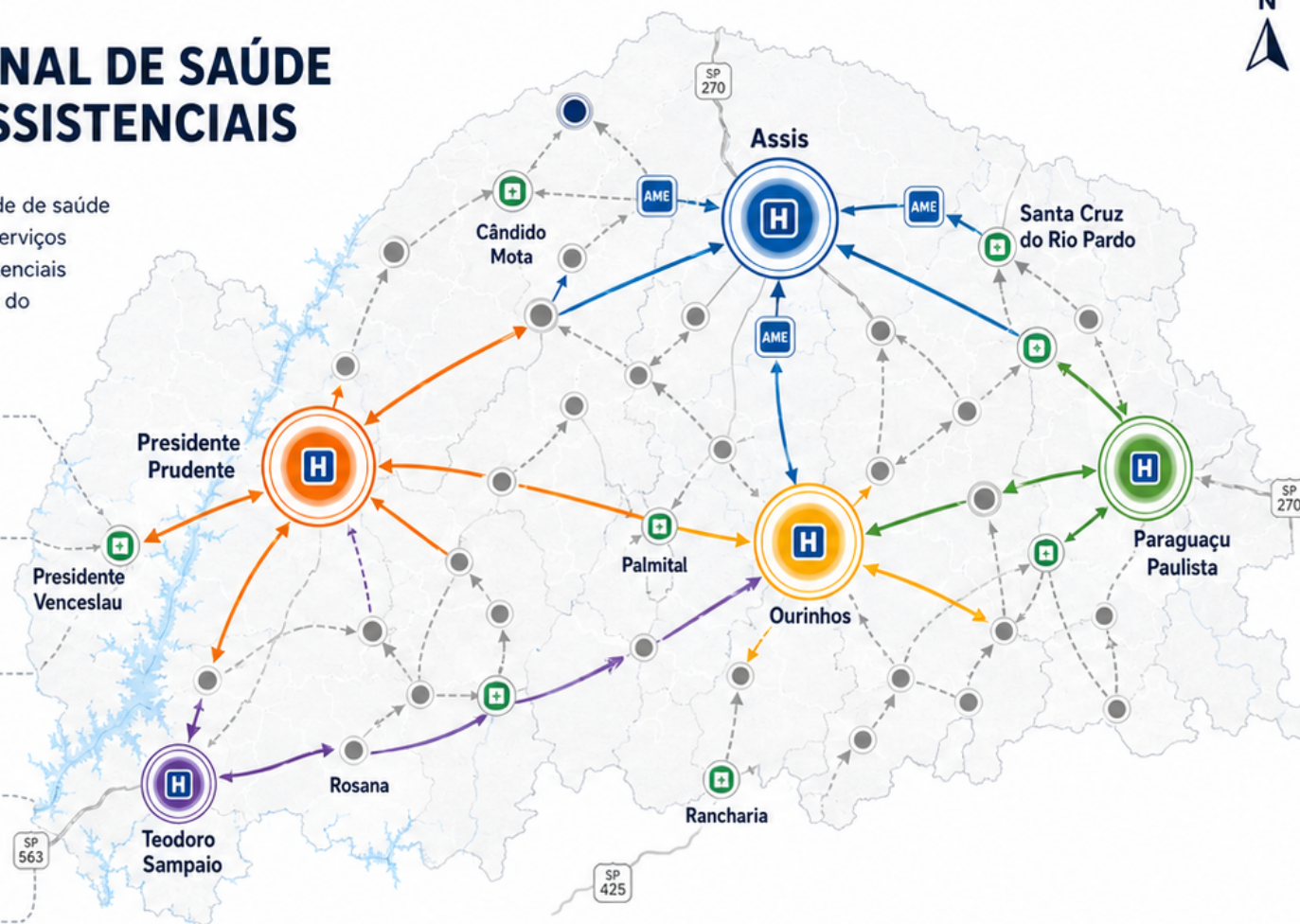
MÉDIA COMPLEXIDADE
Consultas especializadas, exames e procedimentos ambulatoriais.

ALTA COMPLEXIDADE
Internações, cirurgias complexas e terapias especializadas.

APOIO DIAGNÓSTICO
Exames laboratoriais e de imagem integrados à rede regional.

REGULAÇÃO
Centralização do acesso e alocação adequada de recursos.

RETORNO AO MUNICÍPIO DE ORIGEM
Continuidade do cuidado na atenção básica e acompanhamento local.



LEGENDA

- H** Hospital Regional
- AME** AME / Atendimento Especializado
- +** Santa Casa / Hospital de Apoio
- Município de Origem
- Fluxo Assistencial Principal
- - -** Fluxo Assistencial Complementar
- Corredor Rodoviário de Referência

**ACESSO REGIONAL**

Fortalece a oferta de serviços de saúde em toda a região com integração entre municípios.

**CONTINUIDADE DO CUIDADO**

Garante acompanhamento integrado entre atenção básica, especializada e hospitalar.

**REGULAÇÃO E REFERÊNCIA**

Organiza os fluxos assistenciais e assegura o uso eficiente dos recursos da rede.

**REDUÇÃO DE DESLOCAMENTOS DESNECESSÁRIOS**

Aproxima serviços da população e otimiza o tempo de resposta ao cuidado.

Fonte: elaboração própria com base em SES-SP, CNES, IBGE e estudos regionais.

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Moradia digna não é apenas uma casa. É uma casa conectada à cidade, ao trabalho, à escola, à saúde e às oportunidades.

CAPÍTULO 5

Bairros completos, regularizados e conectados às oportunidades.

2035

AGENDA
HABITACIONAL

5.1

Moradia como ponto de partida

A política habitacional brasileira foi frequentemente medida pelo número de unidades entregues. Esse indicador é importante, mas não é suficiente para avaliar o resultado alcançado.

Uma família pode receber uma residência nova e, ainda assim, enfrentar dificuldades provocadas pela distância do emprego, pelo transporte insuficiente, pela ausência de equipamentos públicos ou pela falta de comércio e serviços próximos.

A PERGUNTA CENTRAL

Construímos apenas moradias ou construímos bairros onde as famílias conseguem viver, trabalhar, estudar e prosperar?

O desafio, portanto, não é apenas construir moradias. É construir bairros completos, capazes de oferecer infraestrutura, segurança, mobilidade e integração urbana.

No PPA 2024-2027, a política habitacional paulista passou a combinar provisão de moradias, regularização fundiária, urbanização, melhorias habitacionais, cartografia territorial e desenvolvimento urbano integrado. A própria CDHU reconhece que seu trabalho não deve se restringir à unidade habitacional, mas abranger regeneração urbana, sustentabilidade e segurança jurídica.

Fonte: CDHU, Programas e Ações - PPA 2024-2027.



Fonte: Elaboração própria.

5.2

O déficit habitacional

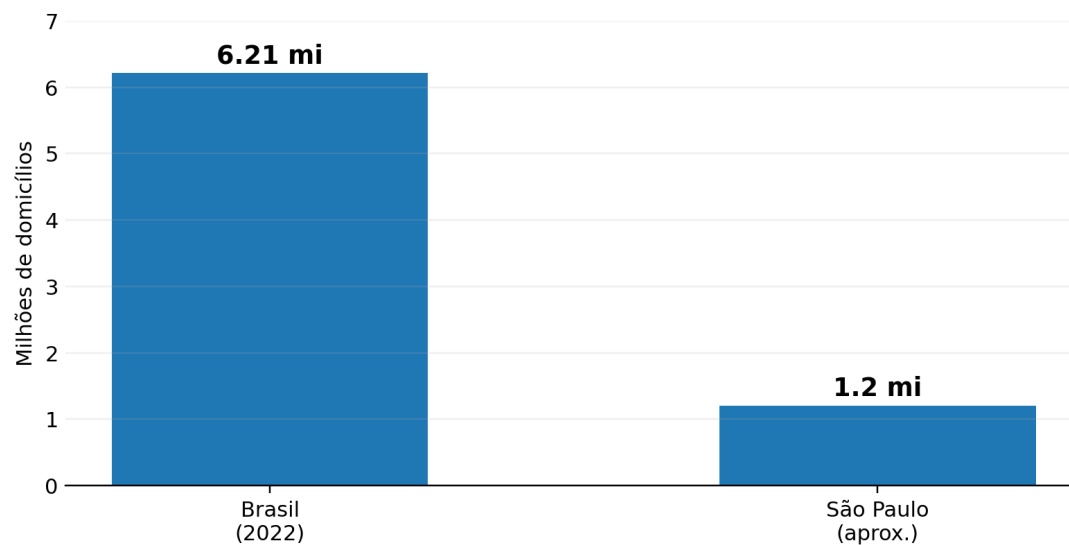
6,215 milhões

domicílios no déficit habitacional brasileiro em 2022

8,3%

dos domicílios particulares ocupados do país

A Fundação João Pinheiro estimou o déficit habitacional brasileiro em 6.215.313 domicílios em 2022. São Paulo apresentava o maior déficit absoluto do país, em torno de 1,2 milhão de moradias, número que deve ser interpretado em conjunto com o tamanho da população estadual.



Fonte: Fundação João Pinheiro, Déficit Habitacional no Brasil 2022.

O que entra no cálculo

COMPONENTE	CARACTERIZAÇÃO
Habitação precária	Domicílios improvisados ou rústicos, sem condições adequadas.
Coabitação	Famílias que dividem involuntariamente o mesmo domicílio.
Ônus excessivo com aluguel	Famílias de baixa renda que comprometem parcela elevada da renda com aluguel.
Situação de rua	Incorporada à metodologia mais recente da Fundação João Pinheiro.

Fonte: Fundação João Pinheiro. Metodologia do déficit habitacional.

NOTA METODOLÓGICA

Não será apresentado um suposto “déficit oficial” para cada pequeno município sem metodologia estatística válida. O diagnóstico municipal combinará Censo, saneamento, coabitação, precariedade, cadastros locais e informações da CDHU.

5.3

Déficit e inadequação são problemas diferentes

Construir novas unidades é indispensável para atender famílias que não possuem moradia adequada. Mas parte relevante do problema pode ser enfrentada com medidas de regularização, urbanização, melhorias físicas e implantação de infraestrutura.

- Regularização fundiária e abertura de matrículas;
- Melhorias em coberturas, instalações elétricas e sanitárias;
- Água, esgoto, drenagem e pavimentação;
- Urbanização de núcleos e contenção de áreas de risco;
- Assistência técnica para reformas;
- Recuperação de imóveis vazios ou subutilizados.

PROBLEMA

RESPOSTA PRIORITÁRIA

Família sem moradia	Provisão habitacional
Casa precária	Melhoria habitacional
Imóvel sem matrícula	Regularização fundiária
Área de risco	Reassentamento e recuperação
Aluguel incompatível	Subsídio, locação ou crédito
Bairro sem serviços	Urbanização e equipamentos

Fonte: Elaboração própria.

5.4

Regularização fundiária

A regularização fundiária transforma uma posse informal em propriedade reconhecida e integrada à cidade. O processo pode envolver levantamentos cadastrais, projeto urbanístico, solução de desconformidades jurídicas e ambientais, cadastro das famílias e registro das matrículas individualizadas.

SEGURANÇA PARA AS FAMÍLIAS

Entregar uma matrícula não é apenas concluir um processo burocrático. É reconhecer oficialmente o patrimônio construído por uma família durante anos.

144,8 mil

moradias regularizadas em SP

R\$ 565,1 mi

investimento acumulado

18,4 mil

unidades em fase de registro

Fonte: Governo do Estado de São Paulo / CDHU, janeiro de 2026.

5.5

Habitação e planejamento urbano

Todo novo empreendimento modifica a cidade. A aprovação de projetos habitacionais deve ser acompanhada por uma matriz de impacto urbano e social capaz de antecipar a demanda gerada sobre mobilidade, educação, saúde, saneamento, segurança e meio ambiente.

DIMENSÃO	PERGUNTA OBRIGATÓRIA
Mobilidade	Como o morador chegará ao emprego e ao centro urbano?
Educação	Existem vagas escolares suficientes na área de influência?
Saúde	A unidade básica mais próxima comporta a nova demanda?
Saneamento	Água, esgoto e drenagem estão dimensionados?
Trabalho e renda	O bairro está conectado às áreas de emprego?
Comércio	Foram previstas áreas para atividades não residenciais?
Meio ambiente	Há áreas verdes, arborização e manejo das águas pluviais?
Segurança	O desenho urbano favorece iluminação e ocupação dos espaços?

REGRA DE QUALIDADE

A infraestrutura social não pode chegar anos depois dos moradores. Escola, saúde, mobilidade e áreas de convivência precisam fazer parte do planejamento desde o primeiro dia.

5.6

Estudo de caso: Jardins Mangueiral

O Jardins Mangueiral, no Distrito Federal, é uma referência relevante por ter sido apresentado oficialmente como a primeira parceria público-privada habitacional do país.

200 hectares Área aproximada	8.000 unidades Escala prevista
15 quadras Organização condominial	3 tipologias Casas de 2 e 3 quartos e apartamentos de 2 quartos

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal.

O que o modelo demonstrou

- Possibilidade de combinar terreno público, capital privado e financiamento habitacional;
- Produção em escala com infraestrutura urbana planejada;
- Definição pública dos beneficiários e metas contratuais;
- Necessidade de coordenar equipamentos públicos e serviços com a ocupação do bairro;
- Importância de contratos transparentes, fiscalização e repartição adequada de riscos.

LIÇÃO CENTRAL

Uma PPP habitacional pode entregar moradias e infraestrutura em escala. Mas o planejamento público precisa garantir que os serviços sociais acompanhem o crescimento do bairro desde o início.

A experiência profissional de Cavuto na direção do projeto será apresentada, na edição integral do Plano Regional, em quadro técnico específico com responsabilidades, desafios e aprendizados documentados.

5.7

Parcerias público-privadas no Estado de São Paulo

O PPA paulista de 2024-2027 prevê PPPs para projetos de requalificação urbana que podem integrar empreendimentos habitacionais, áreas verdes, infraestrutura e espaços destinados a comércio e serviços.

No interior, o instrumento precisa ser adequado à escala local. Municípios próximos podem estruturar projetos regionais, reunir demanda e compartilhar capacidade técnica, desde que o modelo demonstre vantagens reais em relação à contratação tradicional.

Critérios mínimos para uma PPP habitacional

- Melhor relação entre custo e benefício;
- Repartição clara dos riscos;
- Metas de desempenho mensuráveis;
- Capacidade de manutenção ao longo do contrato;
- Transparência, controle público e proteção dos beneficiários;
- Viabilidade financeira de longo prazo.

5.8

Agenda habitacional para o Vale e o Pontal

1	Diagnóstico padronizado	Cadastros, riscos, imóveis vazios, terrenos e infraestrutura.
2	Carteira de projetos	Projetos completos para municípios sem equipe técnica suficiente.
3	Regularização em escala	Prioridade para núcleos consolidados e solução documental.
4	Assistência técnica	Equipes regionais de arquitetura, engenharia e serviço social.
5	Bairros completos	Mobilidade, saúde, educação, saneamento e convivência.
6	Soluções diversas	Novas unidades, melhorias, lotes, locação e PPPs.

5.9

O papel de um deputado estadual

O deputado estadual não executa diretamente os empreendimentos habitacionais, mas pode influenciar a qualidade, a distribuição territorial e a transparência das políticas estaduais.

- Fiscalizar programas da CDHU e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação;
- Defender recursos no orçamento estadual e critérios territoriais transparentes;
- Articular Estado, municípios, consórcios e instituições financeiras;
- Acompanhar contratos de PPP e promover audiências públicas;
- Apoiar equipes técnicas regionais e carteiras municipais de projetos;
- Propor transparência sobre filas, cadastros e andamento dos empreendimentos.

5.10

Indicadores para acompanhamento

INDICADOR	FONTE PRINCIPAL
Domicílios e ocupação	IBGE
Saneamento	IBGE / SINISA
Demanda cadastrada	Prefeituras / CDHU
Unidades contratadas e entregues	CDHU / Casa Paulista
Imóveis regularizados	CDHU / Cidade Legal
Famílias em áreas de risco	Municípios / Defesa Civil
Tempo entre convênio e entrega	CDHU / municípios
Acesso a escola, saúde e transporte	Geoprocessamento municipal

5.11

Mapas para a edição integral

MAPA 5.1 - CONDIÇÕES HABITACIONAIS

Percentual de população urbana, ausência de água e esgoto, adensamento domiciliar, precariedade e áreas de ocupação irregular. Fontes: IBGE, SINISA, prefeituras e CDHU.

MAPA 5.2 - PRODUÇÃO E REGULARIZAÇÃO

Empreendimentos CDHU e Casa Paulista, unidades entregues e em obras, núcleos atendidos pelo Cidade Legal e áreas públicas disponíveis.

Conclusão

A política habitacional não termina com a entrega das chaves. Seu resultado deve ser avaliado pela segurança da família, pela qualidade da construção, pelo acesso ao trabalho, pela disponibilidade de serviços públicos e pela integração do empreendimento com a cidade.

O compromisso proposto neste Plano Regional é substituir a lógica de construir conjuntos isolados por uma política de bairros completos, regularizados e conectados às oportunidades.

COMPROMISSO 2035

Moradia digna, segurança jurídica e bairros com serviços públicos desde o início.

Referências essenciais

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). Programas e Ações - PPA 2024-2027.

Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional no Brasil 2022.

CDHU. Regularização Fundiária de Conjuntos e Núcleos Habitacionais.

CDHU. Casa Paulista: mais de 670 famílias recebem títulos de regularização fundiária na Zona Sul da capital. 5 jan. 2026.

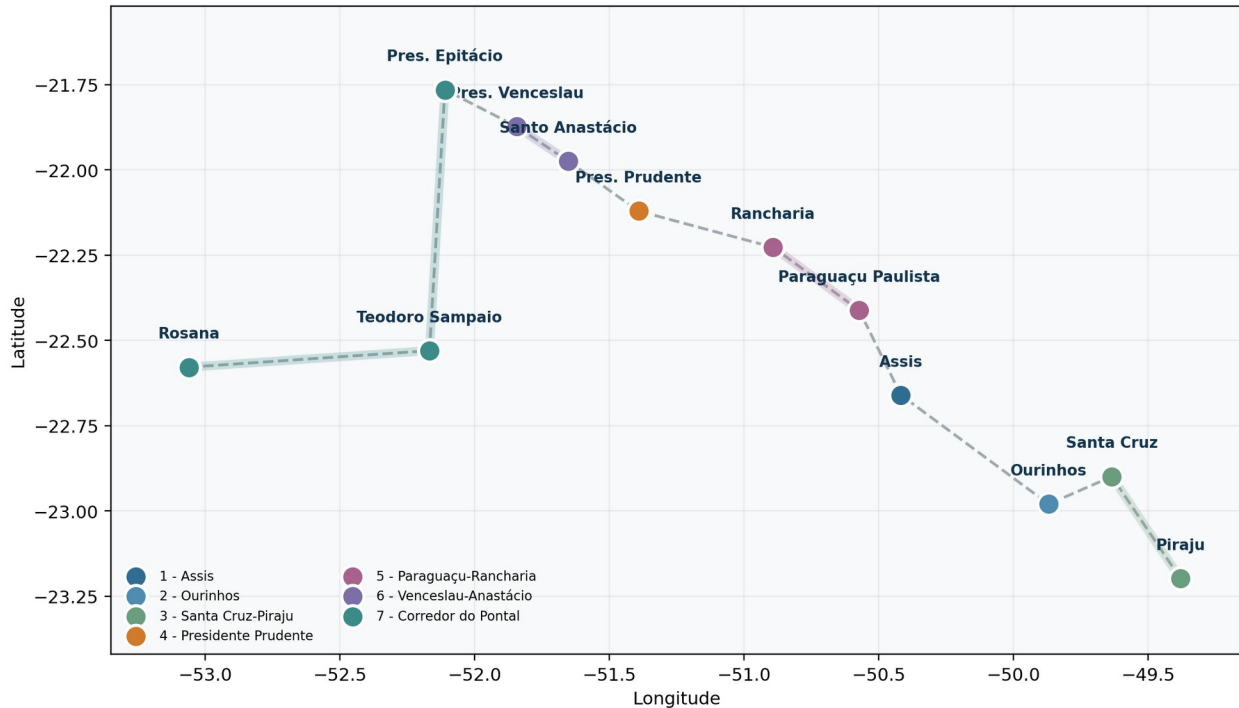
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal. Jardins Mangueiral.

Governo do Distrito Federal. Documentação institucional da PPP Jardins Mangueiral.

5.12 CARTOGRAFIA ESTRATÉGICA DA POLÍTICA HABITACIONAL

Os mapas a seguir não pretendem substituir o levantamento municipal de déficit, inadequação, núcleos irregulares, áreas de risco ou terrenos públicos. Eles organizam a arquitetura territorial proposta para produzir projetos habitacionais em escala regional.

Mapa 5.1 - Rede regional de apoio técnico à habitação



Fonte: Elaboração própria. Coordenadas das sedes municipais usadas apenas como referência cartográfica. A composição final das redes permanece condicionada ao fechamento da lista territorial e à validação de fluxos.

COMO USAR O MAPA

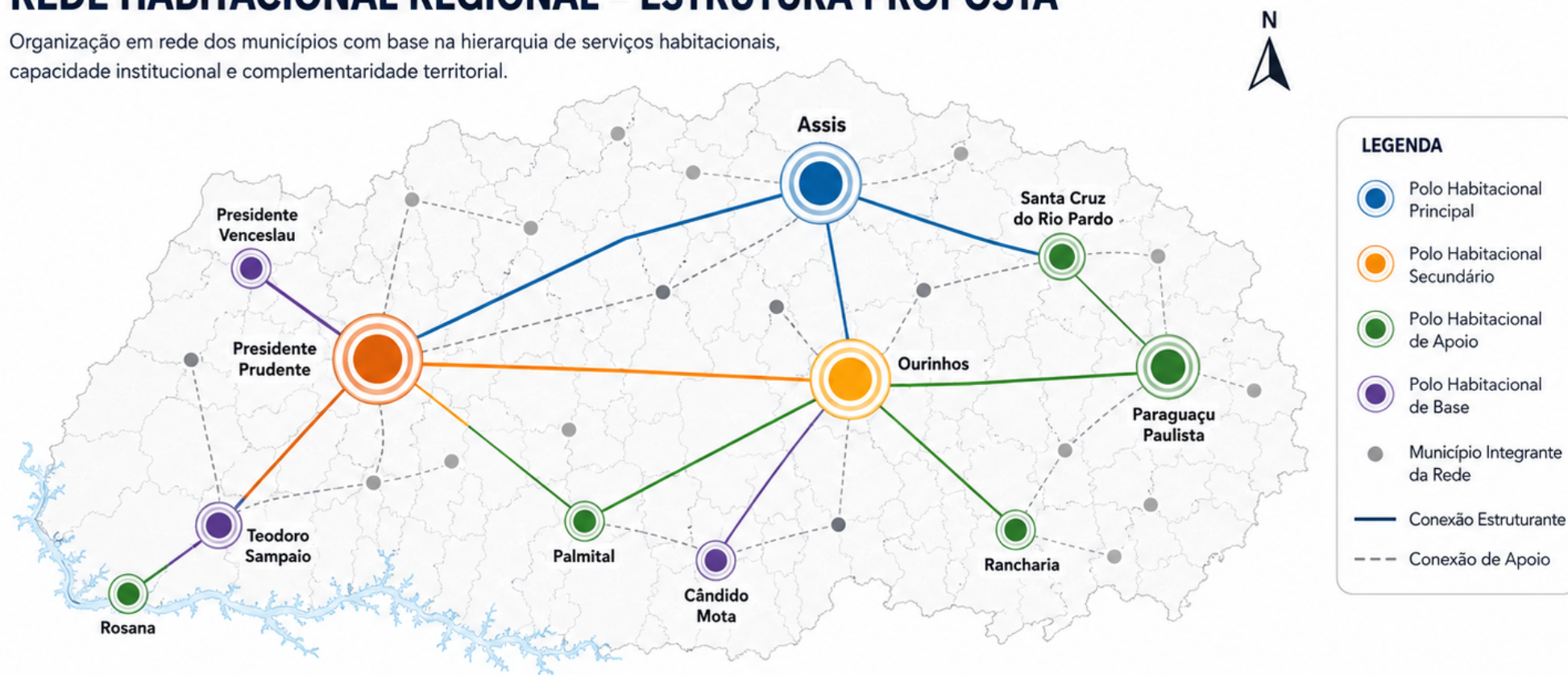
Cada rede pode manter um núcleo técnico de habitação, regularização fundiária e desenvolvimento urbano. Os nós secundários reduzem deslocamentos e permitem responder às diferenças entre o Vale, o corredor central e o Pontal.

CAPÍTULO 5

MAPA 5.1

REDE HABITACIONAL REGIONAL – ESTRUTURA PROPOSTA

Organização em rede dos municípios com base na hierarquia de serviços habitacionais, capacidade institucional e complementaridade territorial.



FUNÇÕES DOS POLOS

POLO PRINCIPAL (ASSIS) Planejamento, regulação, programas estratégicos, habitação de maior complexidade e inovação.	POLO SECUNDÁRIO (PRESIDENTE PRUDENTE E OURINHOS) Produção habitacional, regularização fundiária, apoio técnico e formação de profissionais.	POLO DE APOIO (PARAGUAÇU PAULISTA, PALMITAL, RANCHARIA, SANTA CRUZ DO RIO PARDO) Apoio técnico regional, assistência social e programas habitacionais complementares.	POLO DE BASE (TEODORO SAMPAIO, CÂNDIDO MOTA, PRESIDENTE VENCESLAU) Atendimento local, melhorias habitacionais e suporte comunitário.	MUNICÍPIO INTEGRANTE DA REDE Participa da rede por meio da cooperação territorial, compartilhamento de serviços e integração institucional.
---	---	---	--	---

Fonte: elaboração própria com base em IBGE, SEADE, SNIS/SINISA, Fundação João Pinheiro, CDHU, Casa Paulista e estudos regionais.

CAPÍTULO 5

MAPA 5.2

EIXOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACIONAL

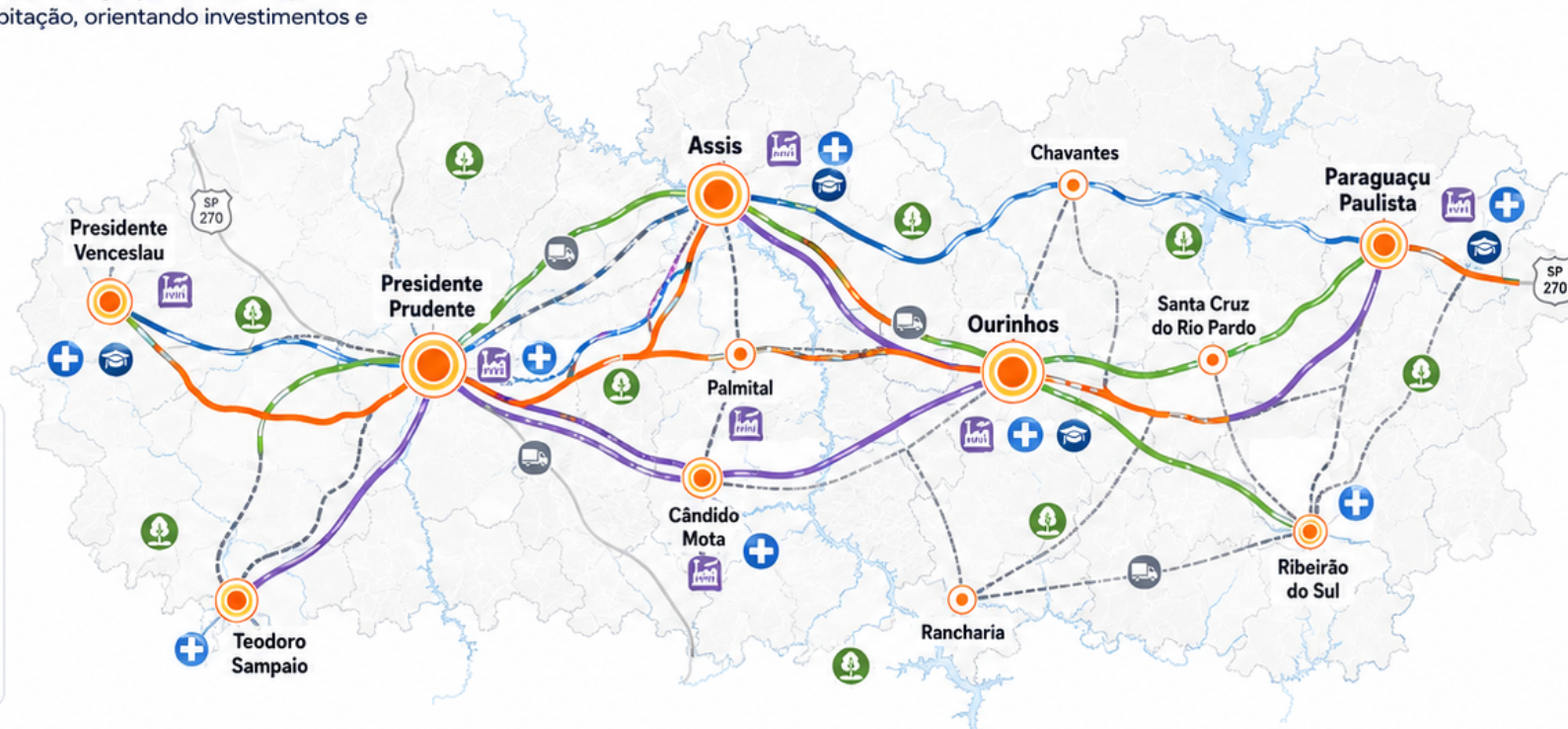
Representação dos principais eixos de integração territorial que conectam produção, logística, serviços e habitação, orientando investimentos e políticas públicas regionais.

LEGENDA – EIXOS ESTRATÉGICOS

- Eixo Logístico e de Integração Regional
- Eixo de Desenvolvimento Econômico
- Eixo de Desenvolvimento Urbano e Habitacional
- Eixo Ambiental e de Sustentabilidade
- Conexões Complementares

LEGENDA – FUNÇÕES E EQUIPAMENTOS

- Centros Urbanos e Habitacionais
- Parques e Áreas Ambientais Prioritárias
- Polos Industriais e Agroindustriais
- Hospitais Regionais e Serviços de Saúde
- Instituições de Ensino Superior
- Corredores Logísticos e Rodoviários



BENEFÍCIOS DOS EIXOS ESTRATÉGICOS

**Integração logística eficiente**

Redução de custos e tempo no transporte de pessoas, mercadorias e serviços, conectando toda a região.

**Geração de emprego e renda**

Fortalecimento das cadeias produtivas regionais e atração de investimentos, ampliando oportunidades.

**Desenvolvimento urbano planejado**

Crescimento ordenado das cidades e melhoria da habitação, com mais qualidade de vida e inclusão territorial.

**Serviços públicos integrados**

Melhoria da saúde, educação, assistência social e segurança regionalmente articuladas.

**Sustentabilidade territorial**

Uso responsável dos recursos naturais e proteção ambiental das bacias e rios, para um futuro resiliente.

5.13 VOCAÇÕES HABITACIONAIS POR POLO

A mesma solução não serve para todos os municípios. Cidades maiores enfrentam pressão de aluguel, mobilidade e expansão urbana; cidades pequenas precisam de regularização, melhoria habitacional e capacidade técnica; o Pontal exige atenção à ruralidade, ao clima e à infraestrutura.

Mapa 5.2 - Vocações habitacionais propostas por polo e nó operacional



Fonte: Elaboração própria. As vocações são diretrizes de planejamento, não diagnósticos municipais fechados. A carteira final dependerá de dados das prefeituras, IBGE, SINISA, CDHU, Defesa Civil e registros fundiários.

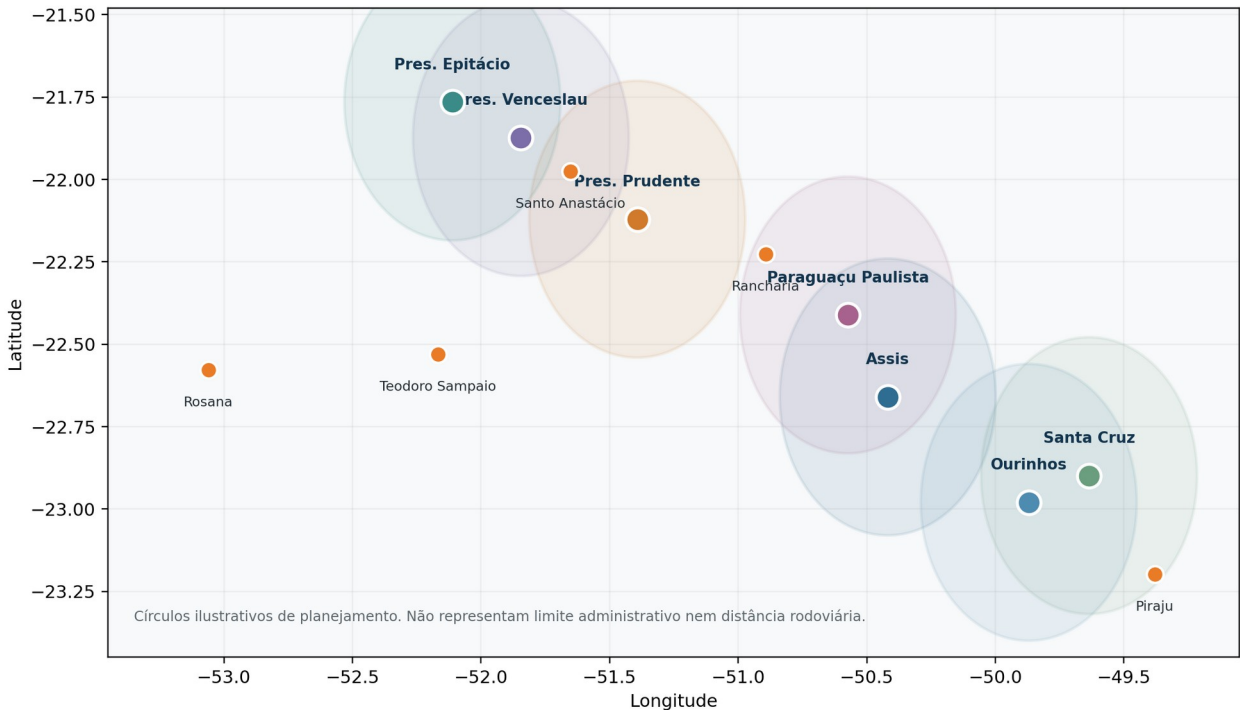
PRINCÍPIO

Priorizar o problema correto: casa nova para quem precisa de provisão, melhoria para quem já possui moradia, matrícula para quem vive na informalidade e infraestrutura para bairros incompletos.

5.14 ESCRITÓRIOS TÉCNICOS E REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE CAPACIDADE

Muitos municípios possuem demanda habitacional, mas não dispõem de equipes permanentes de arquitetura, engenharia, geoprocessamento, regularização e trabalho social. A rede regional permite compartilhar profissionais e transformar necessidades dispersas em projetos aptos a receber recursos.

Mapa 5.3 - Cobertura esquemática de escritórios técnicos regionais



Fonte: Elaboração própria. Raios meramente ilustrativos; a cobertura real deverá ser calculada por distância e tempo rodoviário, volume de demanda e capacidade dos polos.

DADOS cadastro e geoprocessamento	PROJETOS urbanismo e engenharia	EXECUÇÃO convênios e fiscalização
---	---	---

5.15 DA DEMANDA MUNICIPAL À CARTEIRA REGIONAL

A principal barreira dos pequenos municípios não é apenas a falta de recursos. É a dificuldade de reunir cadastro confiável, terreno regular, projeto, licenciamento, orçamento e documentação no momento em que os programas públicos abrem seleção.

Mapa 5.4 - Fluxo de uma carteira regional de habitação



Resultado: bairros completos, segurança jurídica e moradia conectada às oportunidades.

Fonte: Elaboração própria, proposta de governança para o Plano Regional.

META INSTITUCIONAL

Manter uma carteira regional permanente de projetos, atualizada todos os anos, para que a região deixe de perder oportunidades por ausência de documentação técnica.

Esses quatro mapas podem ser complementados por mapas estatísticos municipais à medida que as bases de saneamento, risco, regularização, produção habitacional e terrenos públicos forem conciliadas para todo o território.

CAPÍTULO 6

ECONOMIA REGIONAL

Como transformar produção em prosperidade permanente

“Produzir muito é uma força. Reter conhecimento, renda e oportunidades é desenvolvimento.”

VERSÃO FINAL - AGOSTO DE 2026

NOTA TÉCNICA

Os dados municipais mais recentes de PIB utilizados neste capítulo têm ano de referência 2023. A divulgação 2022-2023 do IBGE não trouxe a abertura setorial tradicional para esses dois anos; por isso, a leitura da estrutura produtiva usa séries anteriores e estudos regionais da Fundação Seade, sempre com o ano explicitado.

RESUMO EXECUTIVO

O Vale e o Pontal não formam uma economia única e homogênea. O território combina polos de serviços, cidades agroindustriais, municípios dependentes de transferências, cadeias sucroenergéticas, produção de grãos, pecuária, geração de energia, comércio regional e estruturas universitárias. Essa diversidade é uma vantagem, desde que seja coordenada.

A estratégia econômica proposta não se limita a atrair uma grande empresa. Ela busca construir um sistema regional capaz de transformar produção primária em alimentos processados, energia, tecnologia, serviços especializados, marcas, exportações, empregos e arrecadação local.

R\$ 3,44 tri	311,2 mil	7
PIB do Estado de SP em 2023	empregos formais criados em SP em 2025	redes econômicas do estudo-base

Fonte: IBGE, Sistema de Contas Regionais 2023; Novo Caged 2025; TCC Economia no Setor Público, 2026.

Cinco conclusões centrais

- PIB alto não significa automaticamente renda alta para as famílias; é necessário observar emprego, salários, distribuição e arrecadação.
- Os municípios apresentam especializações muito diferentes, o que reforça a necessidade de políticas econômicas ajustadas a cada rede.
- A agroindústria de alimentos e a cadeia sucroenergética já são bases industriais relevantes nas regiões de Marília e Presidente Prudente.
- Os polos de serviços precisam irradiar saúde, educação, tecnologia e inteligência empresarial para as cidades-satélite.
- A agenda regional deve substituir a disputa fiscal entre vizinhos por uma carteira conjunta de investimentos, fornecedores e infraestrutura.

1. O QUE O PIB REVELA - E O QUE ELE ESCONDE

O Produto Interno Bruto mede o valor dos bens e serviços finais produzidos em determinado território. Ele é indispensável para comparar o tamanho das economias municipais, mas não mede patrimônio acumulado, bem-estar, desigualdade ou renda disponível das famílias.

Um município pode apresentar PIB per capita elevado porque abriga uma usina, uma grande planta industrial ou uma estrutura de geração de energia. Isso não significa que cada morador receba valor semelhante. Da mesma forma, uma cidade de serviços pode ter renda, consumo e influência regional superiores ao que o indicador isolado sugere.

REGRA DE LEITURA

PIB mostra onde o valor é produzido. Emprego e salários mostram como a população participa da produção. Receita pública mostra quanto o município consegue converter em capacidade de ação.

Indicadores que devem caminhar juntos

Dimensão	Indicador principal	Pergunta respondida
Produção	PIB e valor adicionado	Quanto a economia produz?
Trabalho	Empregos formais e salários	Quem participa do crescimento?
Empresas	Estabelecimentos e sobrevivência	A base empresarial está se diversificando?
Setor externo	Exportações e destinos	A região alcança outros mercados?
Finanças públicas	Receita própria e transferências	O crescimento fortalece a autonomia municipal?
Bem-estar	Renda, pobreza e acesso a serviços	A prosperidade chega à vida cotidiana?

Fonte: Metodologia editorial do Plano Regional, com bases IBGE, RAIS/Novo Caged, MDIC e Siconfi.

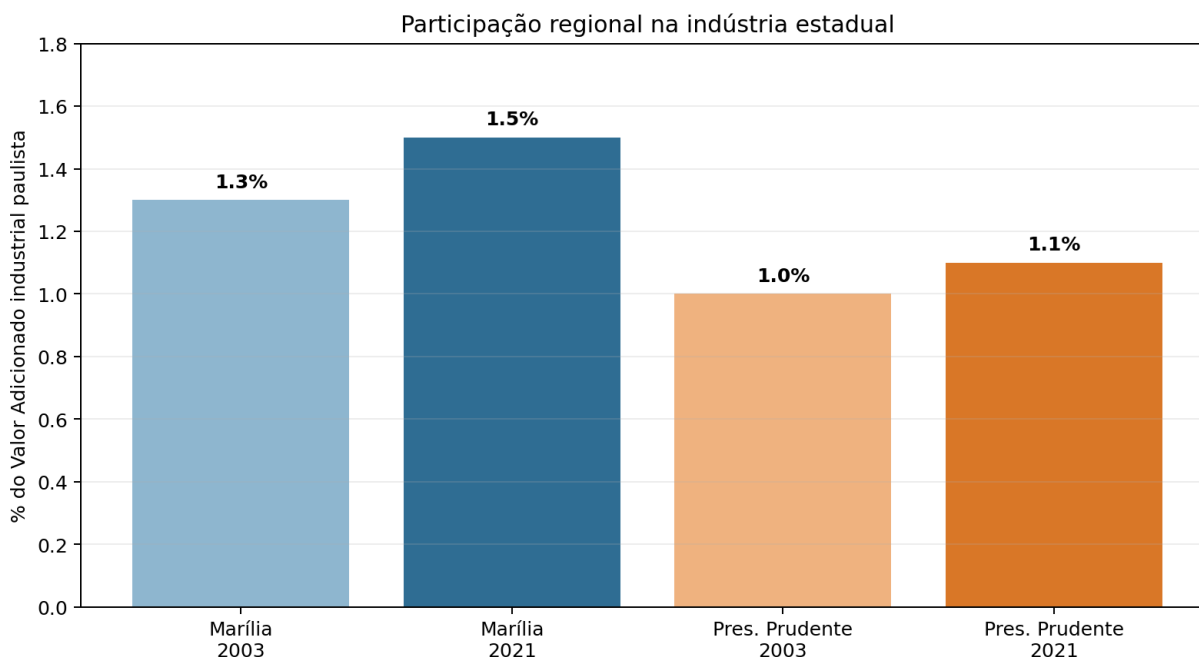
2. SÃO PAULO: ESCALA ECONÔMICA E DISPUTA POR INVESTIMENTOS

O Estado de São Paulo registrou PIB de R\$ 3,444 trilhões em 2023, maior valor entre as unidades da Federação. Essa escala oferece mercado consumidor, infraestrutura e cadeias empresariais, mas também concentra investimentos em regiões com ecossistemas já consolidados.

Para o Vale e o Pontal, competir isoladamente com Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto ou São José dos Campos é uma estratégia limitada. A alternativa é apresentar o território como uma plataforma integrada de agroindústria, energia, logística, serviços e qualidade de vida.

1,5%	1,1%	87,1%
participação da RA Marília no VA industrial paulista em 2021	participação da RA Pres. Prudente em 2021	alimentos + biocombustíveis no VTI de Pres. Prudente em 2021

Fonte: Fundação Seade, Mapa da Indústria do Estado de São Paulo, dados de 2021.

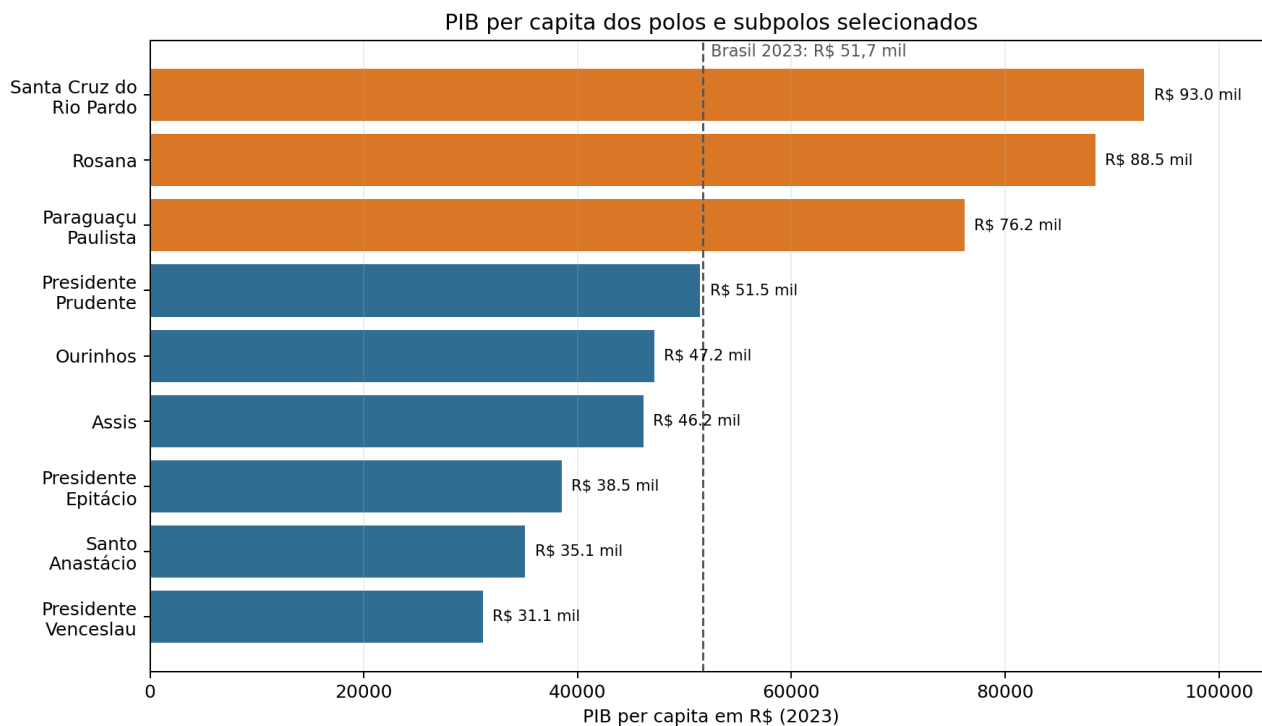


Participação regional no Valor Adicionado industrial paulista, 2003 e 2021.

As participações são modestas diante da escala estadual, mas cresceram no período analisado. O dado mais importante não é apenas o tamanho: é a especialização. As duas regiões já possuem uma base industrial vinculada à transformação de produtos agrícolas e à energia.

3. OS POLOS NÃO TÊM A MESMA ECONOMIA

Os dados de PIB per capita de 2023 revelam diferenças expressivas entre os centros das sete redes. Santa Cruz do Rio Pardo e Rosana aparecem acima de R\$ 88 mil por habitante, enquanto Presidente Venceslau e Santo Anastácio estão abaixo de R\$ 36 mil. Esses contrastes exigem políticas distintas.



PIB per capita de polos e subpolos selecionados. A linha tracejada mostra o valor do Brasil em 2023.

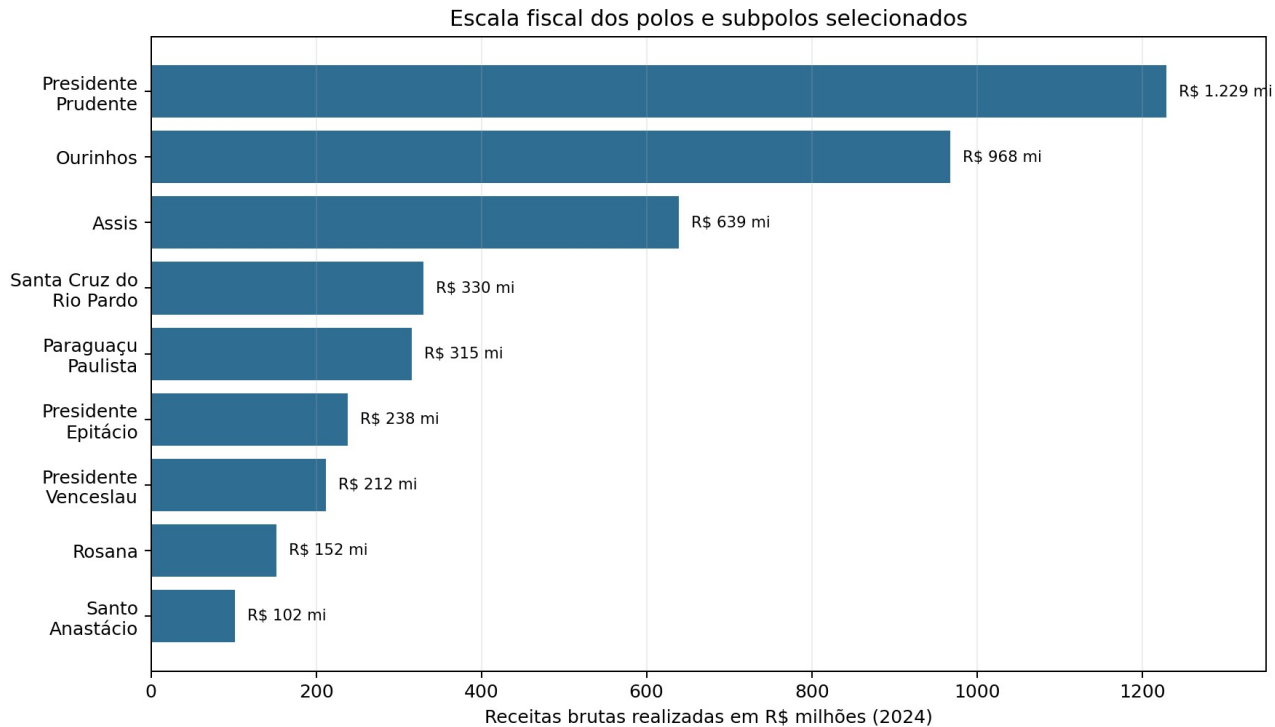
Fonte: IBGE Cidades e Produto Interno Bruto dos Municípios, 2023. Brasil: IBGE, PIB per capita 2023.

INTERPRETAÇÃO CORRETA

O gráfico não é um ranking de qualidade de vida. Valores elevados podem refletir concentração produtiva em energia, indústria ou agroindústria. A análise final deve cruzar PIB com emprego, renda, arrecadação e indicadores sociais.

4. ESCALA ECONÔMICA E CAPACIDADE FISCAL

A capacidade de um município financiar políticas públicas depende de sua receita, de sua estrutura de gastos e do grau de dependência das transferências. Os polos maiores possuem orçamentos mais robustos e condições de manter equipes técnicas, captar recursos e estruturar projetos. As cidades pequenas precisam acessar essa capacidade por meio de consórcios, escritórios regionais e projetos compartilhados.



Receitas brutas realizadas em 2024, segundo o painel IBGE Cidades/Siconfi.

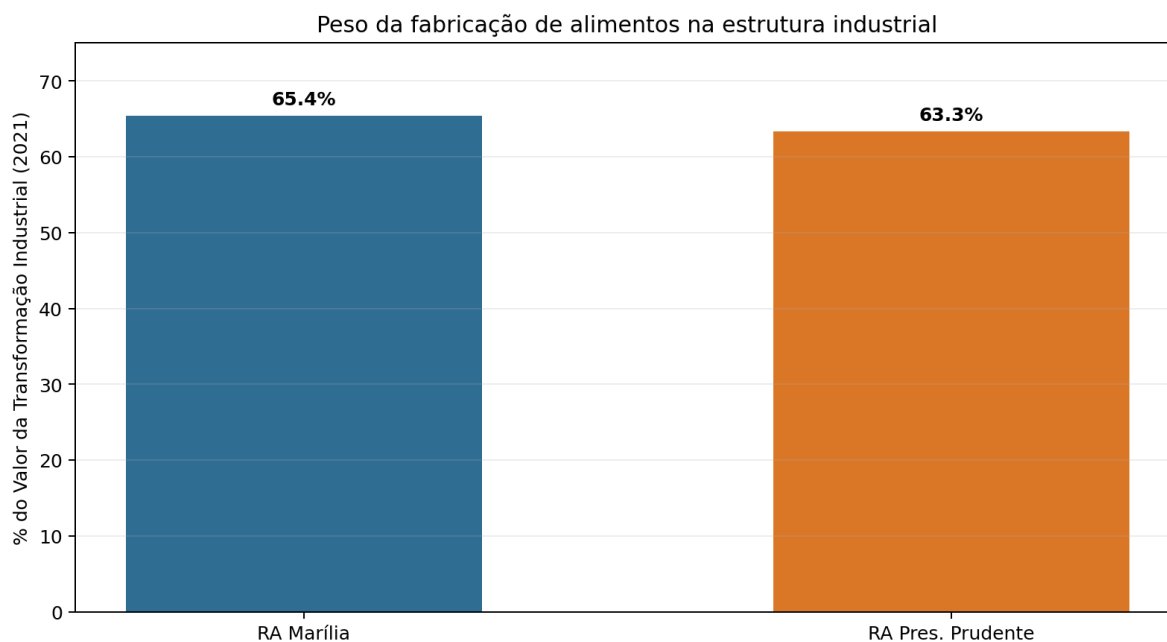
Fonte: IBGE Cidades, com dados do Siconfi/Tesouro Nacional, 2024.

Município	PIB per capita 2023	Receita bruta 2024
Assis	R\$ 46.175,48	R\$ 639,2 milhões
Ourinhos	R\$ 47.155,54	R\$ 967,6 milhões
Presidente Prudente	R\$ 51.480,93	R\$ 1,229 bilhão
Paraguaçu Paulista	R\$ 76.213,56	R\$ 315,5 milhões
Santa Cruz do Rio Pardo	R\$ 93.015,43	R\$ 330,1 milhões
Presidente Venceslau	R\$ 31.143,95	R\$ 211,9 milhões
Santo Anastácio	R\$ 35.098,41	R\$ 101,6 milhões
Presidente Epitácio	R\$ 38.520,75	R\$ 237,9 milhões
Rosana	R\$ 88.459,34	R\$ 151,7 milhões

Fonte: IBGE Cidades, indicadores municipais de 2023 e 2024.

5. A BASE INDUSTRIAL JÁ EXISTE

A narrativa de que o Oeste Paulista não possui indústria é incorreta. O que existe é uma indústria menos diversificada e fortemente conectada à transformação de matérias-primas agrícolas. Em 2021, a fabricação de produtos alimentícios representava 65,4% do Valor da Transformação Industrial da Região Administrativa de Marília e 63,3% na Região Administrativa de Presidente Prudente.



Participação da fabricação de alimentos no Valor da Transformação Industrial regional, 2021.

Fonte: Fundação Seade, Mapa da Indústria do Estado de São Paulo, 2021.

Na Região Administrativa de Presidente Prudente, alimentos e biocombustíveis somavam 87,1% do VTI em 2021. Essa concentração é, simultaneamente, força e risco. Ela cria escala e conhecimento, mas aumenta a exposição a preços agrícolas, clima e ciclos internacionais.

Direção estratégica

- Ampliar processamento de grãos, carnes, mandioca, amendoim, frutas e derivados da cana.
- Desenvolver fornecedores de máquinas, automação, embalagens, manutenção e logística.
- Aproveitar resíduos para biogás, biometano, biofertilizantes e novos materiais.
- Criar marcas regionais e canais de comercialização com maior margem.
- Conectar pequenas empresas a cadeias das grandes agroindústrias.

6. AGROPECUÁRIA: PRODUZIR MAIS NÃO BASTA

A região possui participação relevante em cana-de-açúcar, soja, milho, pecuária e outras cadeias. Em 2021, a Região Administrativa de Marília respondia por 22,9% da produção paulista de soja, enquanto a Região Administrativa de Presidente Prudente tinha 8,5% da cana e 7,7% do milho estadual. Esses números demonstram que há matéria-prima e escala para uma política de agregação de valor.

22,9%	8,5%	7,7%
participação da RA Marília na soja paulista em 2021	participação da RA Pres. Prudente na cana em 2021	participação da RA Pres. Prudente no milho em 2021

Fonte: Fundação Seade, Agropecuária Paulista e Transição Energética, com dados do IBGE, 2021.

A política econômica deve observar o caminho completo do produto: insumos, produção, armazenagem, industrialização, certificação, comercialização, exportação e aproveitamento dos resíduos. Quanto maior a parcela executada dentro do território, maior a retenção de empregos e renda.

DO CAMPO AO VALOR AGREGADO

Grão vendido é produção. Farinha, óleo, proteína, ingrediente, ração, biocombustível, embalagem, marca e tecnologia são cadeias de valor.

Diretriz cartográfica 6.1

Mapa das principais cadeias produtivas por município, com usinas, armazéns, frigoríficos, indústrias alimentícias, produção agrícola e acesso aos corredores logísticos. Fontes: IBGE/PAM, IEA-SP, MAPA, ANP e cadastros estaduais.

7. BIOECONOMIA E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A cadeia sucroenergética já produz açúcar, etanol e bioeletricidade. A próxima etapa envolve etanol de segunda geração, biogás, biometano, combustíveis sustentáveis, fertilizantes de base biológica e aproveitamento de resíduos.

A Região Administrativa de Presidente Prudente foi uma das áreas paulistas de maior expansão da cana entre 2003 e 2019: a quantidade colhida passou de 8,2 milhões para 34,3 milhões de toneladas. Em 2019, a região concentrava 16,5% dos empregos formais paulistas na fabricação de etanol.

Fonte: Fundação Seade, Os Biocombustíveis no Estado de São Paulo, dados IBGE, ANP e RAIS, 2003-2019.

Oportunidades de curto e médio prazo

Ativo existente	Nova cadeia possível	Resultado esperado
Bagaço e palha de cana	Bioeletricidade e etanol 2G	Energia e tecnologia
Vinhaça e torta de filtro	Biogás, biometano e fertilizantes	Receita com resíduos
Resíduos animais	Biogás e biofertilizantes	Saneamento produtivo
Soja e gordura animal	Biodiesel e ingredientes	Diversificação industrial
Água e reservatórios	Piscicultura e alimentos processados	Emprego no Pontal

PRINCÍPIO

A sustentabilidade só se transforma em desenvolvimento quando produz tecnologia, redução de custos, novos mercados e renda para o território.

8. SERVIÇOS: A ECONOMIA QUE CONECTA A REGIÃO

Assis, Ourinhos e Presidente Prudente exercem funções econômicas que ultrapassam seus limites municipais. Saúde, educação, comércio, finanças, tecnologia, serviços empresariais e administração atraem fluxos diários de cidades menores.

Esses polos devem ser compreendidos como infraestrutura regional. Um hospital especializado, uma universidade ou um escritório técnico não atende apenas a população do município-sede; ele sustenta a competitividade de toda a rede.

Serviços que precisam ganhar escala

- Engenharia, projetos, licenciamento e estruturação de investimentos.
- Tecnologia da informação, cibersegurança e serviços digitais.
- Consultoria agrícola, laboratórios e certificação de alimentos.
- Logística, comércio exterior e inteligência de mercado.
- Saúde especializada, formação médica e economia do cuidado.
- Serviços financeiros para pequenas empresas e produtores.

RISCO DA POLARIZAÇÃO NEGATIVA

O polo não pode apenas absorver consumo e talentos das cidades menores. A política regional deve criar fornecedores, empregos e especializações também nas cidades-satélite.

Síntese visual 6.2

Fluxo diário de pessoas e serviços entre cidades-satélite e polos: trabalho, saúde, ensino, compras, serviços públicos e logística. A base será construída com dados de deslocamento do Censo, saúde e educação.

9. TRABALHO: O INDICADOR QUE APROXIMA A ECONOMIA DAS PESSOAS

O Estado de São Paulo criou 311,2 mil empregos formais em 2025, segundo o Novo Caged. No início do ano, indústria e construção tiveram forte participação; ao longo de 2025, serviços se mantiveram como principal gerador de vagas. O desafio regional é transformar esse dinamismo estadual em oportunidades compatíveis com as vocações locais.

311,2 mil saldo paulista de empregos em 2025	R\$ 2.542 salário médio de admissão em SP em jan. de 2025	18-24 anos faixa de maior saldo em vários meses de 2025
--	---	---

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Novo Caged; Secretaria de Comunicação Social, 2025-2026.

A geração de postos de trabalho precisa ser acompanhada da qualidade: remuneração, estabilidade, produtividade, formação e possibilidade de progressão profissional. Empregos de baixa remuneração reduzem a saída imediata, mas não interrompem a perda de talentos qualificados.

Painel permanente de trabalho

Indicador	Periodicidade	Uso
Saldo de empregos por município e setor	Mensal	Detectar mudanças rápidas
Estoque de vínculos formais	Anual/mensal	Medir escala do mercado
Salário médio de admissão	Mensal	Avaliar qualidade das vagas
Escolaridade dos contratados	Mensal	Ajustar qualificação
Rotatividade	Anual	Identificar precariedade
Empregos de jovens e mulheres	Mensal	Orientar inclusão produtiva

10. PEQUENAS EMPRESAS E ECONOMIA LOCAL

A atração de grandes empreendimentos é importante, mas não substitui o fortalecimento das empresas que já estão no território. Pequenos negócios geram empregos distribuídos, ocupam centros urbanos, contratam serviços locais e mantêm renda circulando na região.

Uma política regional de desenvolvimento precisa reduzir obstáculos recorrentes: dificuldade de crédito, ausência de planejamento, baixa digitalização, vendas concentradas no mercado local, falta de sucessão empresarial e pouca conexão com grandes compradores.

Programa regional de fornecedores

- Mapear compras das usinas, hospitais, universidades, prefeituras e grandes empresas.
- Identificar produtos e serviços que poderiam ser fornecidos regionalmente.
- Qualificar empresas para padrões técnicos, sanitários e financeiros.
- Criar rodadas permanentes de negócios e plataforma regional de fornecedores.
- Usar compras públicas de forma legal e transparente para desenvolver capacidades locais.

EFEITO MULTIPLICADOR

Cada compra realizada dentro da região pode gerar nova receita, emprego, imposto e demanda para outro fornecedor local.

Indicadores

Número de empresas ativas, abertura e encerramento, empregos por porte, participação em compras públicas, valor de vendas fora do município e sobrevivência após dois e cinco anos.

11. LOGÍSTICA: O CUSTO QUE DEFINE QUEM COMPETE

A produção regional percorre longas distâncias até os mercados consumidores e os portos. Rodovias, ferrovias, terminais, armazenagem e conectividade determinam o custo final dos produtos e a localização das novas empresas.

A Rodovia Raposo Tavares organiza parte significativa dos fluxos leste-oeste, enquanto outros corredores conectam os municípios às regiões de Marília, Bauru, Paraná e Mato Grosso do Sul. A ferrovia é tratada no estudo-base como infraestrutura capaz de reduzir custos e ampliar escala, mas qualquer proposta deve ser confrontada com concessões, demanda de carga, investimento e viabilidade operacional.

Carteira logística regional

Projeto	Objetivo econômico	Evidência necessária
Melhorias rodoviárias	Reduzir tempo e acidentes	Fluxo de veículos e cargas
Terminais de transbordo	Integrar rodovia e ferrovia	Volume e origem das cargas
Armazéns e cadeia fria	Reduzir perdas e sazonalidade	Produção e capacidade instalada
Conectividade rural	Digitalizar produção e serviços	Cobertura e qualidade do sinal
Áreas industriais conectadas	Atrair transformação local	Energia, água, acesso e licenciamento

CRITÉRIO

Obra estratégica é aquela que reduz custos de várias cadeias e beneficia diversos municípios, não apenas aquela que aparece mais.

12. UNIVERSIDADES, TECNOLOGIA E PRODUTIVIDADE

A região já possui universidades, faculdades, FATECs, ETECs e centros de formação. O desafio é converter esse patrimônio em produtividade empresarial e novos negócios.

A Região Administrativa de Marília ampliou sua participação no emprego e no Valor da Transformação Industrial de máquinas e equipamentos entre 2011 e 2021. Parte desse avanço esteve ligada a máquinas para agricultura e pecuária, uma conexão direta entre conhecimento industrial e vocação produtiva regional.

Fonte: Fundação Seade, Evolução do Setor de Máquinas e Equipamentos no Estado de São Paulo, dados IBGE/RAIS, 2011-2021.

Agenda universidade-empresa

- Laboratórios compartilhados para alimentos, solos, água e materiais.
- Projetos de produtividade para pequenas e médias empresas.
- Incubação de empresas de tecnologia agrícola, saúde e energia.
- Estágios e residência técnica orientados a problemas regionais.
- Propriedade intelectual e transferência de tecnologia com regras claras.
- Observatório de profissões e competências demandadas.

META QUALITATIVA

Cada pesquisa aplicada deve responder a uma pergunta regional, e cada empresa deve saber onde buscar conhecimento técnico no território.

13. ESTUDO COMPARATIVO: PETROLINA-JUAZEIRO

O estudo-base utiliza o polo Petrolina-Juazeiro como referência porque aquela região também enfrentou isolamento, dependência de recursos externos e baixa agregação de valor. A transformação ocorreu pela combinação de irrigação, pesquisa, coordenação institucional, logística, organização dos produtores e acesso aos mercados.

A principal lição não é copiar a fruticultura irrigada. É compreender que infraestrutura sem coordenação produz resultados limitados, e que cooperação sem uma cadeia econômica competitiva também não sustenta o desenvolvimento.

Lições aplicáveis

Lição	Aplicação no Vale e Pontal
Instituição coordenadora	Consórcios e governança econômica permanente
Pesquisa orientada ao mercado	Universidades conectadas às cadeias locais
Infraestrutura de uso comum	Logística, laboratórios, irrigação e energia
Acesso a mercados	Inteligência comercial e exportação
Organização dos produtores	Cooperativas e redes de fornecedores
Marca territorial	Promoção conjunta do território

Fonte: TCC Economia no Setor Público, capítulo comparativo Petrolina-Juazeiro; referências bibliográficas do estudo.

LIMITE DA COMPARAÇÃO

O Vale e o Pontal possuem clima, estrutura fundiária, cadeias produtivas e instituições diferentes. O estudo de caso fornece princípios, não uma fórmula pronta.

14. ESTRATÉGIA ECONÔMICA DAS SETE REDES

Rede	Função econômica proposta	Prioridade
Assis	Serviços, saúde, educação e tecnologia	Acelerar agroindústria e serviços empresariais
Ourinhos	Logística e conexão com mercados	Terminais, armazenagem e serviços de transporte
Santa Cruz do Rio Pardo	Agroindústria e encadeamento industrial	Fornecedores, alimentos e máquinas
Presidente Prudente	Serviços avançados e economia de aglomeração	Tecnologia, saúde, comércio e formação
Paraguaçu Paulista	Integração central, bioenergia e ferrovia	Energia, resíduos e logística
Venceslau/Santo Anastácio	Pecuária, serviços e apoio técnico	Processamento, veterinária e fornecedores
Epitácio/Rosana	Água, energia, turismo e bioeconomia	Piscicultura, alimentos, turismo e energia

Essa divisão não deve ser tratada como fronteira rígida. Cadeias econômicas atravessam redes, e os polos podem compartilhar funções. O objetivo é organizar prioridades e evitar a repetição de projetos idênticos sem escala.

Diretriz cartográfica 6.3

Mapa econômico das sete redes com polos, áreas industriais, principais produtos, grandes estabelecimentos, energia, rodovias, ferrovia e fluxos de trabalhadores.

15. AGENDA ECONÔMICA 2035

Eixo 1 - Agregação de valor

- Carteira regional de agroindústrias e fornecedores.
- Aproveitamento econômico de resíduos.
- Certificação, marcas e acesso a mercados.

Eixo 2 - Infraestrutura produtiva

- Corredores logísticos priorizados por volume e impacto.
- Conectividade rural e áreas industriais preparadas.
- Projetos compartilhados de armazenagem e laboratórios.

Eixo 3 - Pessoas e inovação

- Formação alinhada às cadeias econômicas.
- Programas de produtividade e digitalização.
- Retenção de jovens e empreendedorismo tecnológico.

Eixo 4 - Empresas locais

- Programa regional de fornecedores.
- Crédito, garantias e assistência de gestão.
- Compras públicas transparentes e desenvolvimento local.

Eixo 5 - Governança e dados

- Observatório econômico regional.
- Agência ou fórum permanente de investimentos.
- Metas anuais de emprego, renda, exportação e arrecadação.

RESULTADO ESPERADO

Uma economia regional menos dependente de commodities e transferências, com mais transformação, serviços especializados, empregos qualificados e arrecadação própria.

16. PAPEL DO DEPUTADO ESTADUAL

O deputado estadual não cria empregos por decreto e não deve prometer instalar empresas. Sua atuação econômica é legislativa, fiscalizatória, orçamentária e articuladora.

Compromissos objetivos

- Fiscalizar políticas estaduais de desenvolvimento e sua distribuição territorial.
- Defender recursos para infraestrutura, ensino técnico, inovação e projetos regionais.
- Propor transparência nos incentivos e contrapartidas de emprego e investimento.
- Articular Investe SP, Desenvolve SP, universidades, municípios e empresas.
- Acompanhar concessões, obras e serviços que afetam custos logísticos.
- Estimular consórcios e projetos que beneficiem várias cidades.
- Criar audiências anuais de prestação de contas da economia regional.

MANDATO DIFERENTE

Emendas atendem urgências. A estratégia econômica deve aumentar a capacidade da região de gerar recursos e oportunidades continuamente.

Propostas legislativas a desenvolver

Proposta	Objeto
Programa Paulista de Projetos Regionais	Apoio técnico a consórcios e carteiras de investimento
Painel de Incentivos e Contrapartidas	Transparência sobre benefícios e resultados
Rede de Laboratórios do Interior	Compartilhamento entre universidades e empresas
Programa Regional de Fornecedores	Integração de pequenas empresas às grandes cadeias
Relatório Territorial do Orçamento	Identificação dos investimentos estaduais por região

17. PAINEL DE METAS E INDICADORES

Objetivo	Indicador	Fonte	Periodicidade
Aumentar produção	PIB real e PIB per capita	IBGE/Seade	Anual
Gerar empregos	Saldo e estoque formal	Novo Caged/RAIS	Mensal/anual
Melhorar qualidade	Salário médio e rotatividade	Novo Caged/RAIS	Mensal/anual
Diversificar	Emprego e VTI por setor	RAIS/PIA/Seade	Anual
Agregar valor	Agroindústrias e produção processada	IBGE/MAPA/IEA	Anual
Acessar mercados	Exportações municipais	MDIC/Comex Stat	Mensal
Fortalecer empresas	Abertura, sobrevivência e porte	Receita/Sebrae/Jucesp	Anual
Ganhar autonomia	Receita própria e dependência	Siconfi/TCE-SP	Anual
Reter talentos	Migração e emprego de graduados	IBGE/MEC/RAIS	Censitária/anual

As metas quantitativas serão fixadas depois da consolidação territorial definitiva. O TCC anuncia 67 municípios, mas enumera nominalmente 57 nas sete redes. Somar PIB, emprego ou população antes de resolver essa diferença produziria um total regional incorreto.

TRANSPARÊNCIA METODOLÓGICA

Quando a base territorial mudar, as séries históricas deverão ser recalculadas com a mesma lista de municípios para manter comparabilidade.

CONCLUSÃO

O Vale e o Pontal já produzem alimentos, energia, serviços e conhecimento. A tarefa econômica não começa do zero. Começa com a organização de ativos que hoje operam de forma fragmentada.

O caminho proposto combina agroindustrialização, bioeconomia, serviços especializados, pequenas empresas, inovação, infraestrutura e cooperação. Nenhum desses elementos funciona isoladamente. Uma usina competitiva precisa de logística; uma empresa inovadora precisa de pessoas; um jovem qualificado precisa de carreira; uma prefeitura precisa de arrecadação; uma cidade pequena precisa de escala regional.

Desenvolvimento econômico não é anunciar recursos que um dia chegarão. É construir uma região capaz de gerar continuamente produção, renda, emprego, conhecimento e capacidade pública.

SÍNTESE FINAL

O interior será mais forte quando deixar de exportar apenas matéria-prima e jovens e passar a exportar produtos, tecnologia, serviços e inteligência.

REFERÊNCIAS E BASES DE DADOS

Fonte	Aplicação
IBGE - Sistema de Contas Regionais 2023	PIB do Estado de São Paulo.
IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios 2022-2023	PIB municipal e notas metodológicas.
IBGE Cidades	PIB per capita, população e finanças municipais.
Fundação Seade - Mapa da Indústria do Estado de São Paulo	Valor Adicionado, VTI e especialização industrial, 2003-2021.
Fundação Seade - Biocombustíveis no Estado de São Paulo	Cana, etanol, emprego e comércio exterior.
Fundação Seade - Agropecuária Paulista e Transição Energética	Produção agrícola regional e emprego.
Ministério do Trabalho e Emprego - Novo Caged	Geração de empregos formais, 2025.
MDIC - Comex Stat	Base prevista para exportações municipais.
Tesouro Nacional - Siconfi	Receitas e despesas municipais.
TCC Economia no Setor Público, 2026	Sete redes, governança e estudo Petrolina-Juazeiro.

Notas metodológicas

- Valores monetários correntes não devem ser comparados ao longo do tempo sem correção de preços.
- O PIB per capita não é renda média e não mede distribuição.
- Dados setoriais usados neste capítulo possuem anos distintos, sempre indicados.
- Os números regionais consolidados devem informar o recorte municipal e o ano-base utilizados.
- Cada tabela e gráfico informa o ano-base e a fonte adotada nesta edição.

ANEXO COMPARATIVO - INDUSTRIALIZAÇÃO, RENDA E CAPACIDADE DE ATRAÇÃO

Este anexo compara o Vale e o Pontal com três referências do interior paulista: as regiões metropolitanas de Campinas, São José do Rio Preto e Vale do Paraíba e Litoral Norte. O objetivo não é afirmar causalidade automática, mas mostrar como escala urbana, indústria, inovação, logística e governança se combinam para ampliar renda, consumo e atração de investimentos.

Nota metodológica: os números disponíveis publicamente possuem anos de referência diferentes. Cada gráfico informa o ano e a fonte. Valores de anos distintos não devem ser lidos como um ranking contemporâneo perfeito. A comparação setorial mais consistente usa 2021, último ano com abertura municipal completa do valor adicionado antes da reformulação do PIB dos Municípios.

1. Escala e concentração urbana

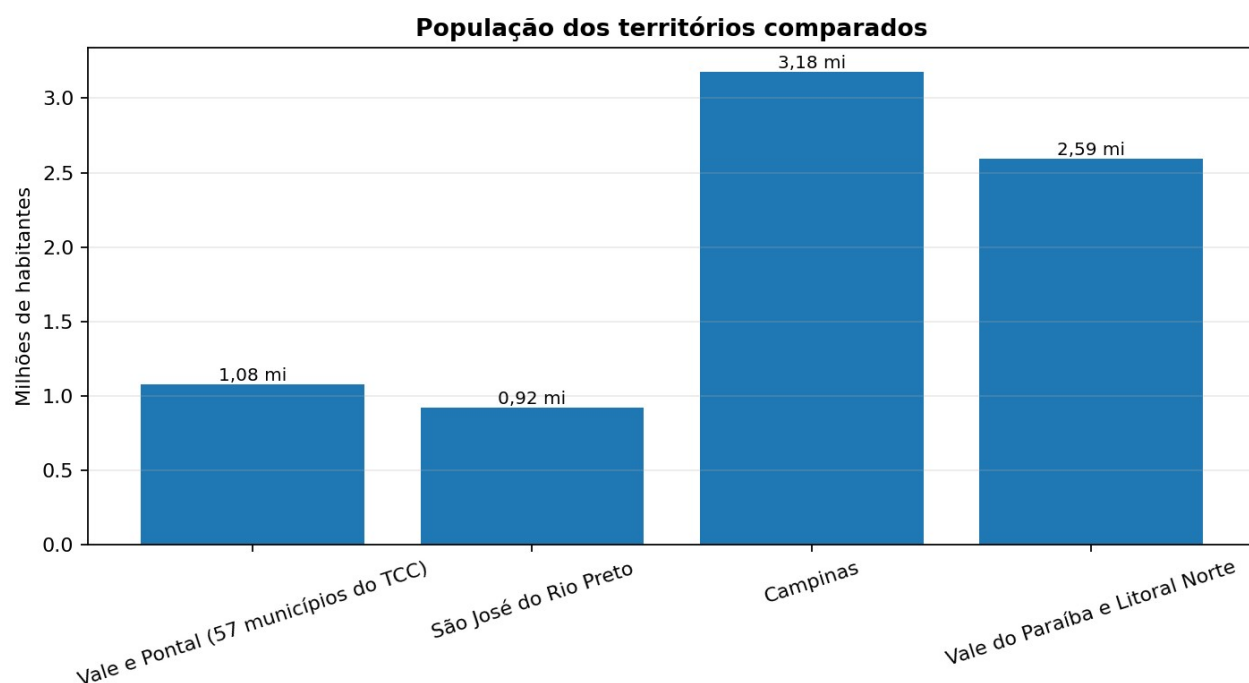


Gráfico 6A.1 - População dos territórios comparados

Fonte: Agemcamp/IBGE 2022; Agemvale/IBGE 2024; Alesp/IBGE 2021; TCC 2026 (soma das 57 cidades listadas).

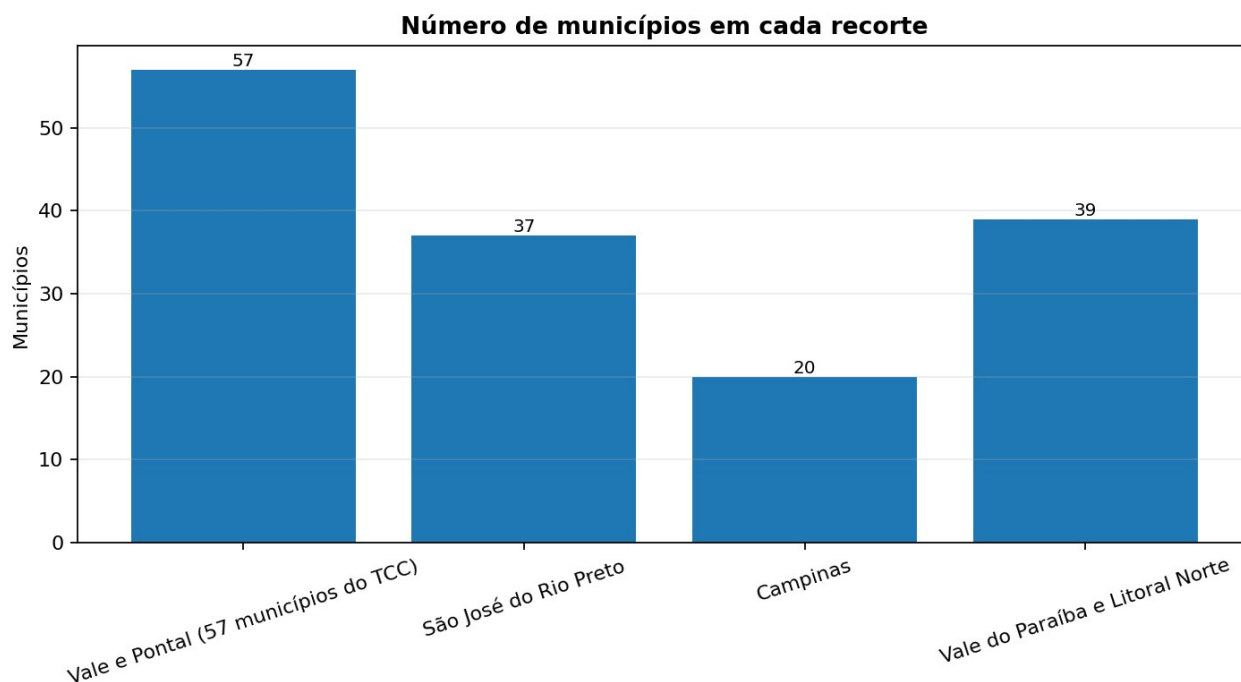


Gráfico 6A.2 - Número de municípios por recorte

Fonte: Leis e páginas institucionais das regiões metropolitanas; TCC 2026.

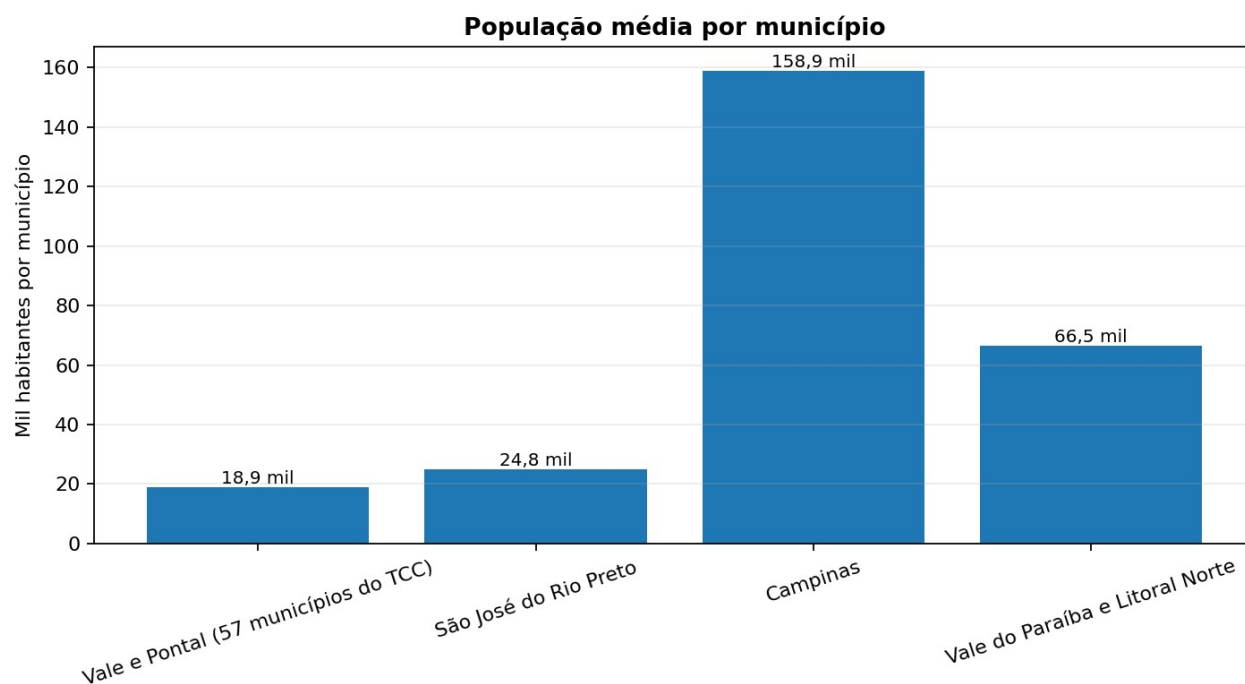


Gráfico 6A.3 - População média por município

Fonte: Cálculo próprio: população do recorte dividida pelo número de municípios.

Campinas combina grande população com poucos municípios, o que eleva a concentração de mercado, mão de obra e infraestrutura. O Vale e o Pontal possuem uma população relevante, mas dispersa em número muito maior de cidades. Essa fragmentação reduz escala individual e reforça a necessidade de redes regionais.

2. Renda e produto regional

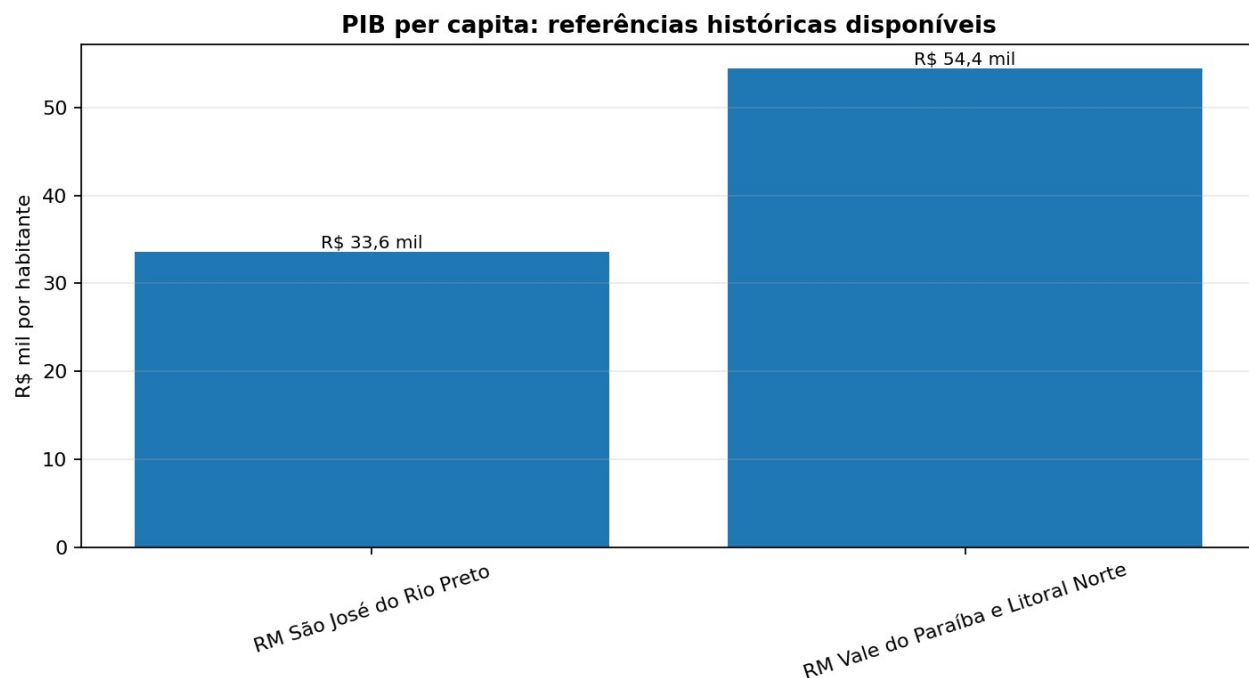


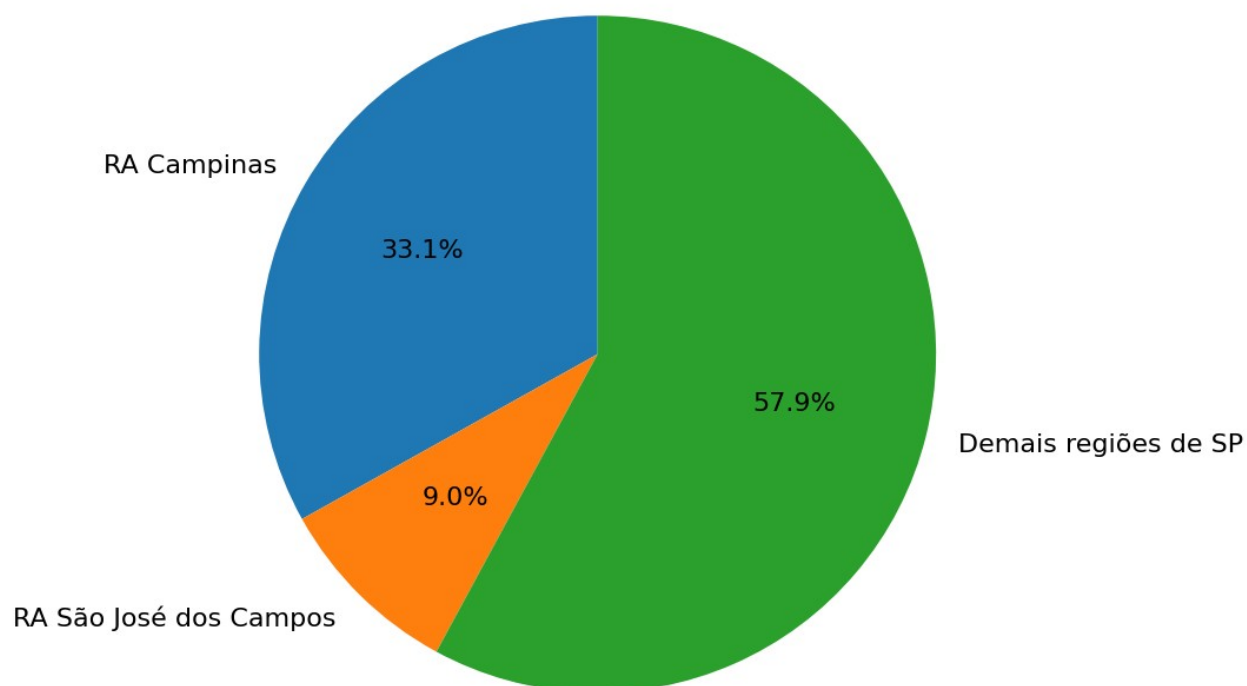
Gráfico 6A.4 - PIB per capita em referências históricas disponíveis

Fonte: Agemvale/Seade: PIB 2018 em reais de 2020; documentação de criação da RM de Rio Preto: valor divulgado no processo de 2021. Cálculo próprio do PIB per capita.

O gráfico não inclui Vale e Pontal nem Campinas porque não foi encontrada, nesta etapa, uma série regional homogênea e com o mesmo ano para os quatro recortes. O livro não preencherá essa lacuna com estimativas não verificadas. A próxima consolidação utilizará a base municipal Seade 2021 para somar o PIB e o valor adicionado dos municípios em cada recorte.

Mesmo com essa limitação, a diferença entre as referências disponíveis ilustra um ponto central: territórios com maior densidade de atividades industriais, tecnológicas e logísticas tendem a gerar mais valor por habitante. O efeito aparece na massa salarial, no consumo de serviços e na arrecadação local.

3. O peso industrial no interior paulista

Participação no VTI industrial paulista - 2021**Gráfico 6A.5 - Participação regional no Valor de Transformação Industrial paulista, 2021**

Fonte: Fundação Seade, O mapa da indústria do Estado de São Paulo. Recorte por Regiões Administrativas, não por regiões metropolitanas.

A Região Administrativa de Campinas respondeu por 33,1% do VTI estadual em 2021. A Região Administrativa de São José dos Campos respondeu por 9,0%. Juntas, essas duas regiões concentraram 42,1% da transformação industrial paulista. O dado evidencia que a industrialização do interior não é apenas complementar à capital: ela já constitui um dos principais motores da economia estadual.

4. Indústria, emprego e consumo

Composição do saldo de empregos da RMC - 2021

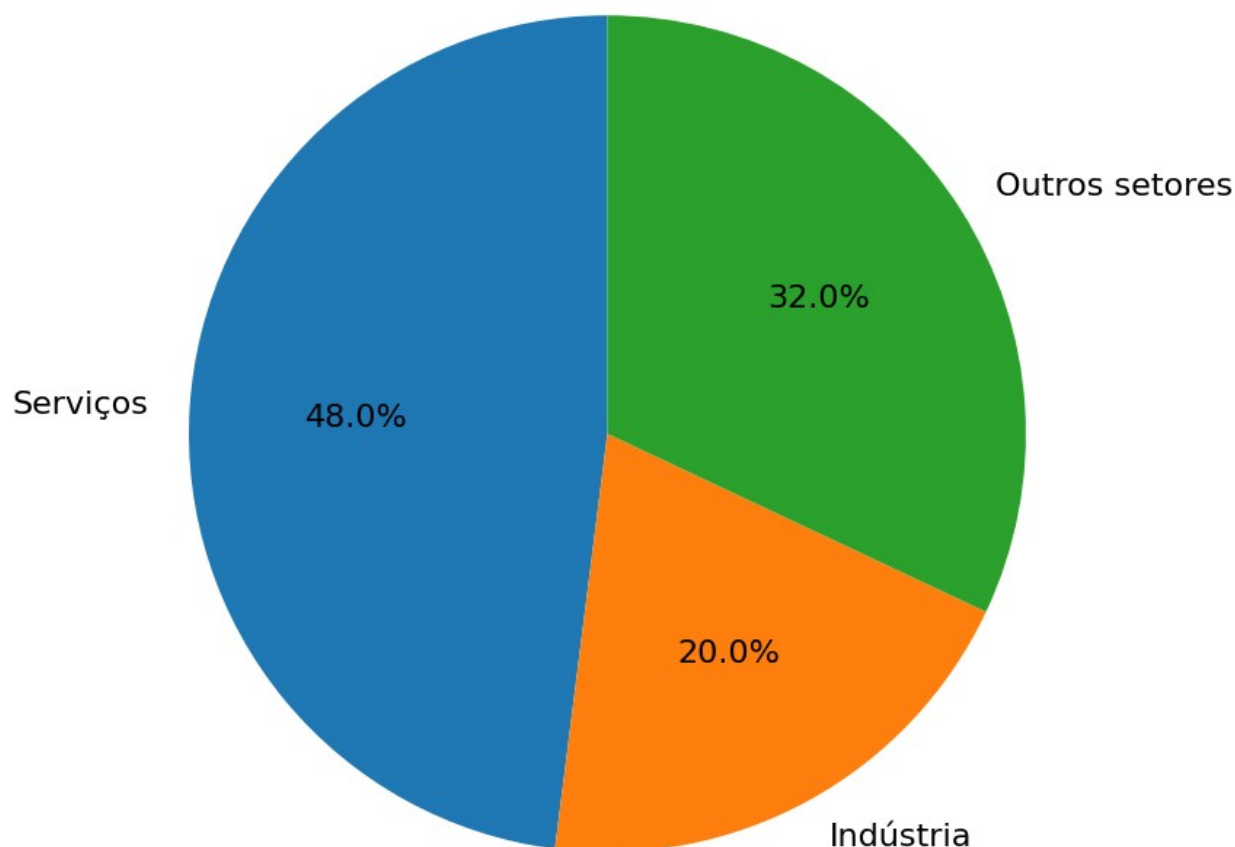


Gráfico 6A.6 - Composição do saldo de empregos da RMC em 2021

Fonte: Novo Caged, compilado por Investe SP/Correio. Serviços: 48%; indústria: 20%; demais setores: 32%.

Em 2021, os 20 municípios da Região Metropolitana de Campinas registraram saldo positivo de 64.703 empregos formais. A indústria respondeu por 20% do saldo e os serviços por 48%. A interpretação correta não é que a indústria substitui os serviços. O parque industrial cria demanda por logística, tecnologia, manutenção, engenharia, comércio, finanças, saúde, educação e alimentação, ampliando o mercado consumidor regional.

5. Matriz estratégica

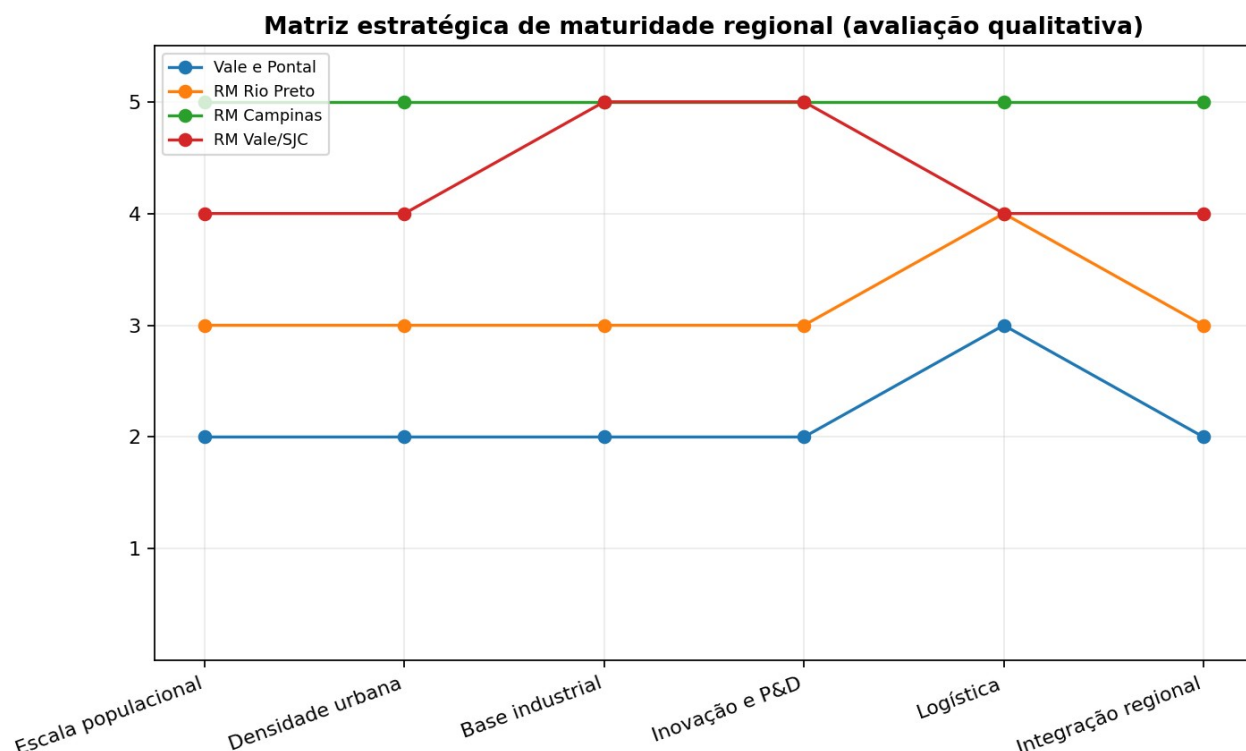


Gráfico 6A.7 - Maturidade regional por dimensão

Fonte: Avaliação qualitativa editorial, escala de 1 a 5. Não é indicador estatístico.

A matriz serve para orientar prioridades, não para substituir dados. Campinas e o eixo de São José dos Campos mostram o estágio de regiões onde indústria, inovação e logística se reforçam. Rio Preto demonstra a capacidade de combinar agronegócio, indústria de alimentos, turismo e serviços. O Vale e o Pontal têm ativos semelhantes, mas precisam conectá-los por governança, infraestrutura e uma política explícita de agregação de valor.

6. O que a industrialização pode produzir

- Renda: empregos industriais e tecnológicos tendem a pagar salários maiores e sustentam ocupações qualificadas em serviços.
- Consumo: a massa salarial adicional aumenta a demanda por comércio, habitação, saúde, educação, lazer e serviços profissionais.
- Arrecadação: mais atividade econômica amplia ISS, cota-parte do ICMS e capacidade de investimento municipal, embora o efeito dependa da estrutura tributária e das cadeias locais.
- Investimentos: empresas preferem territórios com fornecedores, mão de obra, energia, logística, universidades e previsibilidade institucional.
- Resiliência: uma economia diversificada sofre menos quando uma única cultura agrícola, usina ou empregador entra em crise.

7. Metas de comparação para o Vale e o Pontal

Dimensão	Indicador a acompanhar	Meta de direção
Indústria	Empregos industriais por 1.000	Crescimento contínuo acima do

	habitantes	emprego total
Renda	Remuneração média formal real	Convergência progressiva com Rio Preto
Investimento	Novos estabelecimentos e capital anunciado	Carteira regional anual publicada
Consumo	Massa salarial e empregos em serviços privados	Crescer junto com a base produtiva
Arrecadação	Receita tributária própria per capita	Reduzir dependência de transferências
Inovação	Empregos em tecnologia, P&D e engenharia	Dobrar participação em dez anos

8. Fontes e limitações

- Agemcamp - perfil da Região Metropolitana de Campinas: população, área, composição e caracterização econômica.
- Agemvale - perfil e perguntas frequentes da RM Vale do Paraíba e Litoral Norte: população, área, composição e PIB histórico.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - criação e composição da RM de São José do Rio Preto.
- Fundação Seade - mapa da indústria paulista e base de PIB municipal até 2021.
- Ministério do Trabalho e Emprego / Novo Caged - emprego formal.
- IBGE - população e PIB dos Municípios.

CAPÍTULO 7

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Conectar produção, pessoas e oportunidades

“A distância não é medida apenas em quilômetros. É medida em tempo, custo, risco e oportunidades perdidas.”

VERSÃO FINAL - AGOSTO DE 2026

NOTA METODOLÓGICA

Todos os valores, extensões e datas apresentados neste capítulo indicam fonte e ano de referência. Diagramas de corredores são esquemáticos e não substituem mapas rodoviários, projetos executivos, estudos de demanda ou levantamentos de engenharia.

RESUMO EXECUTIVO

A infraestrutura regional precisa ser tratada como um sistema. Uma rodovia duplicada perde parte de seu valor quando os acessos municipais, as estradas rurais, os terminais, a conectividade e a segurança viária permanecem fragmentados. Da mesma forma, ferrovia, hidrovia e aeroporto só produzem desenvolvimento quando conectados a cadeias produtivas, áreas industriais e serviços de apoio.

O eixo central do território é a Rodovia Raposo Tavares. A leste de Ourinhos, o Lote Paranapanema iniciou operação em fevereiro de 2026; a oeste, a concessão CART administra os trechos que ligam Ourinhos a Presidente Epitácio, além de segmentos estratégicos das SP-225 e SP-327.

R\$ 5,86 bi	285 km	388,2 km
investimentos previstos no Lote Paranapanema; ref. 2025	extensão da nova concessão; 2026	trechos CART diretamente relevantes; cálculo próprio

Fonte: ARTESP, páginas das concessionárias Via Raposo e CART, consultadas em julho de 2026. O total de 388,2 km soma os segmentos contratuais da SP-270, SP-225 e SP-327 informados pela ARTESP.

Diagnóstico em uma frase

TESE DO CAPÍTULO

A região já possui uma espinha dorsal rodoviária relevante, mas ainda precisa transformar corredores de passagem em plataformas de agregação de valor, integração multimodal e acesso confiável para todos os municípios.

Prioridades imediatas

- Acompanhar o cronograma contratual e os indicadores de qualidade do Lote Paranapanema.
- Eliminar gargalos de acessos, travessias urbanas, segurança e última milha produtiva.
- Organizar uma auditoria independente do corredor ferroviário histórico antes de prometer reativação.
- Estruturar estudos de viabilidade para terminais multimodais e interface hidroviária em Presidente Epitácio.
- Proteger a conectividade aérea de Presidente Prudente e integrar os aeródromos regionais a uma estratégia econômica.
- Criar um Escritório Regional de Projetos para converter prioridades em projetos licenciados e financiáveis.

1. INFRAESTRUTURA É POLÍTICA ECONÔMICA

Uma obra de transporte não gera desenvolvimento automaticamente. Seu efeito depende de três conexões: com a produção, com as pessoas e com as instituições capazes de operar o novo ativo. Sem áreas industriais preparadas, terminais, mão de obra, energia e licenciamento, a rodovia pode apenas acelerar a passagem da riqueza produzida na região.



Do corredor de passagem ao corredor de valor

Dimensão	Corredor de passagem	Corredor de valor
Rodovia	A carga atravessa o território	A carga acessa armazéns, indústrias e serviços locais
Ferrovia	Faixa física sem operação integrada	Terminal com demanda contratada e conexão portuária
Hidrovia	Potencial natural isolado	Operação previsível, terminal e cadeia produtiva adequada
Aeroporto	Voos sem estratégia regional	Conectividade para negócios, saúde, turismo e serviços
Digital	Cobertura concentrada	Conectividade no campo, escolas, saúde e empresas

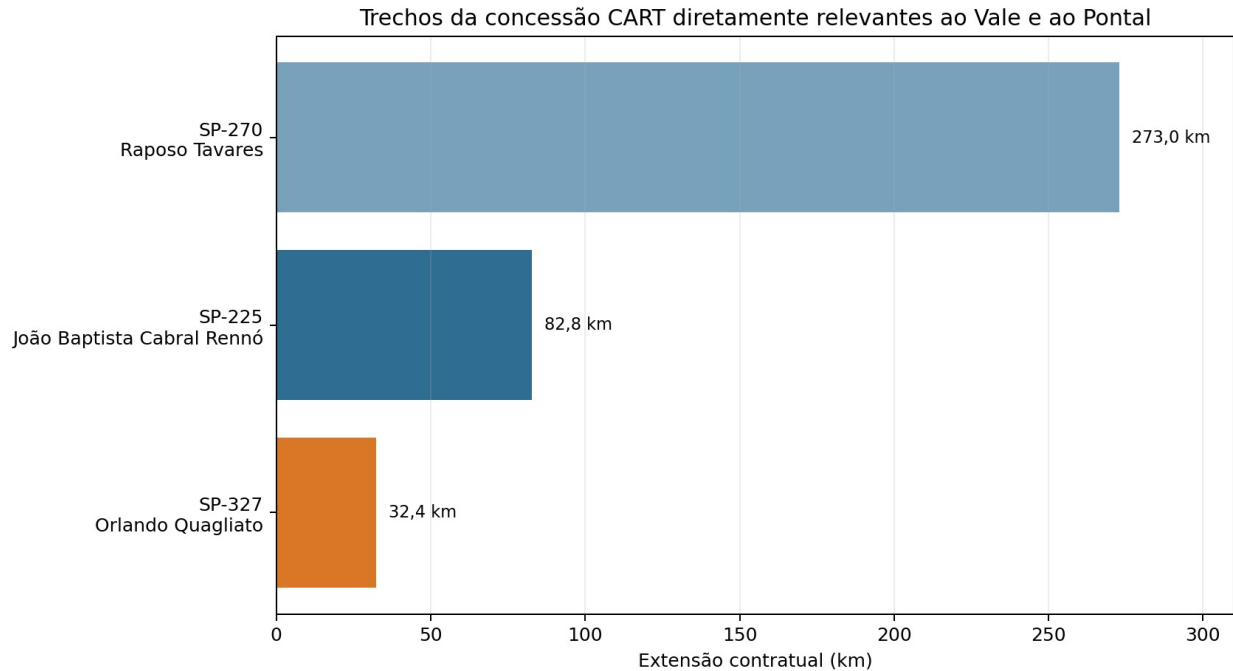
Fonte: Síntese analítica do Plano Regional, 2026.

CRITÉRIO DE DECISÃO

A pergunta não é apenas “qual obra falta?”. A pergunta correta é “qual conjunto de investimentos reduz custo, aumenta segurança e permite que a região retenha mais valor?”.

2. A RAPOSO TAVARES COMO ESPINHA DORSAL

A SP-270 conecta o Vale e o Pontal no sentido leste-oeste. Na concessão CART, o trecho contratual da Raposo Tavares vai do km 381,703 ao km 654,703, uma extensão calculada de 273,0 quilômetros. A mesma concessão inclui a SP-225 do km 235,040 ao km 317,800 e a SP-327 do km 0 ao km 32,433.



Extensões contratuais dos três trechos mais diretamente relacionados ao território.

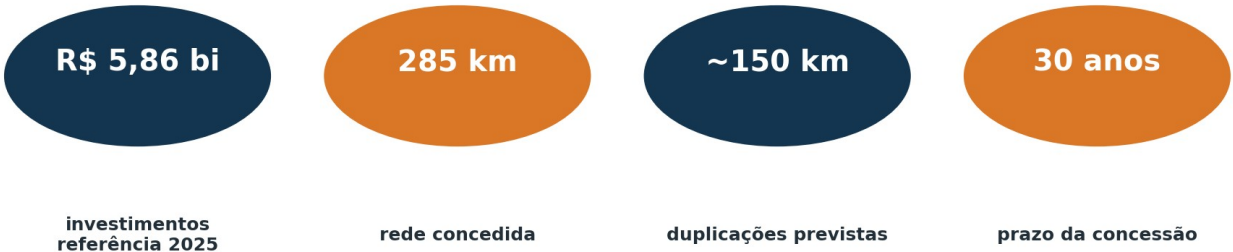
Fonte: ARTESP, concessionária CART, referência contratual disponível em julho de 2026. Cálculo próprio pela diferença entre os marcos quilométricos publicados.

A existência de concessão e operação estruturada não encerra a agenda pública. O mandato deve acompanhar nível de serviço, acidentes, obras, acessos, dispositivos, marginais, travessias urbanas, tarifas e cumprimento contratual.

3. LOTE PARANAPANEMA: O NOVO CICLO A LESTE DE OURINHOS

A concessionária Via Raposo iniciou a operação do Lote Paranapanema em fevereiro de 2026. O contrato tem prazo de 30 anos, extensão de 285 quilômetros e investimentos de referência de R\$ 5,86 bilhões. O projeto prevê aproximadamente 150 quilômetros de duplicações, além de passarelas, acostamentos, vias marginais, paradas de ônibus e dispositivos de acesso.

Lote Paranapanema: parâmetros contratuais



Operação iniciada em fevereiro de 2026; valores e extensões conforme ARTESP e Secretaria de Parcerias em Investimentos.

Parâmetros divulgados pela ARTESP e pela Secretaria de Parcerias em Investimentos.

Fonte: ARTESP, Via Raposo, 2026; Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo, contrato do Lote Paranapanema, janeiro e fevereiro de 2026.

Rodovias abrangidas

Rodovia/acesso	Função territorial informada
SP-270 - Raposo Tavares	Ligação entre Itapetininga e Ourinhos
SP-189 - Eng. Lauri Simões de Barros	Ligação da Raposo Tavares a Buri
SP-278 - Mello Peixoto	Segmento urbano-rodoviário em Ourinhos até a ponte sobre o Paranapanema
SPA-326/270 e SPA-312/270	Acessos ao município de Piraju
Outros acessos do contrato	Conexões locais previstas nos anexos contratuais

Fonte: ARTESP, página institucional da concessionária Via Raposo, consultada em julho de 2026.

4. FISCALIZAÇÃO REGIONAL DO CONTRATO

O acompanhamento de uma concessão não pode ocorrer apenas quando a cobrança de tarifa começa ou quando há atraso visível. A região precisa de um painel permanente, com metas contratuais traduzidas para os municípios e para os usuários.

Painel mínimo de monitoramento

Indicador	Periodicidade sugerida	Pergunta de controle
Obras físicas previstas	Trimestral	O cronograma contratual está sendo cumprido?
Acidentes e vítimas	Mensal	Os pontos críticos estão diminuindo?
Tempo de atendimento	Mensal	Socorro, guincho e inspeção chegam no padrão previsto?
Interdições e filas	Mensal	As obras e ocorrências estão sendo geridas adequadamente?
Condição do pavimento	Semestral	A qualidade percebida coincide com a medição técnica?
Acessos municipais	Semestral	Os dispositivos resolvem ou transferem gargalos?
Tarifa e benefícios	Anual	O usuário recebe o nível de serviço contratado?

Fonte: Proposta metodológica do Plano Regional, 2026, baseada nos objetos de regulação e transparência da ARTESP.

TRANSPARÊNCIA TERRITORIAL

Cada município deve saber quais obras, prazos e padrões contratuais incidem sobre seu trecho. O painel regional deve apresentar informação por cidade e por quilômetro, não apenas o total da concessão.

5. O MAPA FUNCIONAL DOS CORREDORES

Esquema dos principais corredores e nós logísticos regionais

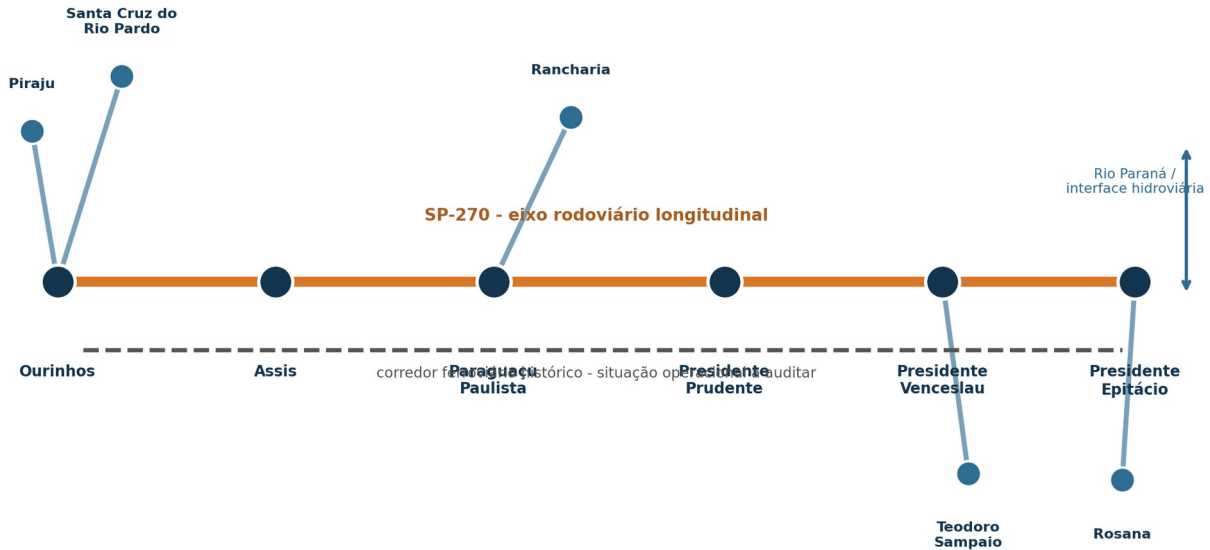


Diagrama conceitual, sem escala. Não substitui mapa rodoviário ou levantamento de engenharia.

Esquema conceitual dos principais eixos. Não está em escala e não representa o traçado exato das rodovias ou ferrovias.

Fonte: Elaboração própria, 2026, com base no Mapa Rodoviário do DER-SP, nas páginas de concessões da ARTESP e na auditoria geográfica das sete redes.

O diagrama mostra uma lógica mais importante que a simples sequência das cidades: Ourinhos funciona como porta oriental; Assis articula serviços e agroindústria; Paraguaçu Paulista conecta o eixo central; Presidente Prudente concentra serviços de maior complexidade; Presidente Venceslau organiza o apoio ao oeste; Presidente Epitácio oferece interface com o Rio Paraná. Santa Cruz do Rio Pardo, Piraju, Rancharia, Teodoro Sampaio e Rosana atuam como nós complementares.

REDE FLEXÍVEL

As sete redes não devem operar como fronteiras rígidas. Infraestrutura exige sobreposição: uma cidade pode usar o polo mais próximo para saúde, outro para logística e um terceiro para educação ou negócios.

6. A ÚLTIMA MILHA: ONDE O CUSTO REAPARECE

A duplicação de grandes eixos melhora capacidade e segurança, mas o produtor e a indústria continuam dependendo de estradas vicinais, pontes, acessos a propriedades, dispositivos de entrada e travessias urbanas. É nessa última etapa que surgem perdas de tempo, avarias, poeira, interrupções em períodos de chuva e conflitos com o tráfego urbano.

Programa regional de acessos produtivos

Etapa	Produto técnico	Responsável principal
Inventário	Mapa de vicinais, pontes, restrições e sazonalidade	Municípios + consórcios
Priorização	Ranking por volume, população atendida e risco	Consórcio + setor produtivo
Projeto	Topografia, drenagem, pavimento e orçamento	Escritório Regional de Projetos
Financiamento	Convênios, orçamento estadual e operações de crédito	Estado + municípios
Manutenção	Contrato por desempenho ou plano regional de conservação	Município/consórcio

Fonte: Proposta do Plano Regional, 2026.

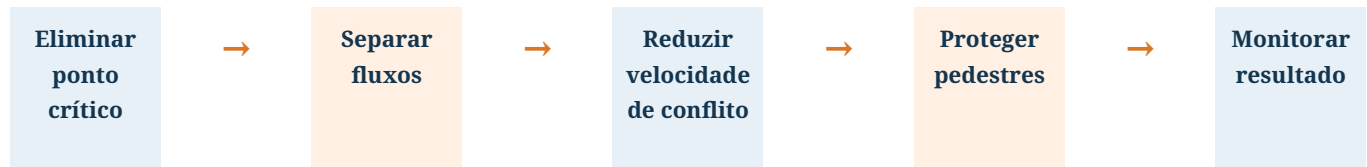
CRITÉRIO SOCIAL

Estrada rural não atende apenas carga. Ela garante transporte escolar, ambulâncias, assistência técnica, abastecimento e acesso dos moradores aos serviços públicos.

7. SEGURANÇA VIÁRIA E TRAVESSIAS URBANAS

A expansão da capacidade precisa reduzir mortes e conflitos, não apenas aumentar velocidade. Trechos próximos a cidades, acessos a bairros, entradas de propriedades, pontos de ônibus e cruzamentos com rodovias secundárias exigem desenho específico.

Hierarquia de intervenções



- Dispositivos em desnível onde o volume e o risco justificarem.
- Vias marginais e acessos controlados em áreas urbanizadas.
- Passarelas conectadas a calçadas e pontos de ônibus realmente utilizados.
- Iluminação e sinalização nos pontos de travessia e de mudança de direção.
- Fiscalização por dados, com publicação dos pontos de maior recorrência.

INDICADOR DE RESULTADO

Uma obra de segurança deve ser avaliada pela redução de acidentes e vítimas no ponto tratado, comparando períodos equivalentes antes e depois da intervenção.

Fonte: Metodologia proposta pelo Plano Regional, 2026. Dados operacionais devem ser obtidos no Infosiga-SP, ARTESP, DER-SP e Polícia Militar Rodoviária.

8. FERROVIA: POTENCIAL EXIGE VERDADE TÉCNICA

O corredor ferroviário histórico do Paranapanema é parte da memória econômica regional. Entretanto, uma proposta pública responsável não pode confundir existência de faixa ferroviária, concessão federal e operação comercial efetiva.

2.118 km extensão atualmente informada da Malha Paulista	1999 início da concessão	2058 horizonte após prorrogação contratual
---	--	--

Fonte: ANTT, página institucional Rumo Malha Paulista S.A., consultada em julho de 2026. O prazo prorrogado é de 30 anos a partir de 1º de janeiro de 2029.

A concessão da Malha Paulista foi prorrogada e possui investimentos obrigatórios. Contudo, os atos regulatórios recentes localizados para 2025 e 2026 tratam principalmente de obras em outros segmentos da rede. Por isso, este Plano Regional não afirmará que a reativação do eixo Ourinhos-Presidente Epitácio está contratada ou financiada sem documentação específica.

COMPROMISSO COM A PRECISÃO

A ferrovia permanecerá como projeto estratégico condicionado a inventário patrimonial, situação contratual por trecho, demanda de carga, conexão com terminais e viabilidade econômico-financeira.

Fonte: ANTT, contrato e aditivos da Rumo Malha Paulista; decisões SUFER de 2025 e 2026 consultadas para verificação de investimentos.

9. ROTEIRO PARA DECIDIR SOBRE A FERROVIA



Cinco perguntas obrigatórias

Pergunta	Evidência necessária
Quem detém direitos e obrigações sobre cada trecho?	Contrato, inventário de bens e manifestação da ANTT.
A via suporta recuperação ou exige reconstrução?	Inspeção de engenharia, pontes, drenagem, geometria e faixa de domínio.
Existe carga suficiente e regular?	Cartas de intenção, origem-destino, sazonalidade e preço logístico.
Onde instalar terminais?	Área, acesso rodoviário, licenciamento, energia e conexão industrial.
Quem investe e assume os riscos?	Concessão, autorização, parceria, usuários-âncora e garantias.

Fonte: Metodologia de pré-viabilidade proposta pelo Plano Regional, 2026.

Produtos esperados do estudo

- Mapa jurídico-operacional de todo o corredor.
- Laudo de condição da infraestrutura e estimativa de recuperação.
- Matriz de cargas por origem, destino e frequência.
- Estudo comparativo entre rodovia, ferrovia e soluções intermodais.
- Modelo de implantação por etapas, evitando promessa de obra sem demanda.

10. HIDROVIA E PRESIDENTE EPITÁCIO

O Rio Paraná cria uma interface logística singular no extremo oeste. O cadastro institucional do Ministério de Portos e Aeroportos identifica Presidente Epitácio como um dos entroncamentos intermodais da Hidrovia do Paraná. Isso não significa que exista atualmente um terminal regional pronto para absorver a produção do Vale e do Pontal; significa que a localização deve ser estudada com seriedade.

Em abril de 2026, o Ministério de Portos e Aeroportos informou que a obra de ampliação do canal de Nova Avanhandava, na Hidrovia Tietê-Paraná, havia alcançado 97% de execução. O investimento divulgado era de R\$ 293,8 milhões, com aprofundamento do canal em 3,5 metros ao longo de 16 quilômetros e remoção aproximada de 553 mil metros cúbicos de rocha.

R\$ 293,8 mi	16 km	3,5 m
investimento divulgado; 2026	extensão do canal tratado	profundidade prevista do canal

Fonte: Ministério de Portos e Aeroportos, 15 de abril de 2026. O avanço de 97% era a posição divulgada naquela data; ^o dado deve ser lido com referência à data oficial informada.

PROJETO REGIONAL NECESSÁRIO

Elaborar estudo de demanda e localização para uma plataforma logística em Presidente Epitácio, avaliando cargas, sazonalidade, calado, terminais concorrentes, acesso rodoviário, conexão ferroviária e impactos ambientais.

11. AEROPORTOS E CONECTIVIDADE REGIONAL

Presidente Prudente concentra a principal conectividade aérea comercial do território. A ANAC classifica o aeródromo SBDN para voos domésticos e aeronaves com capacidade superior a 60 assentos. Em outubro de 2025, medidas cautelares foram aplicadas a cinco aeroportos por requisitos relacionados a operações de aeronaves de categoria 4C. Em 22 de junho de 2026, a ANAC revogou essas medidas, inclusive para Presidente Prudente.

Linha do tempo regulatória recente

Data	Ato	Efeito
2 out. 2025	Portaria ANAC nº 17.993	Aplicação de medidas cautelares a cinco aeroportos, incluindo Presidente Prudente.
29 mar. 2026	Data prevista no ato cautelar	Início da restrição para operações de passageiros com aeronaves de categoria 4C, salvo revisão.
22 jun. 2026	Portaria ANAC nº 19.487	Revogação das medidas cautelares para os cinco aeroportos.

Fonte: ANAC, Portaria nº 17.993, de 2 de outubro de 2025; página de portarias de 2026, ementa da Portaria nº 19.487/SIA/SPO, de 22 de junho de 2026.

Agenda aeroportuária regional

- Acompanhar segurança operacional, capacidade da pista, terminal e auxílios visuais.
- Proteger a regularidade das ligações comerciais e buscar concorrência sustentável.
- Integrar o aeroporto aos polos de saúde, universidades, eventos e negócios.
- Definir o papel dos aeródromos de Assis e Ourinhos na aviação geral, executiva, sanitária e de emergência.
- Publicar dados anuais de voos, passageiros, cancelamentos e destinos.

12. INFRAESTRUTURA DIGITAL

A logística moderna depende de conectividade. Gestão de frotas, rastreabilidade, agricultura de precisão, telemedicina, ensino, segurança e serviços públicos exigem redes confiáveis. A ausência de sinal em estradas rurais e áreas produtivas aumenta risco e reduz produtividade.

Mapa digital a ser produzido

Camada	Fonte prioritária	Aplicação
Cobertura móvel por tecnologia	Anatel	Identificar vazios de 4G e 5G
Fibra e backhaul	Anatel e operadoras	Planejar redundância e conexão de equipamentos públicos
Escolas e unidades de saúde	MEC, CNES e municípios	Priorizar serviços essenciais
Rodovias e áreas produtivas	DER-SP, ARTESP e IBGE	Conectar corredores e cadeias rurais
Torres e licenciamento	Anatel e prefeituras	Reduzir barreiras de implantação

Fonte: Plano de dados do Plano Regional, 2026. A cobertura deve ser acompanhada pela base municipal oficial da Anatel, com atualização periódica.

PRINCÍPIO

Conectividade rural deve ser tratada como infraestrutura econômica e de segurança, não como serviço acessório.

13. RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E MANUTENÇÃO

Infraestrutura confiável é aquela que permanece operando sob chuva intensa, estiagem, calor, incêndios e eventos extremos. O planejamento precisa incorporar drenagem, estabilidade de taludes, proteção de pontes, prevenção de incêndios em faixas lindeiras e rotas alternativas.

Ciclo de resiliência



Risco	Ativo afetado	Resposta prioritária
Chuvas intensas	Vicinais, pontes e drenagem	Inspeção preventiva, bacias de retenção e rotas de contingência
Estiagem	Hidrovia e produção rural	Monitoramento hidrológico e planejamento de carga
Incêndios	Rodovias, energia e áreas rurais	Aceiros, vigilância e protocolos integrados
Calor extremo	Pavimento e trabalhadores	Materiais adequados, manutenção e proteção ocupacional
Falha de energia/telecom	Operação logística e serviços	Redundância, geradores e rotas alternativas de comunicação

Fonte: Matriz de riscos proposta pelo Plano Regional, 2026.

14. ESCRITÓRIO REGIONAL DE PROJETOS

A maior barreira dos municípios pequenos não é apenas a falta de recursos. É a dificuldade de preparar projetos com engenharia, licenciamento, orçamento, modelagem jurídica e plano de operação. Sem esse conjunto, boas ideias não chegam aos programas de financiamento.

Funções essenciais

- Manter banco regional de projetos e terrenos.
- Preparar estudos preliminares, termos de referência e projetos executivos.
- Organizar licenciamento e documentação fundiária.
- Apoiar captação em orçamento estadual, União, bancos públicos e fundos.
- Acompanhar contratos, cronogramas e indicadores de resultado.
- Padronizar dados para que municípios possam comparar custos e desempenho.

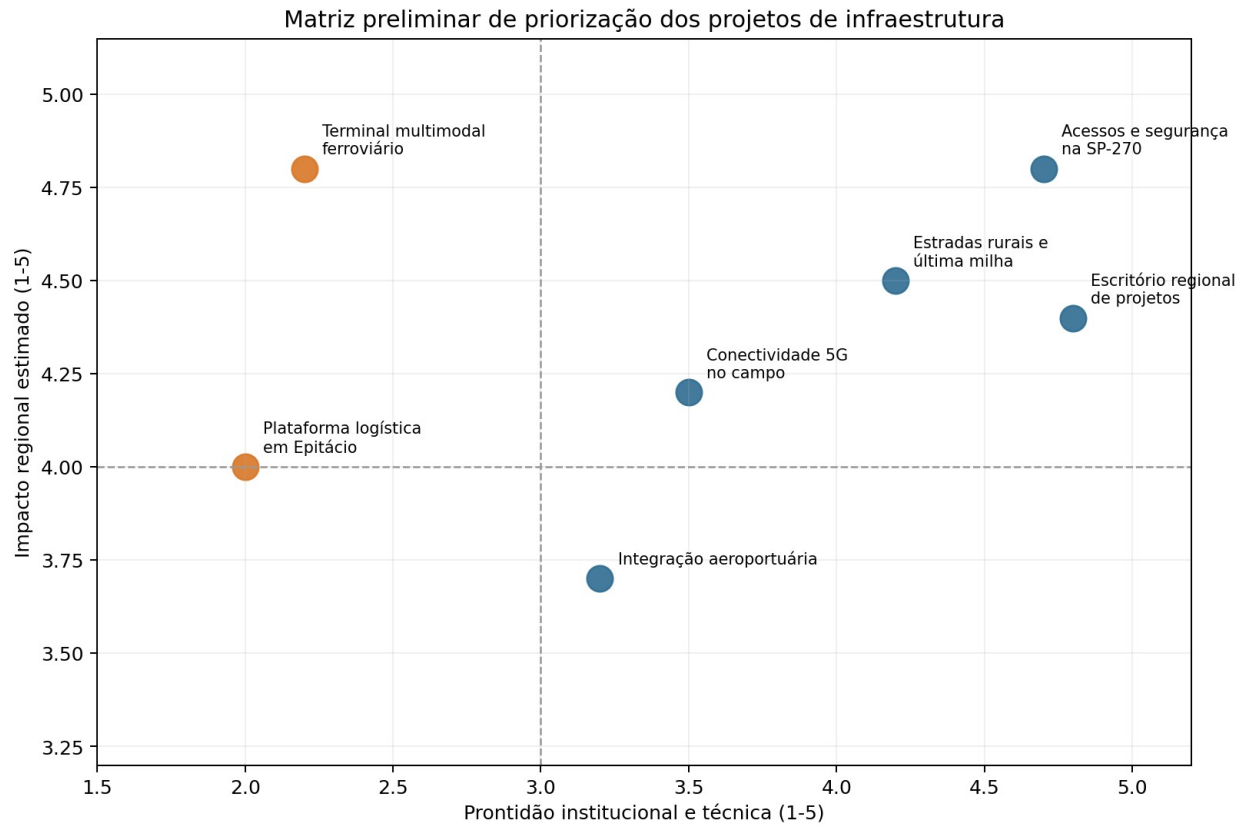
MODELO INSTITUCIONAL

O escritório pode ser estruturado por consórcio intermunicipal, com equipe própria e apoio de universidades. O Estado financia projetos prioritários; os municípios oferecem dados, áreas e contrapartidas; o setor produtivo participa da definição da demanda.

15. CARTEIRA REGIONAL DE INVESTIMENTOS

Projeto	Escala	Primeira entrega verificável
Painel do Lote Paranapanema	Corredor leste	Cronograma municipalizado e indicadores públicos
Programa de acessos da SP-270	Regional	Inventário de pontos críticos e projetos prioritários
Plano de vicinais e pontes	Intermunicipal	Mapa de condição e ranking por impacto
Auditoria ferroviária	Eixo Ourinhos-Epitácio	Mapa jurídico-operacional e laudo físico
Pré-viabilidade de terminais	Assis, Paraguaçu, Prudente e Epitácio	Estudo de demanda e localização
Estratégia aeroportuária	Presidente Prudente + aeródromos regionais	Plano de conectividade e segurança
Conectividade rural	Sete redes	Mapa de vazios e projetos de cobertura
Infraestrutura resiliente	Sete redes	Matriz de risco e plano de contingência

Fonte: Carteira proposta pelo Plano Regional, 2026.



Avaliação técnica indicativa: as notas de 1 a 5 representam julgamento técnico inicial, não medição estatística.

Fonte: Elaboração própria, 2026. Impacto considera alcance territorial, segurança e produtividade; prontidão considera dados disponíveis, competência institucional e maturidade do projeto.

16. PAPEL DE UM DEPUTADO ESTADUAL

O deputado estadual não executa diretamente rodovias, ferrovias, aeroportos ou terminais. Sua função é fiscalizar, articular, propor regras, influenciar o orçamento e cobrar planejamento coerente entre Estado, União, municípios, agências e concessionárias.

Agenda parlamentar

- Criar frente parlamentar permanente da infraestrutura do Vale e do Pontal.
- Realizar audiências anuais sobre contratos rodoviários e segurança viária.
- Defender recursos para projetos executivos, não apenas para obras anunciadas.
- Cobrar transparência municipalizada das concessões e indicadores de qualidade.
- Articular ANTT, Ministério dos Transportes e municípios para a auditoria ferroviária.
- Articular Ministério de Portos e Aeroportos, Estado e setor produtivo para estudos hidroviários e aeroportuários.
- Inserir projetos prioritários no PPA e no orçamento estadual.
- Fiscalizar desapropriações, impactos sociais, ambientais e tarifas.

RESULTADO ESPERADO

O mandato deve entregar uma carteira de projetos tecnicamente madura, com responsáveis, fontes possíveis, etapas e indicadores. A obra deixa de depender apenas de anúncio político e passa a ter trajetória institucional.

17. INDICADORES PARA 2035

Indicador	Linha de base	Meta a construir
Tempo de viagem entre polos	A calcular pelo Web Rotas/DER-SP	Redução nos corredores com gargalos tratados
Acidentes com vítimas	A extrair do Infosiga-SP	Queda sustentada nos pontos críticos
Trechos duplicados e marginais	Contratos ARTESP	Cumprimento integral do cronograma
Vicinais em condição adequada	Inventário municipal	Rede prioritária mantida por desempenho
Carga ferroviária regional	Sem linha de base consolidada	Meta somente após estudo de demanda
Movimentação hidroviária regional	Sem terminal regional consolidado	Meta somente após pré-viabilidade
Voos e passageiros	Bases ANAC/ARTESP	Regularidade e ampliação sustentável
Cobertura móvel rural	Base Anatel	Redução dos vazios de conectividade
Projetos executivos prontos	Linha de base inicial a acompanhar	Carteira anual atualizada por rede

Fonte: Painel proposto pelo Plano Regional, 2026. Metas quantitativas devem ser vinculadas às linhas de base oficiais e atualizadas periodicamente.

REGRA DE QUALIDADE

Não estabelecer meta numérica sem linha de base verificável. Onde os dados ainda não foram consolidados, o primeiro compromisso é medir corretamente.

CONCLUSÃO

O Vale e o Pontal não partem do zero. A região possui uma rodovia longitudinal estruturante, concessões em operação, polos urbanos, aeroporto comercial, faixa ferroviária histórica e interface com uma das principais bacias hidroviárias do país. O problema é a falta de integração entre esses ativos e os projetos locais.

A prioridade imediata é fazer o que já está contratado funcionar, eliminar gargalos de acesso e segurança e preparar projetos tecnicamente maduros para os modais que ainda dependem de viabilidade. A ferrovia e a hidrovía devem permanecer na agenda, mas com verdade técnica: primeiro situação jurídica, demanda, engenharia e modelo financeiro; depois o anúncio.

A infraestrutura regional deve ser medida pela redução do custo de deslocamento, pelo acesso das pequenas cidades, pela segurança e pela capacidade de reter valor. Quando a produção encontra um corredor confiável, um terminal adequado, conectividade e serviços, a distância deixa de ser barreira e passa a ser vantagem de localização.

ARTICULAÇÃO CARTOGRÁFICA

Os mapas deste capítulo se conectam aos Mapas 5.1 e 5.2, que apresentam a rede habitacional e os eixos estratégicos de desenvolvimento urbano. A leitura conjunta integra logística, urbanização, saneamento, produção habitacional e regularização fundiária.

REFERÊNCIAS PRINCIPAIS

Fonte	Utilização
ARTESP - Concessionária CART	Extensão, rodovias e parâmetros da concessão; consulta em julho de 2026.
ARTESP - Via Raposo	Início, prazo, investimentos, extensão e rodovias do Lote Paranapanema; consulta em julho de 2026.
Secretaria de Parcerias em Investimentos de São Paulo	Contrato e início da operação do Lote Paranapanema, janeiro-fevereiro de 2026.
DER-SP - Mapas e Web Rotas	Base oficial para rede rodoviária, rotas, pista e distâncias.
ANTT - Rumo Malha Paulista S.A.	Extensão, início, prazo e documentos da concessão; consulta em julho de 2026.
ANTT - decisões e termos aditivos 2025-2026	Verificação de investimentos ferroviários efetivamente autorizados.
ANAC - Portaria nº 17.993/2025	Medidas cautelares aplicadas ao aeroporto de Presidente Prudente e outros aeródromos.
ANAC - Portaria nº 19.487/2026	Revogação das medidas cautelares em 22 de junho de 2026.
Ministério de Portos e Aeroportos	Hidrovia Tietê-Paraná e obra de Nova Avanhandava, posição de abril de 2026.
IBGE - Malha Municipal 2024	Base territorial prevista para os mapas definitivos.

Nota: as referências completas, links permanentes, datas de acesso e documentos contratuais serão padronizados na bibliografia geral do Plano Regional.

CAPÍTULO 8

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E RETENÇÃO DE TALENTOS

Transformar conhecimento em oportunidade regional

“O jovem não deve escolher entre permanecer no interior e construir uma carreira de futuro.”

VERSÃO FINAL - AGOSTO DE 2026

PRINCÍPIO DO CAPÍTULO

Conhecimento deve ser tratado como infraestrutura econômica: formar, conectar e reter talentos é condição para criar empresas, elevar salários e modernizar os serviços públicos.

8.1

Conhecimento é infraestrutura econômica

A região só elevará produtividade, salários e capacidade de inovação quando educação e desenvolvimento produtivo forem planejados juntos.

O Brasil registrou 10.226.873 matrículas em cursos de graduação no Censo da Educação Superior de 2024. O dado revela a escala do sistema educacional, mas o desafio regional não é apenas ampliar matrículas: é conectar formação, pesquisa e emprego qualificado no território.

10,2 mi

matrículas na graduação
no Brasil em 2024

Fonte oficial: Inep [E1]

7 redes

estrutura territorial
proposta para integrar
instituições e municípios

Elaboração própria

2035

horizonte para retenção
de talentos e inovação
regional

Plano proposto

O PROBLEMA

A formação ocorre em instituições isoladas, enquanto empresas e governos procuram competências sem um canal permanente de articulação. Jovens concluem cursos, mas não encontram uma trilha regional clara de estágio, pesquisa aplicada, primeiro emprego e empreendedorismo.

A MUDANÇA

Criar uma rede regional de talentos que conecte ensino médio, educação técnica, universidades, empresas, hospitais, agronegócio, prefeituras e organizações sociais em torno de desafios reais do território.

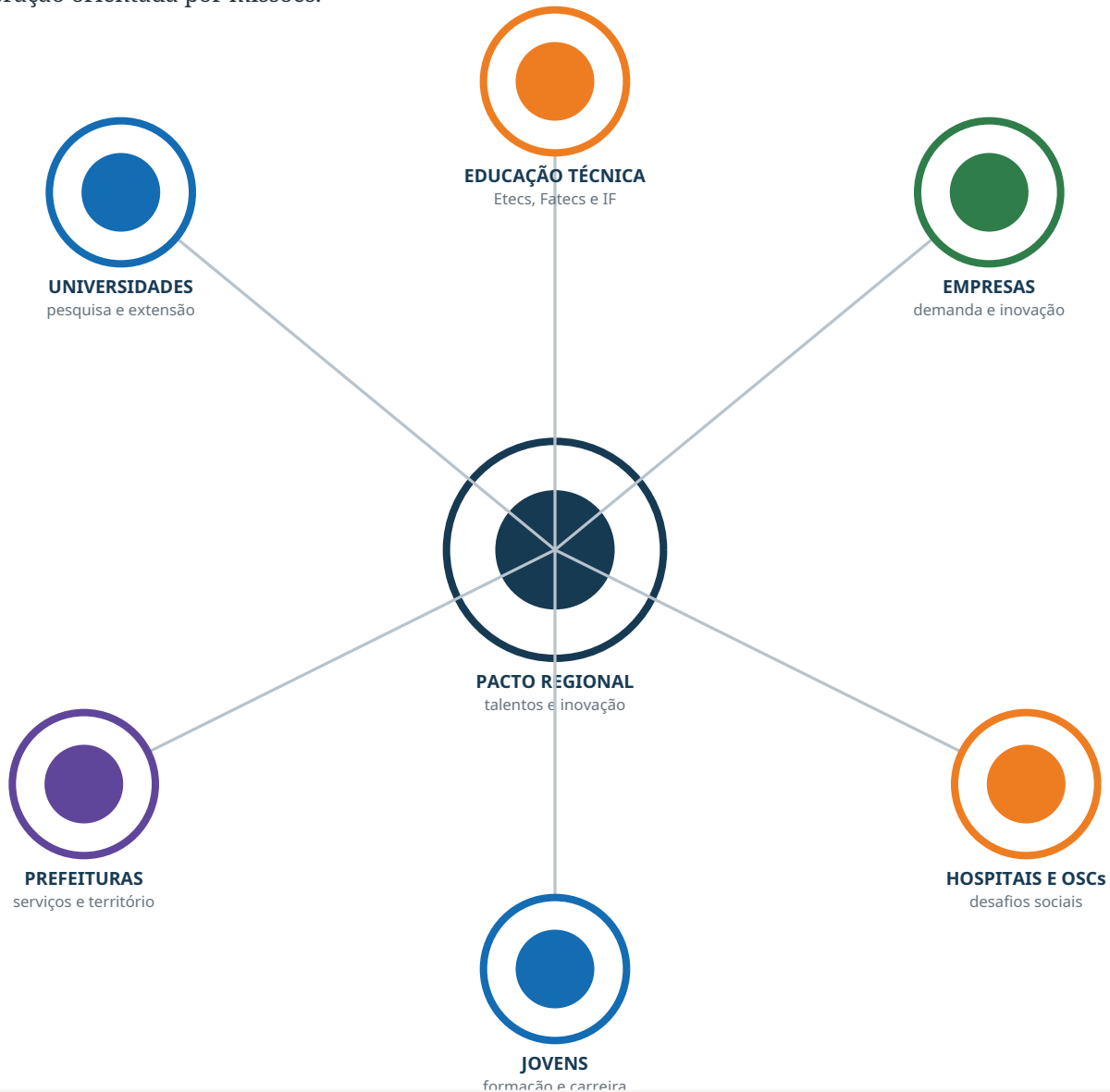
RESULTADO ESPERADO

Mais projetos de pesquisa aplicados, mais estágios locais, maior circulação de professores e especialistas entre cidades, fortalecimento de laboratórios e formação orientada às cadeias produtivas, à saúde, à gestão pública e à transição digital.

8.2

O ecossistema regional já existe - falta conectá-lo

A região possui universidades, educação tecnológica, formação profissional e redes públicas. O ganho virá da cooperação orientada por missões.



LEITURA ESTRATÉGICA

O Centro Paula Souza organiza a região de Marília e Presidente Prudente em um polo regional cuja sede administrativa está em Assis. A presença da Unesp em Assis, Presidente Prudente e Ourinhos, além do IFSP em Presidente Epitácio, oferece pontos institucionais para uma rede de formação e pesquisa aplicada.

Fontes oficiais: Centro Paula Souza - Polo Regional 08 [E3]; Unesp - unidades de Assis e Ourinhos [E4]; IFSP - Campus Presidente Epitácio [E5].

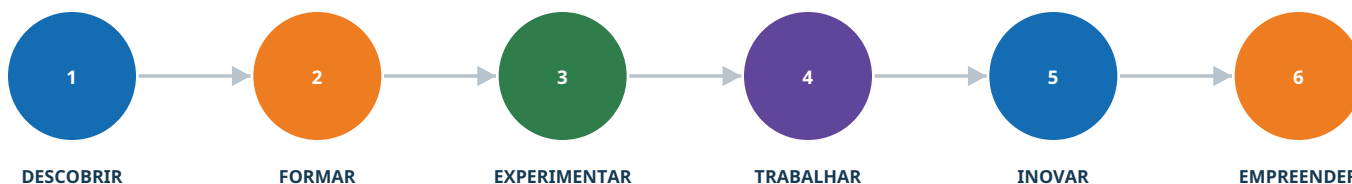
8.3

A evasão de talentos não começa na mudança de cidade

Ela começa quando o jovem não enxerga uma sequência possível entre escola, qualificação, experiência

A CADEIA QUEBRADA

Ensino médio sem orientação para as vocações regionais; curso técnico sem integração com empresas; graduação sem projetos locais; estágio concentrado em poucas organizações; primeiro emprego sem trilha de desenvolvimento; empreendedor sem laboratório, mentoria ou acesso a compras públicas.



POLÍTICA PROPOSTA

Garantir que cada jovem possa acessar, dentro da região, ao menos uma experiência prática remunerada, uma trilha de competências digitais e uma conexão com empresas ou projetos públicos antes de concluir sua formação.

PAPEL DO ESTADO

Financiar laboratórios compartilhados, bolsas de inovação regional, transporte educacional intermunicipal, formação de professores e sistemas de dados que acompanhem trajetórias sem expor informações pessoais.

A retenção não significa impedir que alguém saia. Significa criar condições para que permanecer, retornar ou empreender no interior seja uma escolha competitiva.

8.4

Pacto Regional de Talentos

Uma governança simples para transformar instituições dispersas em uma agenda comum.

1. MAPA DE COMPETÊNCIAS

Cursos, laboratórios, docentes, pesquisadores, empresas, ocupações demandadas e projetos em andamento.

2. AGENDA ANUAL DE MISSÕES

Saúde digital, agroindústria, logística, bioeconomia, habitação, gestão pública e inclusão social.

3. BOLSAS E DESAFIOS

Equipes de alunos e professores resolvendo problemas apresentados por empresas, hospitais e municípios.

4. PORTAL DE OPORTUNIDADES

Estágios, empregos, bolsas, residências técnicas, mentorias e chamadas públicas em um único ambiente.

REGRA DE FUNCIONAMENTO

O pacto não cria uma nova universidade nem substitui instituições. Ele organiza cooperação, publica oportunidades, define prioridades e mede resultados regionais.

8.5

Educação técnica alinhada às vocações

Formação profissional deve antecipar investimentos, modernizar cadeias existentes e apoiar pequenos municípios.

Automação e dados	Agroindústria, manutenção, logística, serviços públicos	Laboratórios móveis + módulos presenciais
Saúde e cuidado	Hospitais, atenção básica, TEA, envelhecimento	Trilhas técnicas e residência regional
Construção e habitação	Eficiência energética, BIM, manutenção urbana	Cursos por obras e programas habitacionais
Bioeconomia	Biogás, água, resíduos, restauração	Formação integrada com projetos ambientais
Gestão pública digital	Compras, dados, projetos, atendimento	Escola regional de governo

ESTRATÉGIA DE ESCALA

Cidades menores não precisam manter todos os cursos permanentemente. A rede pode combinar polos fixos, unidades móveis, ensino híbrido, laboratórios compartilhados e transporte regional programado.

PRIORIDADE

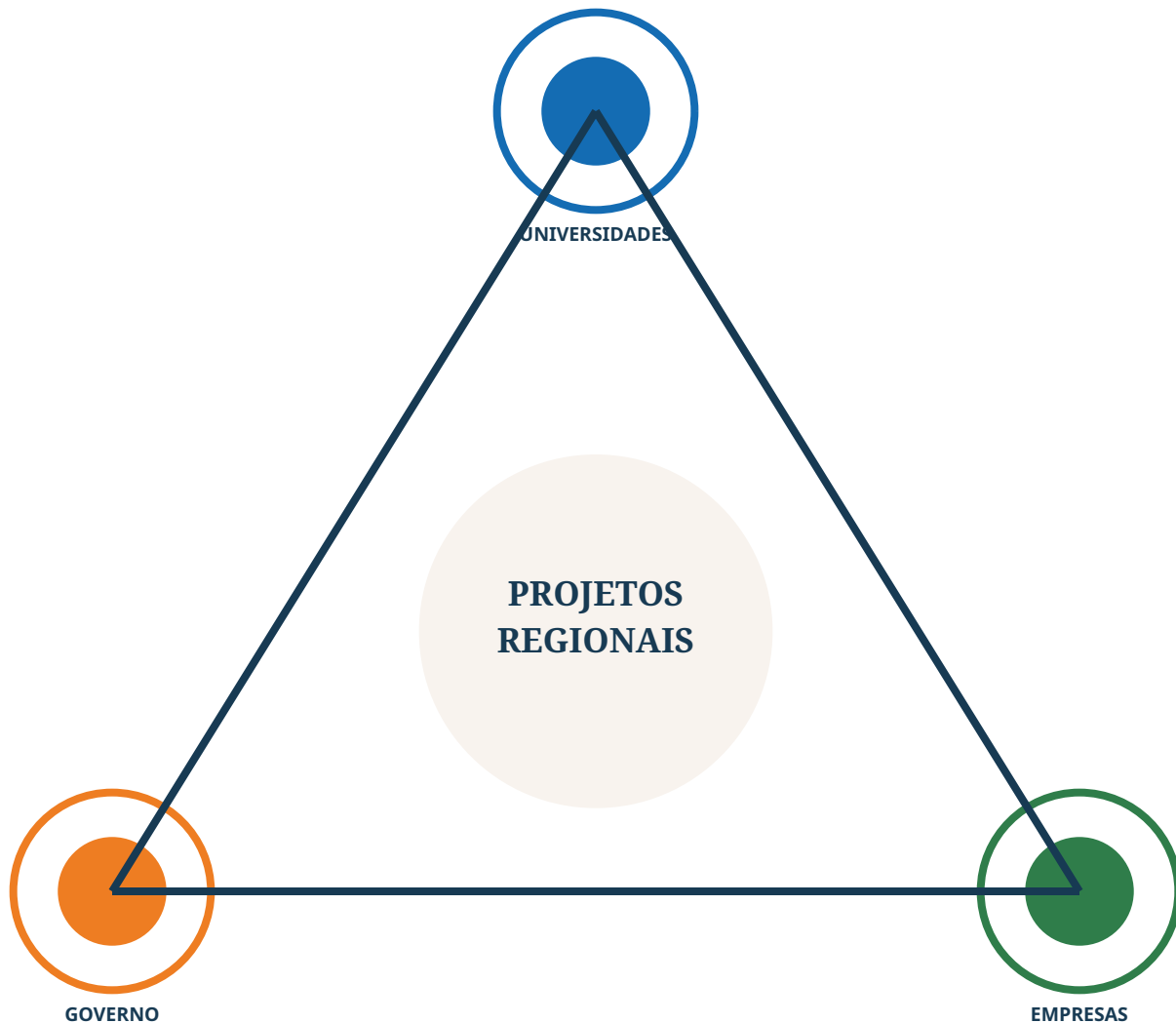
Cada novo investimento apoiado pelo Estado deverá apresentar um plano de formação local e uma meta de contratação ou qualificação regional.

Fonte institucional: Centro Paula Souza - organização regional das Etec's e Fatecs [E3]. As propostas de cursos e arranjos são autorais.

8.6

Universidade, empresa e governo: pesquisa com missão

A autonomia acadêmica é preservada; o território oferece problemas reais, dados, campos de pesquisa e oportunidades de aplicação.



EXEMPLOS DE MISSÕES

Redução de perdas de água; telemonitoramento de pacientes; automação de pequenas agroindústrias; reaproveitamento de resíduos; mapas de risco climático; regularização fundiária; inteligência de compras e logística pública.

8.7

Infraestrutura digital e inteligência artificial

Tecnologia deve reduzir distâncias, ampliar acesso a especialistas e melhorar a decisão pública - sem substituir o cuidado humano.

NUVEM REGIONAL DE DADOS

Padrões comuns de integração, indicadores públicos, catálogo de APIs e segurança da informação para projetos intermunicipais.

LABORATÓRIO DE IA APLICADA

Ferramentas para triagem administrativa, manutenção preventiva, análise territorial, educação personalizada e suporte a pequenas empresas.

CONECTIVIDADE DE EQUIPAMENTOS

Hospitais, escolas, centros sociais, parques industriais e áreas rurais prioritárias com redundância e plano de continuidade.

FORMAÇÃO ÉTICA E PRÁTICA

Capacitação de servidores, professores, estudantes e empreendedores em dados, cibersegurança, privacidade e uso responsável de IA.

PRINCÍPIOS

1) decisão humana responsável; 2) proteção de dados; 3) transparência sobre automação; 4) auditoria de vieses; 5) contratação pública interoperável; 6) prioridade para soluções que possam ser compartilhadas por municípios pequenos.

A transformação digital não deve criar 57 sistemas isolados. Deve construir uma infraestrutura comum, modular e governada regionalmente.

8.8

Juventude, empreendedorismo e retorno de talentos

O interior precisa de portas de entrada para quem quer começar e de portas de retorno para quem adquiriu experiência fora.

PRIMEIRA EXPERIÊNCIA REGIONAL

Banco de estágios e projetos remunerados com metas por rede.

BOLSA RETORNO

Apoio temporário para profissionais que retornem para liderar projetos prioritários.

FÁBRICA DE NEGÓCIOS

Pré-incubação em parceria com universidades, Sebrae, empresas e municípios.

COMPRAS QUE INOVAM

Desafios públicos com contratação experimental dentro da legislação.

MENTORIA VALE-PONTAL

Rede de profissionais experientes conectada a jovens e pequenos negócios.

RESIDÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA

Equipes multidisciplinares apoiando projetos municipais e consórcios.

CRITÉRIO DE SUCESSO

O indicador principal não é apenas o número de cursos ou eventos. É quantos jovens encontram oportunidades qualificadas, quantos projetos viram emprego e quantos profissionais mantêm vínculo produtivo com a região.

8.9

Carteira de projetos prioritários

Dez entregas para transformar formação em desenvolvimento regional.

Mapa Regional de Competências	Base pública de cursos, laboratórios, ocupações e demandas	7 redes
Portal Talentos do Interior	Estágios, empregos, bolsas e desafios	Regional
Laboratórios Compartilhados	Unidades para automação, alimentos, saúde e dados	4 polos
Residência de Inovação Pública	Equipes apoiando municípios e consórcios	Anual
Bolsa Retorno	Atração de especialistas para projetos prioritários	Regional
Escola Regional de Governo	Formação contínua de servidores e lideranças	Híbrida
Programa Meninas em Tecnologia	Mentoria, ciência e carreira	Todas as redes
Transporte Educacional Regional	Rotas para cursos e laboratórios estratégicos	Intermunicipal
Observatório de Talentos	Indicadores de formação, trabalho e mobilidade	Regional

GOVERNANÇA

A carteira deve ser revisada anualmente por instituições de ensino, setor produtivo, municípios e representantes dos estudantes, com publicação de metas, orçamento e resultados.

8.10

Indicadores e referências oficiais

Metas propostas devem receber uma linha de base municipal homogênea antes da versão definitiva.

Jovens em estágio ou projeto aplicado	Semestral	Aumentar
Concluintes empregados na região	Anual	Aumentar
Projetos universidade-empresa-governo	Anual	Aumentar
Laboratórios compartilhados em uso	Trimestral	Aumentar
Municípios com trilhas digitais	Anual	Universalizar
Empresas atendidas por inovação	Anual	Aumentar
Profissionais retornando à região	Anual	Aumentar

[E1] INEP. Censo da Educação Superior 2024. Relatório anual de atividades e gestão, publicado em 2026. <https://www.gov.br/inep/pt-br/relatorio-anual-de-atividades-e-gestao-do-inep-2025/pesquisas-estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-da-educacao-superior>

[E2] INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior 2024 - dados por município. <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior>

[E3] Centro Paula Souza. Polo Regional 08 - Marília e Presidente Prudente, sede em Assis. <https://regionalizacao.cps.sp.gov.br/nucleos-regionais/>

[E4] UNESP. Faculdade de Ciências e Letras de Assis e Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação de Ourinhos. <https://www.assis.unesp.br/> | <https://www.ourinhos.unesp.br/>

[E5] IFSP. Campus Presidente Epitácio. <https://pep.ifsp.edu.br/>

NOTA METODOLÓGICA

Os números regionais de matrículas, concluintes e inserção profissional serão agregados somente após a validação da lista definitiva de municípios e da extração homogênea da Sinopse Municipal do Inep.

CAPÍTULO 9

ÁGUA, MEIO AMBIENTE E BIOECONOMIA

Produzir mais valor com segurança hídrica, resiliência e baixo carbono

“A riqueza da água não está apenas no volume disponível, mas na capacidade de transformá-la em vida, produção e futuro.”

VERSÃO FINAL - AGOSTO DE 2026

PRINCÍPIO DO CAPÍTULO

Água, solo, energia e biodiversidade não são apenas recursos a proteger. Quando bem governados, tornam-se base de uma bioeconomia capaz de gerar renda sem destruir o patrimônio natural.

9.1

A água como ativo estratégico

O Paranapanema conecta produção, energia, abastecimento, biodiversidade e turismo. Governar esses usos é uma política econômica e social.

A bacia do rio Paranapanema possui planejamento integrado aprovado em âmbito interestadual. O Plano Integrado de Recursos Hídricos reúne diagnóstico, programas e diretrizes para coordenar usos múltiplos e orientar ações de longo prazo.

PIRH

planejamento integrado da
bacia do Paranapanema

Fonte: ANA [A1]

UGRHI 17

unidade estadual do Médio
Paranapanema

Fonte: SIGRH [A4]

2050

horizonte climático e
energético paulista

Fonte: Semil [A5]

RISCO DA FRAGMENTAÇÃO

Outorgas, saneamento, irrigação, drenagem, restauração, energia e desenvolvimento produtivo são tratados em projetos separados, embora disputem o mesmo território e os mesmos recursos.

OPORTUNIDADE DA INTEGRAÇÃO

Transformar a agenda hídrica em plataforma para irrigação eficiente, agroindustrialização, biogás, restauração, serviços ambientais, turismo e adaptação climática.

DIRETRIZ

Nenhum grande projeto produtivo regional deve ser analisado sem balanço hídrico, solução de saneamento, eficiência energética, logística e plano de adaptação climática.

Fontes oficiais: ANA - PIRH Paranapanema [A1]; SIGRH-SP - UGRHI 17 [A4]; Semil - estratégia climática e energética paulista [A5].

9.2

Governança da bacia e governança do desenvolvimento

O comitê de bacia orienta a política da água. A estratégia regional deve transformar prioridades hídricas em projetos econômicos sustentáveis.

SISTEMA DE RECURSOS HÍDRICOS

Comitês de bacia, planos, outorga, enquadramento, cobrança, monitoramento e financiamento ambiental.

CONVERGÊNCIA

REDE DE DESENVOLVIMENTO

Consórcios, municípios, universidades, produtores, indústrias, bancos e órgãos ambientais estruturando projetos.

DADOS COMUNS

Balanco hídrico, qualidade da água, uso do solo, risco climático e demanda produtiva.

CARTEIRA COMUM

Saneamento, drenagem, irrigação eficiente, restauração, resíduos e energia.

CRITÉRIOS COMUNS

Retorno social, segurança hídrica, redução de emissões, emprego e capacidade de manutenção.

MONITORAMENTO COMUM

Indicadores publicados por bacia, rede e município.

A ANA define os planos de bacia como instrumentos estratégicos e operacionais de orientação da política de recursos hídricos [A1].

9.3

Riscos climáticos que exigem escala regional

Seca, calor, incêndios, erosão, enchentes e falhas de abastecimento não respeitam limites municipais.

SECA E ESCASSEZ

Reservação, redução de perdas, reúso, proteção de nascentes e eficiência na irrigação.

CHUVAS INTENSAS

Macrodrenagem, parques lineares, alerta, manutenção de cursos d'água e ocupação segura.

CALOR EXTREMO

Arborização, sombreamento, saúde pública, eficiência térmica e proteção de trabalhadores.

INCÊNDIOS

Planos intermunicipais, aceiros, monitoramento, brigadas e comunicação de risco.

EROSÃO E ASSOREAMENTO

Conservação do solo, estradas rurais, terraceamento e restauração de matas ciliares.

CONTINUIDADE DE SERVIÇOS

Energia de reserva, água de emergência, telecomunicações e planos hospitalares.

PLANO REGIONAL DE ADAPTAÇÃO

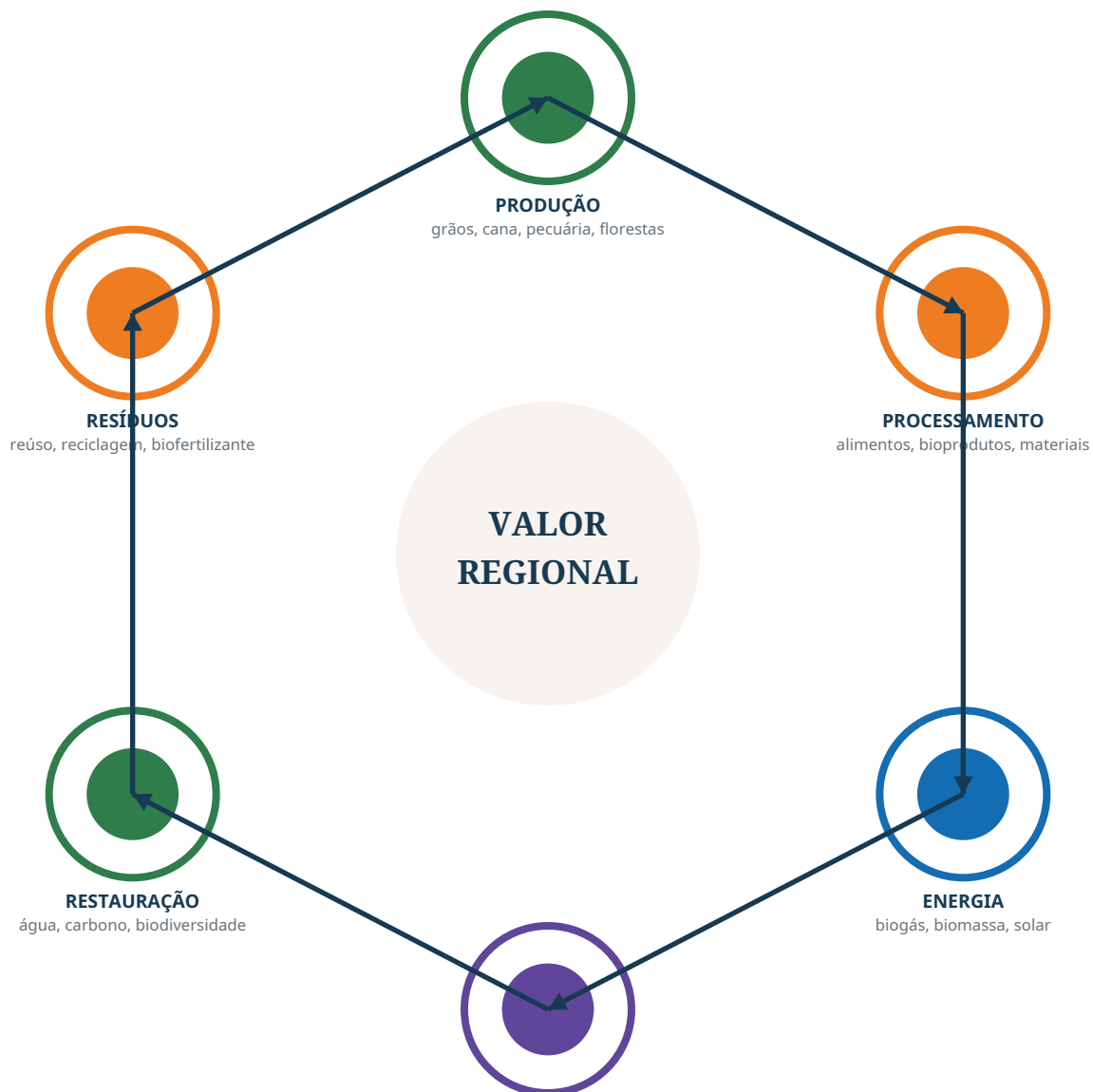
A proposta é territorializar as diretrizes do Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática, priorizando infraestrutura crítica, populações vulneráveis e cadeias produtivas essenciais.

Fonte oficial: Semil - Política Estadual de Mudanças Climáticas, PAC 2050 e Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática [A5].

9.4

Cadeias da bioeconomia regional

A meta não é exportar apenas matéria-prima. É reter valor por meio de transformação, tecnologia e serviços ambientais.



PRINCÍPIO

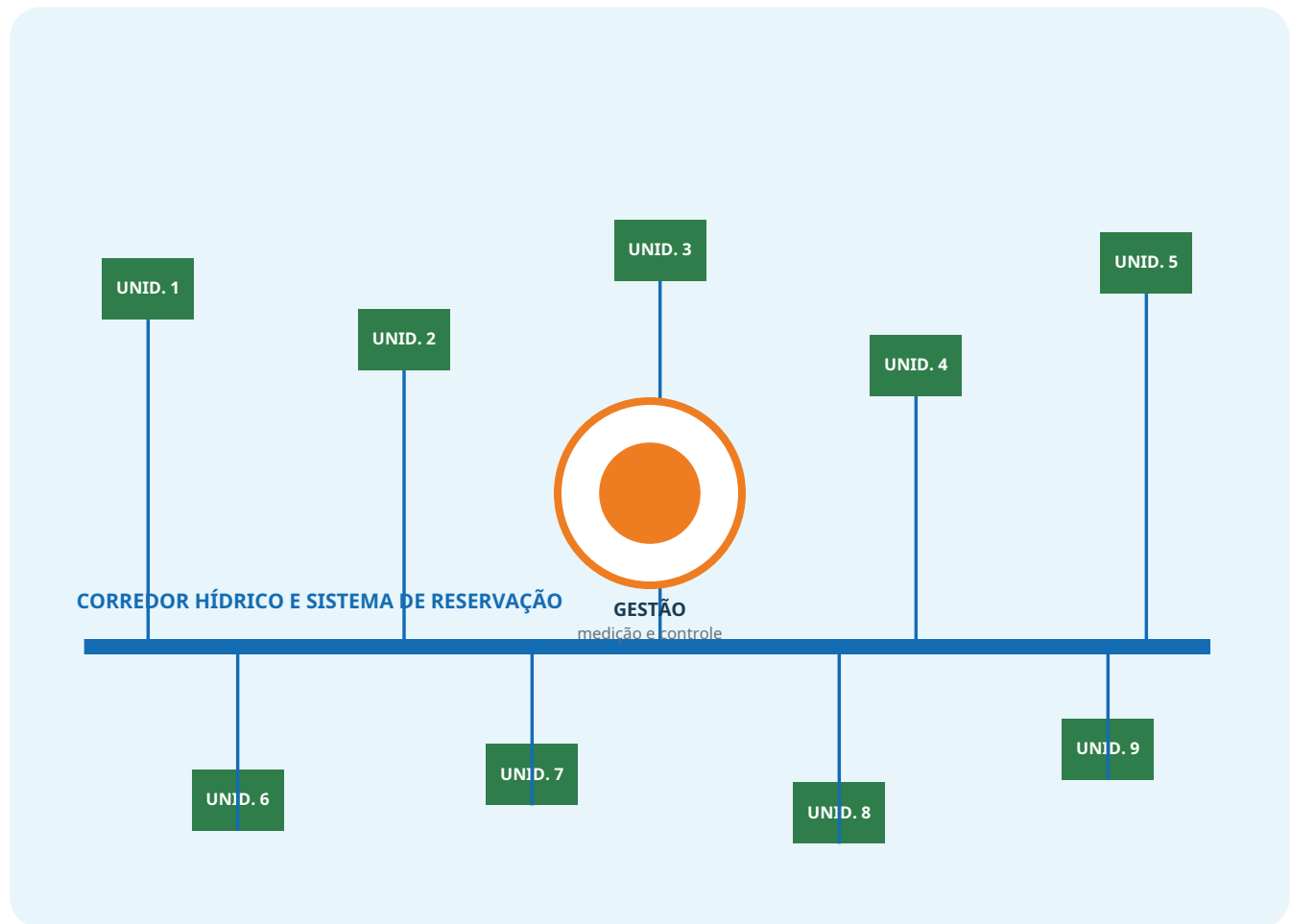
Cada elo deve gerar contratos locais, qualificação, inovação, arrecadação e redução de impactos. A cadeia é circular quando resíduos de uma atividade se tornam insumos de outra.

A ANA publicou estudo específico sobre uso da água e boas práticas industriais na bacia do Paranapanema [A2]. O desenho das cadeias é elaboração própria.

9.5

Distritos hídricos regionais

Infraestrutura compartilhada para pequenos e médios produtores acessarem água com eficiência, controle e segurança jurídica.



COMPONENTES

Outorga coletiva ou coordenada; medição; reservação; energia; assistência técnica; monitoramento de solo e clima; manutenção compartilhada.

CONTRAPARTIDAS

Eficiência de uso, proteção de nascentes, rastreabilidade, manejo de solo, metas de valor agregado e participação dos usuários.

Proposta autoral alinhada aos instrumentos de planejamento e outorga da Política Nacional de Recursos Hídricos e ao PIRH Paranapanema [A1].

9.6

Mais valor por unidade de água

A eficiência deve ser medida pela produção econômica e social obtida com segurança hídrica e menor impacto.

INDICADOR ORIENTADOR

Valor agregado regional / volume de água utilizado. O indicador não substitui os limites ambientais nem a prioridade do abastecimento humano; ele ajuda a comparar tecnologias, cadeias e projetos.

Irrigação de precisão	Menor consumo por unidade produzida e estabilidade de safra
Reúso industrial	Redução de captação e de efluentes
Redução de perdas urbanas	Mais disponibilidade sem ampliar captação
Culturas de maior valor	Mais renda e emprego por área e por volume utilizado
Processamento local	Retenção de renda na região
Monitoramento digital	Decisão antecipada em períodos críticos

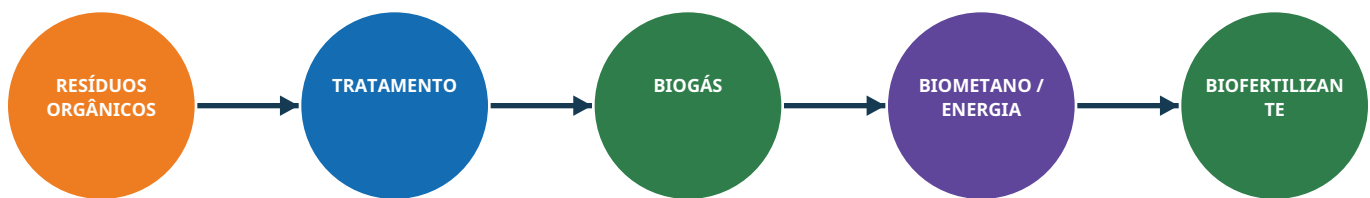
REGRA DE INVESTIMENTO

Projetos apoiados pela rede deverão demonstrar balanço hídrico, plano de eficiência, custo de operação, governança e benefícios locais.

9.7

Resíduos, biogás e economia circular

A destinação ambientalmente correta pode se transformar em energia, biofertilizante, redução de custos e nova receita.



PROJETOS POSSÍVEIS

Centrais para resíduos agroindustriais; aproveitamento de dejetos; gás para frotas e caldeiras; geração distribuída; compostagem; fertilizantes orgânicos.

CONDIÇÕES DE VIABILIDADE

Escala de matéria-prima, contratos de fornecimento, conexão energética, licenciamento, logística, operação profissional e mercado para coprodutos.

PAPEL REGIONAL

Mapear fluxos de resíduos, padronizar estudos, reunir demanda, estruturar concessões ou PPPs quando adequadas e evitar unidades subdimensionadas sem capacidade de operação.

9.8

Restauração produtiva e infraestrutura verde

Proteger água e solo também reduz custos de estradas, saneamento, energia e saúde.

MATAS CILIARES

Conectividade, qualidade da água e redução de assoreamento.

NASCENTES

Proteção física, adequação de uso e monitoramento.

SOLO AGRÍCOLA

Conservação, terraceamento, plantio direto e manejo de estradas.

PARQUES LINEARES

Drenagem, lazer, recuperação urbana e redução de risco.

ARBORIZAÇÃO URBANA

Conforto térmico, saúde, biodiversidade e valorização do espaço.

CORREDORES ECOLÓGICOS

Integração de fragmentos e serviços ecossistêmicos.

MODELO DE IMPLEMENTAÇÃO

Contratos por resultado, assistência técnica, viveiros regionais, compras compartilhadas e priorização de microbacias com impacto sobre abastecimento, produção e risco urbano.

9.9

Financiamento ambiental combinado

Projetos maduros podem usar recursos não reembolsáveis, crédito, orçamento público e receitas do próprio serviço.

FEHIDRO	Água, saneamento, drenagem, recuperação de bacias	Projetos por comitê e carteira regional
FECOP	Energia limpa, controle de poluição e equipamentos	Editais e apoio técnico
FID	Meio ambiente, urbanismo, patrimônio e direitos difusos	Projetos municipais estruturados
FINISA / BNDES	Infraestrutura, saneamento e modernização	Crédito com capacidade de pagamento
Receitas de projetos	Energia, biogás, serviços e tarifas	Sustentação da operação

REGRA FINANCEIRA

Recursos a fundo perdido devem financiar principalmente estudos, inovação, proteção ambiental e investimentos sem receita direta. Crédito e capital privado devem ser usados onde houver fluxo de caixa, ganho de eficiência ou capacidade fiscal.

CAPACIDADE REGIONAL

Um Escritório de Projetos Ambientais prepara termos de referência, licenças, projetos executivos, análise econômica e prestação de contas.

Fontes oficiais: FEHIDRO [A6], FECOP [A7], FID e linhas federais são detalhados no Capítulo 12.

9.10

Metas, projetos e referências

O plano ambiental deve ligar proteção, produtividade e resiliência.

Plano Regional de Adaptação Climática	2027
Mapa de segurança hídrica e risco	2027
Três projetos-piloto de distritos hídricos	2028
Carteira de biogás e economia circular	2028
Programa de redução de perdas	2027-2035
Corredores de restauração e parques lineares	2027-2035
Observatório Água-Clima-Produção	2027

[A1] ANA e CBH Paranapanema. Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paranapanema, 2016.
https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/Acervo/Detalhe/69552

[A2] ANA. A indústria na bacia do rio Paranapanema: uso da água e boas práticas, 2020.
https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/Acervo/Detalhe/86393

[A3] ANA e UFPR. Modelagem da qualidade da água na bacia do rio Paranapanema, 2022.
https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/93241

[A4] SIGRH-SP. UGRHI 17 - Médio Paranapanema. <https://www.sigrh.sp.gov.br/arquivos/perh/r0estadual/sintese/ugrhi17.htm>

[A5] Semil. Política Estadual de Mudanças Climáticas, PAC 2050 e Plano Estadual de Energia 2050.
<https://semil.sp.gov.br/comite-gestor-da-politica-estadual-de-mudancas-climaticas-cgpemc/> | <https://semil.sp.gov.br/sem/pee-2050/>

[A6] Semil. Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO. <https://semil.sp.gov.br/srhsb/fehidro-fundo-estadual-de-recursos-hidricos/>

[A7] Semil. Edital FECOP para energia solar fotovoltaica em municípios, 2026.
<https://semil.sp.gov.br/editais/2026/06/edital-de-chamamento-publico-energia-solar-fotovoltaica-em-municipios/>

CAPÍTULO 10

PROTEÇÃO SOCIAL, AUTISMO E POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Cuidado próximo, referência especializada e autonomia

“Uma rede social forte não mede apenas quantos atendimentos realizou, mas se a pessoa conseguiu seguir sua vida com segurança e dignidade.”

VERSÃO FINAL - AGOSTO DE 2026

PRINCÍPIO DO CAPÍTULO

A proteção social precisa funcionar como rede: porta de entrada próxima, referência regional especializada e acompanhamento contínuo da pessoa e da família.

10.1

Proteção social em rede

Problemas complexos atravessam saúde, educação, assistência, justiça, trabalho e habitação. A pessoa não pode ser obrigada a montar sozinha esse caminho.

PORTA DE ENTRADA LOCAL

Acolhimento, identificação de risco, cadastro, orientação, acompanhamento familiar e encaminhamento responsável.

REFERÊNCIA REGIONAL

Equipes especializadas, diagnóstico, terapias, proteção jurídica, acolhimento temporário e apoio técnico aos municípios.

RETORNO E CONTINUIDADE

Plano individual ou familiar, referência definida, comunicação entre equipes e acompanhamento no município de origem.

AUTONOMIA

Educação, renda, moradia, acessibilidade, proteção e participação comunitária como resultados do cuidado.

REGRA DE OURO

Encaminhar não é transferir responsabilidade. O serviço que recebe deve confirmar o atendimento, compartilhar o plano necessário e garantir retorno ao ponto de origem. A rede deve ser invisível para o usuário e claramente responsável para os gestores.

10.2

Direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista

A legislação brasileira reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais e estabelece a intersectorialidade como diretriz.

Lei 12.764

Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA

Fonte oficial [S1]

CIPTEA

Identificação gratuita instituída pela Lei 13.977/2020

Fonte oficial [S2]

SUS

Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência

Fonte oficial [S3]

ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL

Acesso organizado conforme necessidade e rede assistencial.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Apoio e adaptações para participação e aprendizagem.

PROTEÇÃO SOCIAL

Apoio à pessoa e à família em situações de vulnerabilidade.

PRIORIDADE E IDENTIFICAÇÃO

Instrumentos legais para acesso e atendimento.

PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

Informação, orientação e construção do plano de cuidado.

VIDA ADULTA

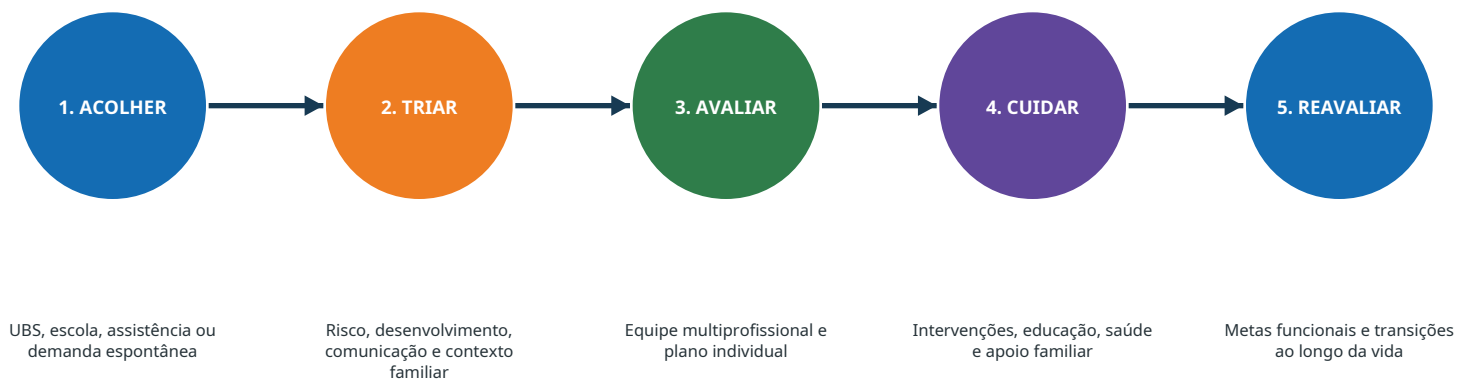
Trabalho, autonomia, moradia e cuidado continuado.

Fontes oficiais: Lei nº 12.764/2012 [S1], Lei nº 13.977/2020 [S2] e normas do Ministério da Saúde sobre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência [S3].

10.3

A jornada regional de cuidado no TEA

O desenho deve reduzir espera, repetição de avaliações, viagens desnecessárias e abandono do acompanhamento.



MUNICÍPIO

Acompanhamento longitudinal, escola, assistência, orientação familiar, cuidado básico e apoio à inclusão.

POLO REGIONAL

Avaliação especializada, terapias de maior complexidade, capacitação, teleconsultoria e regulação.

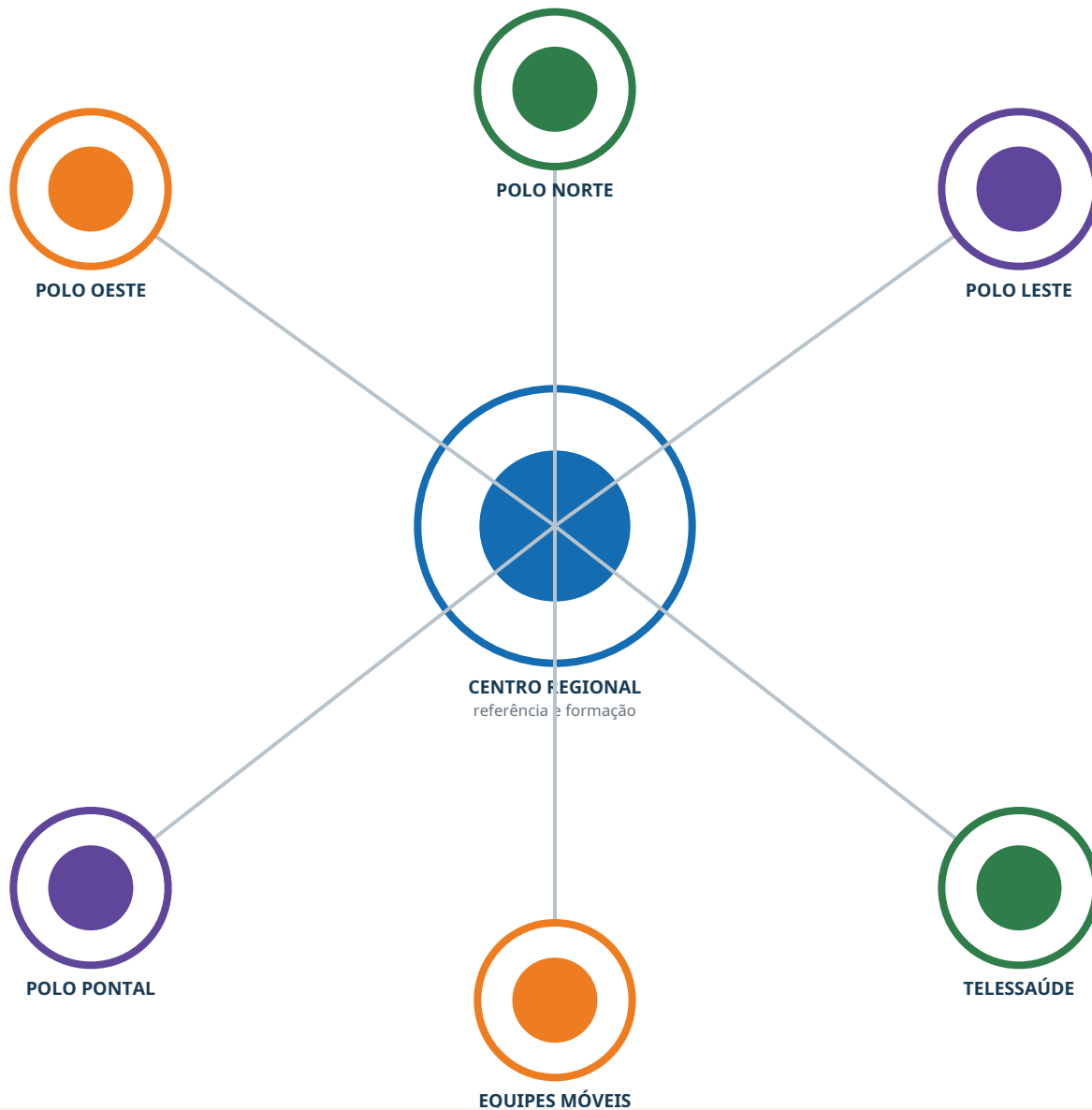
PRONTUÁRIO E PLANO COMPARTILHADO

A integração de informações deve respeitar sigilo, consentimento, necessidade de acesso e a Lei Geral de Proteção de Dados. A família deve saber quem é responsável por cada etapa.

10.4

Rede regional de referência para TEA

Modelo de polos, equipes itinerantes e apoio remoto para que o cuidado especializado chegue às cidades menores.



FUNÇÕES DO CENTRO REGIONAL

Protocolos; supervisão clínica e pedagógica; formação continuada; avaliação de casos complexos; apoio às transições da infância para adolescência e vida adulta; indicadores e pesquisa aplicada.

10.5

Cuidar da família para sustentar o cuidado

A sobrecarga familiar pode produzir perda de renda, adoecimento, isolamento e ruptura de vínculos.

ORIENTAÇÃO APÓS O DIAGNÓSTICO

Informações claras sobre direitos, serviços e próximos passos.

GRUPOS DE APOIO

Troca de experiências e prevenção do isolamento.

CUIDADO TEMPORÁRIO PROGRAMADO

Apoio para descanso, saúde e atividades essenciais da família.

APOIO ESCOLAR

Mediação entre saúde, família e escola.

TRANSIÇÃO PARA VIDA ADULTA

Trabalho, autonomia, proteção patrimonial e moradia apoiada.

APOIO DE RENDA E TRANSPORTE

Articulação com benefícios e deslocamentos necessários.

INDICADOR CENTRAL

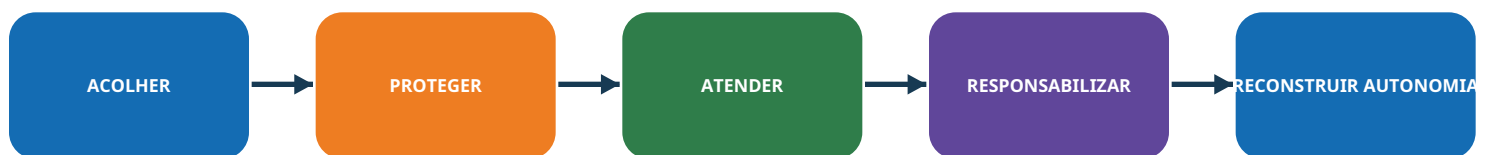
A rede deverá acompanhar não apenas sessões e consultas, mas também frequência escolar, participação social, autonomia funcional, estabilidade familiar e acesso a direitos.

10.6

Rede de proteção às mulheres

Acolhimento, segurança, justiça, saúde, moradia e renda devem funcionar como uma sequência integrada.

O Estado de São Paulo mantém programas de enfrentamento à violência, autonomia financeira, capacitação, saúde e bem-estar. O Programa Casa da Mulher Paulista foi formalmente instituído em 2025 para integrar políticas e serviços.



REDE PRESENCIAL

Casa da Mulher Paulista, DDMs, saúde, assistência social, Defensoria, Ministério Público, Judiciário, organizações e serviços municipais.

REDE MÓVEL E DIGITAL

Ônibus de atendimento, canais de orientação, integração de dados, acompanhamento de medidas protetivas e comunicação segura.

CAPILARIDADE REGIONAL

Ourinhos e Presidente Epitácio participaram, em 2026, de capacitação estadual de gestores das Casas da Mulher Paulista. A experiência pode ser articulada a uma rede regional de referência e apoio aos municípios vizinhos.

Fontes oficiais: Secretaria de Políticas para a Mulher [S4], Decreto estadual nº 69.938/2025 [S5] e capacitação de gestores em 2026 [S6].

10.7

Gestão de casos e resposta rápida

A rede precisa saber quando uma mulher pediu ajuda, quais medidas foram adotadas e quem está acompanhando - com segurança e sigilo.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Protocolos comuns para identificar urgência, presença de armas, ameaças, dependência econômica, crianças e reincidência.

PLANO DE SEGURANÇA

Contato protegido, abrigo quando necessário, transporte, saúde, medidas legais e rede familiar segura.

RESPONSÁVEL PELO CASO

Profissional ou equipe de referência com prazos, retornos e registro de providências.

PAINEL SEM EXPOSIÇÃO

Indicadores agregados para gestão; dados pessoais acessíveis apenas a profissionais autorizados.

INTEGRAÇÃO COM SEGURANÇA PÚBLICA

O pacote estadual anunciado em 2026 prevê plano decenal e expansão de estruturas de atendimento. A região deve articular essa expansão com fluxos locais de saúde, assistência e justiça.

RESULTADO

Reduzir o tempo entre o pedido de ajuda e a proteção efetiva; evitar que a mulher repita sua história em cada serviço; acompanhar até a reconstrução da autonomia.

10.8

Autonomia econômica e moradia segura

A proteção é incompleta quando a mulher precisa retornar ao risco por falta de renda, trabalho, cuidado infantil ou moradia.

RENDA IMEDIATA

Benefícios, auxílio aluguel e acesso emergencial a direitos.

TRABALHO

Qualificação rápida, intermediação e compromisso de empresas.

EMPREENDER

Crédito orientado, compras públicas e redes de comercialização.

MORADIA

Locação protegida, habitação de transição e prioridade em programas.

CUIDADO

Creche, saúde, transporte e apoio aos filhos.

ACOMPANHAMENTO

Plano com metas e profissional de referência.

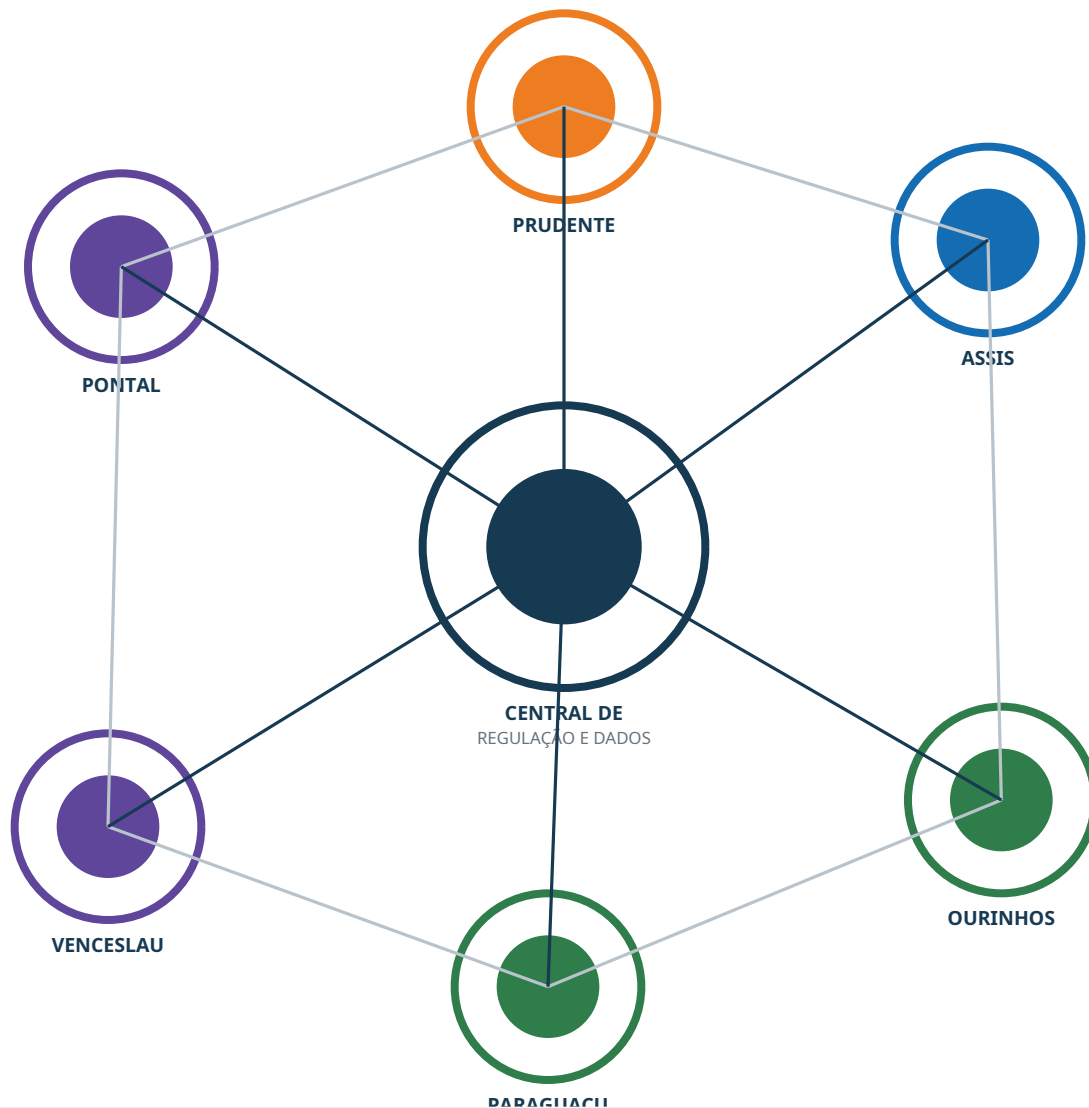
PACTO COM EMPRESAS

Empresas que recebam incentivos regionais devem aderir a protocolos de prevenção, canais de acolhimento e metas de contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade.

10.9

Mapa funcional da proteção social regional

Representação esquemática dos serviços locais, polos especializados e fluxos de retorno.



LEGENDA FUNCIONAL

Pontos maiores representam polos de referência; as ligações indicam fluxos de encaminhamento, suporte técnico e retorno. A localização definitiva depende da validação dos equipamentos existentes e dos tempos reais de deslocamento.

10.10

Carteira de projetos sociais

Projetos estruturantes com implantação progressiva e compartilhamento de equipes.

Centro Regional de Referência em TEA	Avaliação, supervisão, formação e casos complexos
Equipes TEA itinerantes	Atendimento programado e apoio a municípios pequenos
Casa da Mulher em Rede	Integração de unidades e municípios de influência
Central de Gestão de Casos	Fluxos, prazos, retornos e indicadores protegidos
Programa de Cuidado Familiar	Orientação, grupos e apoio temporário
Autonomia e Moradia Segura	Renda, emprego, aluguel e habitação de transição
Formação intersetorial	Saúde, escola, assistência, segurança e justiça
Transporte social programado	Rotas para serviços especializados

CRITÉRIO DE IMPLANTAÇÃO

Nenhum equipamento regional deve ser criado sem mapa de demanda, fluxo de regulação, equipe mínima, custo de operação e responsabilidades dos municípios e do Estado.

10.11

Indicadores e referências oficiais

A avaliação deve acompanhar segurança, continuidade do cuidado e autonomia.

Tempo entre demanda e primeira avaliação TEA	Reduzir
Planos de cuidado ativos com responsável definido	Aumentar
Famílias com orientação pós-diagnóstico	Universalizar
Tempo de resposta em casos de alto risco para mulheres	Reduzir
Mulheres acompanhadas até renda ou moradia segura	Aumentar
Repetição de relato em múltiplos serviços	Reduzir
Municípios integrados aos protocolos regionais	Universalizar

[S1] Presidência da República. Lei nº 12.764/2012 - Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm

[S2] Presidência da República. Lei nº 13.977/2020 - Carteira de Identificação da Pessoa com TEA. https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13977.htm

[S3] Ministério da Saúde. Legislação e normas da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/autismo/legislacao/legislacao>

[S4] Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Políticas para a Mulher. <https://www.mulher.sp.gov.br/>

[S5] Estado de São Paulo. Decreto nº 69.938/2025 - Programa Casa da Mulher Paulista. <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2025/decreto-69938-07.10.2025.html>

[S6] Secretaria de Políticas para a Mulher. Capacitação de gestores das Casas da Mulher Paulista, 28/04/2026. <https://www.mulher.sp.gov.br/>

[S7] Secretaria de Políticas para a Mulher. Plano decenal e expansão da rede de proteção, 30/03/2026. <https://www.mulher.sp.gov.br/>

CAPÍTULO 11

GOVERNANÇA REGIONAL E CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS

Cooperar sem perder autonomia

“Integração não significa uma prefeitura mandar na outra. Significa decidir juntos aquilo que nenhum município consegue resolver sozinho.”

VERSÃO FINAL - AGOSTO DE 2026

PRINCÍPIO DO CAPÍTULO

Municípios autônomos podem cooperar. A governança regional organiza prioridades comuns sem retirar identidade, competências ou decisão local.

11.1

Da fragmentação à capacidade regional

Problemas comuns precisam de decisão compartilhada, equipe técnica e orçamento identificável.

MODELO FRAGMENTADO

Cada cidade prepara projetos, compra sistemas, contrata estudos e negocia recursos separadamente. A escala reduzida aumenta custos e enfraquece a capacidade técnica.

MODELO EM REDE

Municípios preservam competências locais, mas compartilham dados, projetos, especialistas, compras e serviços de referência.

QUATRO FUNÇÕES REGIONAIS

1) planejar prioridades; 2) estruturar projetos; 3) operar serviços compartilhados quando adequado; 4) monitorar resultados e prestar contas publicamente.

O QUE NÃO DEVE SER REGIONALIZADO

Decisões que precisam permanecer próximas do cidadão, serviços cotidianos sem ganho de escala, atividades para as quais não exista governança clara e projetos sem fonte de operação permanente.

A melhor escala é aquela que combina eficiência com responsabilidade democrática.

11.2

Base jurídica da cooperação

A legislação federal permite que União, estados e municípios constituam consórcios públicos para objetivos de interesse comum.

Lei 11.107

normas gerais para consórcios públicos

Fonte oficial [G1]

Decreto 6.017

regulamentação dos consórcios

Fonte oficial [G2]

PPA-SP

cooperação, integração e gestão por resultados

Fonte oficial [G3]

INSTRUMENTOS

Protocolo de intenções; contrato de consórcio; contrato de rateio; contrato de programa; convênios, acordos e transferências.

POSSIBILIDADES

Receber recursos; contratar; compartilhar estruturas; prestar serviços; firmar parcerias; apoiar projetos de interesse comum dentro dos limites legais.

PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO

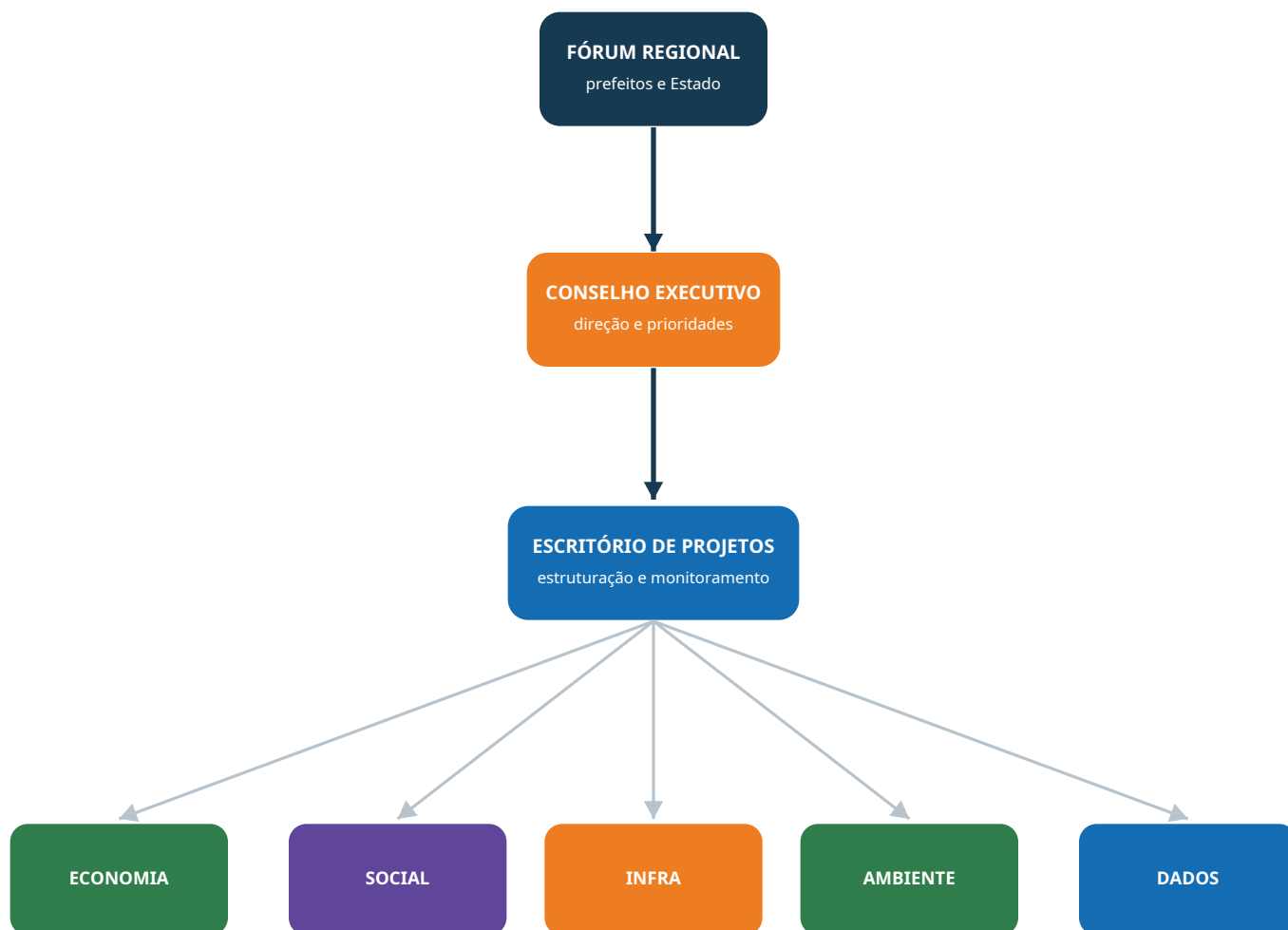
As competências, votos, aportes, regras de saída, transparência e controles devem estar definidos em lei e nos instrumentos do consórcio. Cooperação sem regra clara cria conflito; regra clara produz confiança.

Fontes oficiais: Lei federal nº 11.107/2005 [G1], Decreto nº 6.017/2007 [G2] e Decreto estadual nº 68.807/2024 [G3].

11.3

Arquitetura de governança proposta

Decisão política, coordenação executiva e conhecimento técnico precisam ocupar espaços diferentes e conectados.



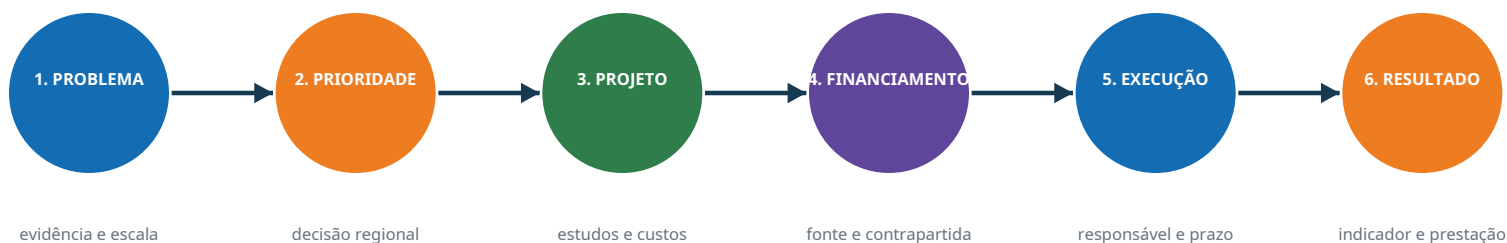
PARTICIPAÇÃO E CONTROLE

Conselho consultivo com universidades, empresas, trabalhadores e sociedade civil; audiências públicas; dados abertos; ouvidoria; controle interno; tribunais de contas e câmaras municipais.

11.4

Como uma prioridade vira projeto

Um processo comum reduz improvisação, disputa e anúncios sem viabilidade.



CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO

Impacto regional; urgência; população beneficiada; redução de desigualdade; maturidade; custo de operação; sustentabilidade; capacidade de cofinanciamento.

REGRAS DE DECISÃO

Nota técnica pública; manifestação dos municípios; compatibilidade com planos; fonte financeira; riscos; definição do operador; indicador de resultado.

PORTÃO DE QUALIDADE

Projeto sem estudo de demanda, estimativa de custos, licença necessária, plano de operação e responsável institucional não entra na carteira prioritária.

11.5

Câmaras técnicas por missão

As câmaras devem ser pequenas, temporárias quando possível e responsáveis por entregas verificáveis.

Desenvolvimento econômico	Cadeias produtivas, atração de investimentos e qualificação
Saúde e proteção social	Fluxos assistenciais, TEA, mulheres e regulação
Infraestrutura e logística	Corredores, vicinais, ferrovias, aeroportos e digital
Água, clima e bioeconomia	Segurança hídrica, resíduos, energia e restauração
Educação e inovação	Talentos, laboratórios, estágios e pesquisa aplicada
Financiamento e projetos	Modelagem, editais, convênios, PPPs e prestação de contas
Dados e transparência	Indicadores, padrões, painéis e proteção de dados

COMPOSIÇÃO

Servidores municipais e estaduais, especialistas das instituições de ensino, operadores de serviços e convidados técnicos. Participação social deve ocorrer em consultas, audiências e conselhos, sem substituir a responsabilidade formal dos gestores.

11.6

Escritório Regional de Projetos

A estrutura que transforma ideias em documentação apta para receber recursos e executar investimentos.

PLANEJAMENTO

diagnósticos, mapas e carteira

ENGENHARIA

estudos, projetos e orçamentos

ECONOMIA

demanda, benefícios e viabilidade

JURÍDICO

modelos, contratos e licenças

FINANÇAS

fontes, garantias e cronogramas

MONITORAMENTO

prazos, riscos e resultados

MODELO ENXUTO

Equipe permanente reduzida, especialistas contratados por projeto, parcerias com universidades e regras de custo compartilhado. O escritório não substitui secretarias municipais; ele aumenta sua capacidade.

11.7

Transparência orientada ao cidadão

Publicar documentos é necessário, mas não suficiente. A informação precisa mostrar compromisso, prazo, custo e resultado.

CARTEIRA

projetos, estágio e responsável

ORÇAMENTO

fontes, aportes e execução

CONTRATOS

objeto, prazo e fiscalização

INDICADORES

linha de base e metas

RISCOS

alertas e providências

PARTICIPAÇÃO

consultas e respostas

PAINEL REGIONAL

Cada projeto terá ficha pública com problema, solução, municípios, orçamento, fonte, etapas, contratos, metas e situação atual. Informações pessoais e estratégicas protegidas permanecem restritas conforme a lei.

11.8

Implantação por fases

A governança deve começar com entregas simples e ganhar complexidade conforme demonstra resultados.

FASE 1 • 2026-2027

Acordo político, validação territorial, inventário de consórcios, carteira inicial e padrões de dados.

FASE 2 • 2027-2028

Escritório de Projetos, câmaras técnicas, protocolos sociais e primeiras compras compartilhadas.

FASE 3 • 2029-2031

Serviços regionais selecionados, financiamentos estruturados, laboratórios e projetos ambientais.

FASE 4 • 2032-2035

Avaliação, revisão institucional, expansão de projetos e integração plena ao planejamento estadual.

PRINCÍPIO DE PRUDÊNCIA

Começar pelo que possui clareza jurídica, demanda comprovada e capacidade de operação. A confiança institucional será construída por entregas.

11.9

Indicadores e referências oficiais

Governança deve ser avaliada pela qualidade das decisões e pela entrega regional.

Projetos com ficha técnica completa	Aumentar
Tempo médio entre prioridade e projeto apto	Reduzir
Recursos captados por projetos regionais	Aumentar
Compras ou serviços compartilhados com economia comprovada	Aumentar
Projetos com painel público atualizado	Universalizar
Deliberações com justificativa técnica publicada	Universalizar
Municípios adimplentes com compromissos de rede	Aumentar

[G1] Presidência da República. Lei nº 11.107/2005 - normas gerais de contratação de consórcios públicos.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm

[G2] Presidência da República. Decreto nº 6.017/2007 - regulamenta a Lei dos Consórcios Públicos.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6017.htm

[G3] Estado de São Paulo. Decreto nº 68.807/2024 - gestão, integração e monitoramento do PPA 2024-2027.
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2024/decreto-68807-26.08.2024.html>

[G4] CAVUTO, Cavuto. Estratégias de Governança Regional: uma modelagem de Polos Produtivos em Rede para o Vale e Pontal do Paranapanema. TCC, 2026.

NOTA INSTITUCIONAL

A configuração definitiva deverá compatibilizar os consórcios já existentes, as regiões administrativas e de saúde, a hierarquia urbana e os fluxos reais de deslocamento.

CAPÍTULO 12

FINANCIAMENTO, ORÇAMENTO E CARTEIRA REGIONAL DE PROJETOS

Trocar pedidos isolados por projetos maduros e financiáveis

“Recurso público sem projeto vira promessa; projeto sem operação vira obra parada; investimento com governança vira desenvolvimento.”

VERSÃO FINAL - AGOSTO DE 2026

PRINCÍPIO DO CAPÍTULO

O interior precisa trocar a política de obras isoladas por uma carteira de projetos estruturados, financiáveis e acompanhados por resultados.

12.1

Além da emenda parlamentar

Emendas são importantes, mas não substituem planejamento, projeto executivo, financiamento plurianual e manutenção.

LÓGICA FRAGMENTADA

Pedidos anuais, objetos pequenos, pouca integração, cronograma curto, risco de duplicação e foco na liberação do recurso.

LÓGICA DE CARTEIRA

Projetos priorizados, estudos, fontes combinadas, etapas, operação definida, indicadores e acompanhamento por vários anos.

PAPEL PARLAMENTAR

Articular o projeto no PPA, LDO e orçamento; buscar recursos estaduais e federais; acompanhar órgãos licenciadores e financiadores; fiscalizar prazos e resultados; dar transparência às prioridades.

REGRA DE INTEGRIDADE

O parlamentar não deve escolher fornecedor, interferir em licitação ou prometer valor sem fonte. Sua autoridade está em construir prioridade pública, remover gargalos institucionais e cobrar entrega.

A política regional precisa de emendas que completem projetos - não de projetos inventados para caber em emendas.

12.2

Regionalizar o planejamento plurianual

O PPA estadual estabelece diretrizes, objetivos e metas para despesas de capital e programas continuados. A agenda regional deve dialogar com esse ciclo.

2024-2027

PPA vigente do Estado de São Paulo

Lei estadual [F1]

12 objetivos

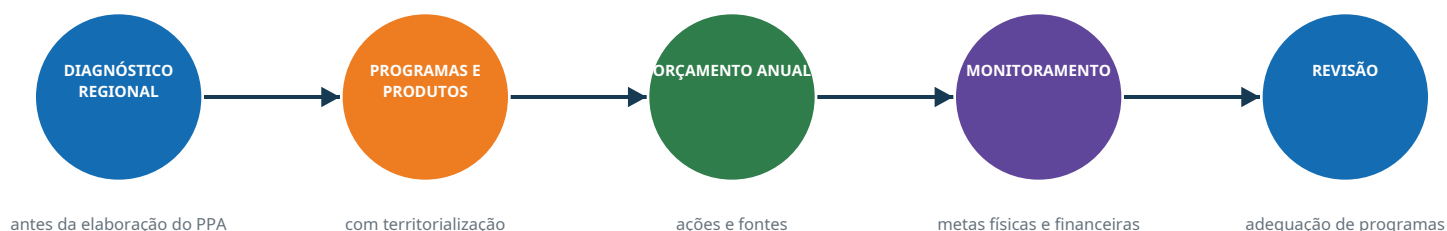
estrutura estratégica informada pelo Estado

Fonte: Sefaz-SP [F1]

2026

metas revisadas e publicadas por decreto

Fonte oficial [F2]



PROPOSTA

Criar um Anexo Territorial Vale-Pontal para cada ciclo de planejamento, com projetos, indicadores, municípios, fontes e compromissos de operação. O anexo orienta articulação política e permite acompanhar se o orçamento chega ao território.

Fontes oficiais: Lei estadual nº 17.898/2024 e portal do PPA 2024-2027 [F1]; Decreto nº 70.366/2026 [F2].

12.3

Matriz de fontes de financiamento

Cada fonte possui finalidade, prazo, custo, regra e risco diferentes. Projetos estruturados combinam

Orçamento estadual / PPA	Fiscal	Políticas públicas, obras e custeio continuado
Emendas parlamentares	Fiscal vinculado	Etapas, equipamentos e complementação
BNDES Finem Municípios	Crédito	Projetos multissetoriais e infraestrutura integrada
FINISA	Crédito	Infraestrutura, saneamento e despesas de capital
FEHIDRO	Fundo estadual	Água, drenagem, saneamento e bacias
FID	Fundo estadual	Meio ambiente, urbanismo, patrimônio e direitos
FECOP	Fundo estadual	Controle de poluição, energia e sustentabilidade
PPP / concessão	Capital + contrato	Serviços com desempenho e receitas ou contraprestação
Capital privado	Investimento	Indústria, logística, energia e inovação

PRINCÍPIO

Fonte não define prioridade. Primeiro se demonstra o problema, o benefício e a solução; depois se escolhe o instrumento financeiro compatível.

Fontes oficiais detalhadas em [F1] a [F7].

12.4

O funil de maturidade dos projetos

Uma ideia só deve disputar grande investimento depois de atravessar etapas técnicas e institucionais.

IDEIA

problema e objetivo

PRÉ-VIABILIDADE

demanda e alternativas

ESTUDOS

engenharia, ambiente e jurídico

PROJETO APTO

custos, licenças e operação

FINANCIADO

contrato e fonte

EM EXECUÇÃO

prazo e fiscalização

OPERANDO

resultado e manutenção

GOVERNANÇA DO FUNIL

A carteira publica o estágio de cada projeto. Recursos para estudos são reservados às prioridades aprovadas. Projetos que não avançam precisam registrar o obstáculo e a decisão: corrigir, aguardar ou encerrar.

12.5

Modelo econômico e custo do ciclo de vida

A decisão não pode considerar apenas o valor da obra. Deve incluir operação, manutenção, reposição, pessoal, energia e riscos.

Investimento inicial	Quanto custa projetar, licenciar, construir e equipar?
Operação	Quem opera, com qual equipe e quais padrões?
Manutenção	Qual é o plano preventivo e a fonte anual?
Receitas / economias	Há tarifa, venda, economia de energia ou redução de custo?
Riscos	Quem responde por atraso, demanda, tecnologia e ambiente?
Benefícios	Quais resultados econômicos, sociais e ambientais?
Encerramento / renovação	Como ocorre reposição, reversão ou desativação?

CAPEX

Recursos para implantação e aquisição. Pode vir de orçamento, fundo, crédito ou capital privado.

OPEX

Recursos permanentes para operar e manter. Sem OPEX definido, o equipamento se deteriora.

CRITÉRIO

Aprovar investimento apenas quando a operação estiver institucional e financeiramente definida.

12.6

Quando usar PPP ou concessão

Parcerias são instrumentos de contratação de longo prazo, não atalhos para ausência de dinheiro ou de planejamento.

PODE FAZER SENTIDO

Demanda previsível; serviço mensurável; necessidade de investimento e manutenção; possibilidade de alocar riscos; escala regional; capacidade de fiscalização.

NÃO DEVE SER USADO

Objeto pequeno; solução indefinida; falta de dados; ausência de capacidade de pagamento; tecnologia instável; risco impossível de controlar; fiscalização frágil.

ETAPAS MÍNIMAS

Estudos de demanda; engenharia; modelo jurídico; viabilidade econômico-financeira; consulta pública; controle; licitação competitiva; gestão contratual e indicadores de desempenho.

APLICAÇÕES POTENCIAIS PARA ESTUDO

Iluminação e energia; resíduos e biogás; infraestrutura digital; equipamentos urbanos; terminais e logística; manutenção integrada; habitação e requalificação, quando houver escala e modelo adequado.

A experiência em PPP habitacional reforça uma lição: a qualidade do resultado depende da integração entre projeto, atendimento, financiamento, contrato e operação.

12.7

Financiamento climático e social

Projetos com benefícios mensuráveis podem acessar instrumentos orientados a água, energia, resiliência, inclusão e desenvolvimento integrado.

FEHIDRO

planos e obras hídricas

FECOP

energia e controle de poluição

FID

direitos difusos e urbanismo

FINISA VERDE

infraestrutura sustentável

BNDES

desenvolvimento municipal integrado

TÍTULOS E FUNDOS

quando houver escala e estrutura

REQUISITO

Definir metodologia de impacto, linha de base, meta, governança, verificação e uso dos recursos. O rótulo verde ou social não substitui a qualidade técnica.

12.8

Carteira regional prioritária

Projetos agrupados por missão e estágio de maturidade.

Economia e trabalho	Parques industriais em rede; laboratório de inovação; qualificação; atração de investimentos
Infraestrutura	Vicinas; corredores logísticos; ferrovia; aeroporto; conectividade e dados
Habitação e cidades	Urbanização; regularização; retrofit; eficiência e assistência técnica
Saúde e social	Rede hospitalar; TEA; proteção às mulheres; transporte social
Água e clima	Perdas; drenagem; irrigação eficiente; restauração; biogás
Governança	Escritório de Projetos; observatório; sistemas e capacitação

CLASSIFICAÇÃO

A - apto para buscar recurso; B - estudos em andamento; C - pré-viabilidade; D - ideia a desenvolver. A carteira deverá identificar município, rede, orçamento, fonte e prazo.

REGRA

Nenhum projeto aparece como promessa concluída. O documento deve informar claramente o estágio e as condições necessárias.

12.9

Cronograma plurianual de investimento

Organizar estudos, licenças, contratação, obras e operação evita concentração de promessas no mesmo ano.



LEITURA

As barras representam horizonte de preparação e implantação, não compromisso orçamentário fechado. O cronograma será revisado conforme maturidade, licenciamento, fontes e capacidade de execução.

12.10

Riscos e prestação de contas

Grandes projetos precisam de uma linguagem pública sobre risco - antes, durante e depois da contratação.

ESCOPO

mudanças, interferências e requisitos

PRAZO

licença, desapropriação, projeto e obra

CUSTO

inflação, quantitativos, câmbio e financiamento

DEMANDA

uso abaixo ou acima do previsto

OPERAÇÃO

equipe, energia, manutenção e continuidade

SOCIAL E AMBIENTAL

impactos, mitigação e participação

INTEGRIDADE

conflitos, fraude, captura e fiscalização

TECNOLOGIA

obsolescência, interoperabilidade e segurança

PAINEL DE RISCOS

Probabilidade, impacto, responsável, providência, prazo e situação. Risco escondido cresce; risco publicado e gerido pode ser reduzido.

12.11

Indicadores e referências oficiais

A capacidade regional será medida pela qualidade da carteira e pela transformação de recursos em resultados.

Projetos com estudos completos	Aumentar
Tempo para contratar após financiamento	Reduzir
Participação de fontes não municipais	Aumentar com responsabilidade
Desvio de prazo e custo	Reduzir
Projetos com operação financiada	Universalizar
Execução física e financeira publicada	Universalizar
Benefícios verificados após entrega	Universalizar

[F1] Estado de São Paulo. PPA 2024-2027 - Lei nº 17.898/2024 e portal oficial.
<https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/planejamento/Paginas/ppa2024-2027.aspx>

[F2] Estado de São Paulo. Decreto nº 70.366/2026 - revisão do PPA e metas de 2026.
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2026/decreto-70366-04.02.2026.html>

[F3] BNDES. Finem - Desenvolvimento Integrado dos Municípios.
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-finem-pmi>

[F4] CAIXA. FINISA - Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento.
<https://www.caixa.gov.br/poder-publico/modernizacao-gestao/finisa/Paginas/default.aspx>

[F5] Secretaria da Justiça e Cidadania de SP. Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID. <https://justica.sp.gov.br/servicos/fid/>

[F6] Semil. Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO. <https://semil.sp.gov.br/srhsb/fehidro-fundo-estadual-de-recursos-hidricos/>

[F7] Semil. Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, edital 2026.
<https://semil.sp.gov.br/editais/2026/06/edital-de-chamamento-publico-energia-solar-fotovoltaica-em-municipios/>

CAPÍTULO 13

PLANO VALE E PONTAL 2035

Metas, sequência de entregas e compromissos para uma região integrada

“O futuro não começa em 2035. Ele começa quando as decisões de hoje passam a obedecer a um destino comum.”

VERSÃO FINAL - AGOSTO DE 2026

PRINCÍPIO DO CAPÍTULO

O horizonte de 2035 transforma propostas em sequência de entregas, indicadores e responsabilidades públicas.

13.1

Visão 2035

Uma região conectada, produtiva, inclusiva e capaz de transformar recursos naturais, conhecimento e infraestrutura em qualidade de vida.

META 1

Mais empregos qualificados e maior diversificação produtiva.

META 2

Jovens com oportunidades de formação, estágio, trabalho e empreendedorismo.

META 3

Serviços regionais de saúde e proteção social com menos deslocamentos desnecessários.

META 4

Cidades com habitação digna, infraestrutura e planejamento urbano.

META 5

Água, energia e biodiversidade protegidas e usadas com eficiência.

META 6

Municípios cooperando por projetos, dados e resultados.

HORIZONTE

O plano combina entregas imediatas, estruturação institucional e investimentos de longo prazo. Metas numéricas definitivas serão fixadas após a validação das linhas de base municipais.

13.2

Cinco missões integradas

As missões organizam os capítulos do Plano Regional e impedem que políticas sejam executadas como setores isolados.

1. PRODUZIR E EMPREGAR

industrialização, agroindústria, inovação e talentos

2. CUIDAR E INCLUIR

saúde, TEA, mulheres, habitação e proteção social

3. CONECTAR

rodovias, ferrovia, aeroportos, internet e serviços

4. PROTEGER E REGENERAR

água, clima, energia, resíduos e biodiversidade

5. GOVERNAR E FINANCIAR

consórcios, projetos, orçamento, dados e transparência

MÉTODO

Cada projeto deve contribuir para ao menos duas missões. Infraestrutura sem desenvolvimento social ou proteção ambiental não será considerada plenamente estratégica.

13.3

Missão 1 - Produzir e empregar

Diversificar a economia, elevar produtividade e ampliar renda.

POLOS PRODUTIVOS EM REDE

Especialização complementar e serviços compartilhados.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Carteira territorial, áreas preparadas e resposta rápida.

TALENTOS E INOVAÇÃO

Estágios, laboratórios e projetos aplicados.

AGROINDUSTRIALIZAÇÃO

Processar matérias-primas e reter valor.

PEQUENOS NEGÓCIOS

Crédito, mercado, compras e digitalização.

TRABALHO DECENTE

Qualificação, inclusão e proteção.

COMPROMISSO 2035

Metas e projetos serão revistos a cada dois anos com base em indicadores, execução orçamentária e participação regional.

13.4

Missão 2 - Cuidar e incluir

Organizar serviços regionais próximos, especializados e contínuos.

SAÚDE REGIONAL

Fluxos, regulação e integração hospitalar.

REDE TEA

Cuidado ao longo da vida e apoio familiar.

PROTEÇÃO ÀS MULHERES

Resposta rápida, moradia e autonomia.

HABITAÇÃO

Produção, regularização e requalificação.

MOBILIDADE SOCIAL

Transporte programado para serviços.

DADOS DO CUIDADO

Planos, prazos e retorno ao município.

COMPROMISSO 2035

Metas e projetos serão revistos a cada dois anos com base em indicadores, execução orçamentária e participação regional.

13.5

Missão 3 - Conectar

Reduzir tempo, custo, risco e distância econômica.

RODOVIAS E VICINAIS

Segurança, manutenção e última milha.

FERROVIA

Auditoria, demanda e reativação estratégica.

AEROPORTOS

Conectividade de passageiros, saúde e negócios.

HIDROVIAS

Potencial logístico e interface ambiental.

INFRAESTRUTURA DIGITAL

Conectividade e interoperabilidade.

RESILIÊNCIA

Continuidade de serviços críticos.

COMPROMISSO 2035

Metas e projetos serão revistos a cada dois anos com base em indicadores, execução orçamentária e participação regional.

13.6

Missão 4 - Proteger e regenerar

Transformar segurança hídrica e baixo carbono em vantagem regional.

ÁGUA

Planejamento, perdas, reúso e irrigação eficiente.

CLIMA

Adaptação, drenagem, calor e incêndios.

BIOECONOMIA

Biogás, biomateriais e serviços ambientais.

RESTAURAÇÃO

Nascentes, matas ciliares e solo.

ENERGIA

Eficiência, solar, biomassa e biometano.

ECONOMIA CIRCULAR

Resíduos como insumo e receita.

COMPROMISSO 2035

Metas e projetos serão revistos a cada dois anos com base em indicadores, execução orçamentária e participação regional.

13.7

Missão 5 - Governar e financiar

Construir capacidade permanente de planejar e entregar.

GOVERNANÇA REGIONAL

Fórum, conselho e câmaras técnicas.

ESCRITÓRIO DE PROJETOS

Estudos, engenharia e financiamento.

PPA TERRITORIAL

Metas e recursos vinculados ao território.

CARTEIRA PÚBLICA

Estágio, custo, fonte e responsável.

TRANSPARÊNCIA

Painéis, contratos, riscos e resultados.

CAPACITAÇÃO

Servidores e lideranças preparados.

COMPROMISSO 2035

Metas e projetos serão revistos a cada dois anos com base em indicadores, execução orçamentária e participação regional.

13.8

Primeiro ciclo: 2026-2028

Organizar o território, fechar diagnósticos e entregar estruturas que permitam captar recursos.

CONSOLIDAR TERRITÓRIO

lista de municípios, redes e fluxos

INSTALAR GOVERNANÇA

fórum e câmaras técnicas

CRIAR ESCRITÓRIO

carteira e padrões de projeto

ABRIR DADOS

painel regional e linhas de base

LANÇAR PILOTOS

talentos, TEA, mulheres, água e vicinais

INSERIR NO ORÇAMENTO

PPA, LDO, LOA e programas

RESULTADO DO CICLO

Região com prioridades aprovadas, projetos classificados por maturidade, fontes mapeadas e primeiras entregas compartilhadas.

13.9

Segundo ciclo: 2029-2031

Escalar serviços e investimentos que demonstraram viabilidade e resultado.

EXPANDIR REDES SOCIAIS

TEA, mulheres e regulação

IMPLANTAR LABORATÓRIOS

educação, inovação e empresas

EXECUTAR CORREDORES

vicinais, digital e logística

AMPLIAR PROJETOS HÍDRICOS

perdas, drenagem e distritos

ESTRUTURAR PARCERIAS

concessões e PPPs adequadas

CONSOLIDAR INDICADORES

avaliação e correção de rumo

RESULTADO DO CICLO

Projetos regionais em operação, maior capacidade técnica, financiamento diversificado e serviços com padrão comum.

13.10

Terceiro ciclo: 2032-2035

Concluir projetos de maior escala, revisar a governança e consolidar a transformação regional.

CONCLUIR INFRAESTRUTURA

projetos estruturantes priorizados

REVISAR MODELO TERRITORIAL

fluxos e novas centralidades

AMPLIAR BIOECONOMIA

cadeias circulares e baixo carbono

INTERNACIONALIZAR

mercados, pesquisa e capital

ATUALIZAR PACTO SOCIAL

demografia, tecnologia e cuidado

PREPARAR 2045

novo horizonte estratégico

RESULTADO DO CICLO

Uma região que planeja, financia e entrega políticas integradas, com capacidade de adaptar sua estratégia às novas condições.

13.11

Painel de indicadores 2035

O painel define linhas de base, metas e responsáveis para cada indicador.

Economia	PIB per capita; emprego formal; emprego industrial; massa salarial; exportações
Talentos	concluintes; estágios; inserção regional; projetos de inovação
Saúde e social	tempo de acesso; deslocamentos; continuidade; autonomia e proteção
Habitação e cidades	déficit; regularização; urbanização; eficiência; risco
Infraestrutura	tempo logístico; condição de vias; conectividade; segurança
Água e clima	perdas; qualidade; risco; restauração; eficiência hídrica
Governança	projetos maduros; execução; transparência; cooperação

ANUAL

publicação do painel

BIENAL

revisão da estratégia

2035

avaliação de impacto

REGRA

Nenhum percentual será publicado sem numerador, denominador, ano, unidade e fonte oficial.

13.12

Trinta projetos estruturantes

Uma síntese da carteira apresentada ao longo do Plano Regional.

- 1. Escritório Regional de Projetos
- 2. Observatório Vale-Pontal
- 3. Pacto Regional de Talentos
- 4. Portal de Oportunidades
- 5. Laboratórios Compartilhados
- 6. Escola Regional de Governo
- 7. Parques Industriais em Rede
- 8. Programa de Agroindustrialização
- 9. Rede de Pequenos Negócios
- 10. Atendimento ao Investidor
- 11. Rede Regional de Saúde
- 12. Centro Regional de Referência em TEA
- 13. Equipes Sociais Itinerantes
- 14. Casa da Mulher em Rede
- 15. Autonomia e Moradia Segura
- 16. Programa Habitacional Regional
- 17. Regularização Fundiária em Rede
- 18. Retrofit e Requalificação Urbana
- 19. Transporte Social Programado
- 20. Central de Gestão de Casos
- 21. Programa Regional de Vicinais
- 22. Auditoria e Projeto Ferroviário
- 23. Estratégia Aeroportuária
- 24. Conectividade Digital Regional
- 25. Plano de Segurança Hídrica
- 26. Distritos Hídricos Piloto
- 27. Rede de Biogás e Economia Circular
- 28. Corredores de Restauração
- 29. Plano Regional de Adaptação Climática
- 30. Carteira Integrada de Financiamento

CLASSIFICAÇÃO FUTURA

Cada projeto receberá ficha com justificativa, território, estágio, orçamento estimado, fonte, governança, riscos, indicadores e próximos passos.

13.13

Compromissos de representação

Uma agenda parlamentar regional precisa ser permanente, técnica e transparente.

DEFENDER O TERRITÓRIO

Levar as prioridades regionais ao orçamento e aos órgãos estaduais.

ESTRUTURAR ANTES DE ANUNCIAR

Exigir estudo, fonte, operação e prazo para grandes propostas.

PRESTAR CONTAS

Publicar agenda, emendas, projetos, riscos e situação de cada compromisso.

INTEGRAR MUNICÍPIOS

Trabalhar com prefeitos de diferentes partidos e respeitar autonomia local.

OUVIR E MEDIR

Manter fóruns regionais e indicadores públicos.

PENSAR ALÉM DO MANDATO

Construir projetos cuja execução atravessasse governos com segurança institucional.

CRITÉRIO PÚBLICO

A representação será avaliada pelo avanço da carteira regional, pela execução dos recursos e pela melhoria dos indicadores - não apenas pelo número de anúncios.

13.14

Conclusão - o futuro começa no interior

O Plano Regional apresenta uma direção: transformar cidades próximas em uma região capaz de planejar e agir em conjunto.

O Vale e o Pontal possuem produção, água, universidades, hospitais, localização, conhecimento e comunidades que sustentam o interior paulista. O principal obstáculo não é a ausência completa de ativos. É a fragmentação que impede esses ativos de formar uma estratégia comum.

A experiência de Cavuto em grandes territórios, formação de equipes, habitação, crédito, mercado e projetos complexos inspira uma proposta de integração baseada em realização. O objetivo não é copiar a iniciativa privada nem concentrar decisões. É levar para a vida pública disciplina de planejamento, clareza de responsabilidade e compromisso com resultados.

“O interior não precisa aceitar a condição de periferia das decisões. Quando municípios, universidades, empresas e sociedade trabalham em rede, a distância deixa de ser isolamento e se transforma em escala.”

EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Manter a carteira de projetos atualizada, acompanhar linhas de base, custos, prazos e indicadores; publicar o andamento das entregas e prestar contas dos resultados à população.

Cavuto | **Experiência para realizar. Visão para integrar o**

CAPACIDADE DE TRANSFORMAR E ENTREGAR

Esta parte consolida a visão do Plano Regional : produção, identidade, segurança, tecnologia, oportunidades, representação e implementação.

“A integração regional precisa aparecer tanto na estratégia econômica quanto na forma de cuidar das pessoas, organizar o Estado e acompanhar resultados.”

Produzir e agregar
valor

Atrair, reter e cuidar

Proteger e conectar

Governar e prestar
contas

PARTE IV

Sumário dos novos capítulos

Capítulo 14 - Agroindustrialização, agricultura familiar e cooperativismo	162
Capítulo 15 - Turismo, cultura e identidade regional	172
Capítulo 16 - Segurança pública, defesa civil e resiliência territorial	182
Capítulo 17 - Governo digital, transparência e cidades inteligentes	192
Capítulo 18 - Trabalho, juventude, longevidade e qualidade de vida	202
Capítulo 19 - Agenda legislativa, fiscalização e representação regional	212
Capítulo 20 - Pacto de implementação, participação e prestação de contas	222
Anexos técnicos e editoriais	232

Esta parte complementa a visão consolidada nos capítulos 1 a 13. As propostas são apresentadas para revisão e pactuação. Dados externos são vinculados a fontes oficiais; metas quantitativas dependem da validação do recorte territorial e das linhas de base.

Agroindustrialização, agricultura familiar e cooperativismo

Transformar produção primária em renda, emprego, tecnologia e arrecadação que permaneçam no território.

“O interior não pode continuar exportando matéria-prima e importando emprego. A estratégia é organizar cadeias produtivas, agregar valor perto de onde se produz e ampliar a participação de pequenos e médios produtores.”

VALOR AGREGADO

Processar, embalar, certificar e comercializar a produção dentro da região.

ESCALA REGIONAL

Compartilhar estruturas, assistência técnica, laboratórios e logística.

INCLUSÃO PRODUTIVA

Conectar agricultura familiar, assentamentos, mulheres e jovens às cadeias de valor.

INOVAÇÃO

Usar pesquisa, bioenergia, rastreabilidade e economia circular para competir.

14.1

Da produção à indústria regional

O desenvolvimento rural precisa ser medido pela renda que fica no território, e não apenas pelo volume que sai das propriedades.

POR QUE ISSO IMPORTA

Quando grãos, cana, carnes, leite, frutas e matérias-primas deixam a região sem processamento, parte importante dos empregos, dos serviços técnicos, dos tributos e da inovação é capturada por outros centros. Essa lógica produz bons volumes agrícolas, mas não necessariamente cidades mais prósperas.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é organizar uma política regional de verticalização. O poder público deve mapear cadeias com demanda comprovada, preparar áreas industriais, articular licenciamento, crédito, qualificação e logística, e criar uma carteira de projetos pronta para investidores. A prioridade deve ser a indústria ligada à produção existente, evitando “fábricas de promessa” sem fornecedor, mercado ou infraestrutura.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Participação do valor adicionado industrial nas cadeias agropecuárias e número de novos empregos formais vinculados ao processamento.

MAPA DE CADEIAS

Inventário anual de produção, capacidade instalada, gargalos e compradores.

ÁREAS PRONTAS

Licenciamento, energia, água, acesso viário e conexão digital planejados.

PROJETOS BANCÁVEIS

Estudos de demanda, engenharia preliminar e modelo de negócio.

COMPRAS LOCAIS

Metas de fornecedores regionais e desenvolvimento de pequenas empresas.

Fonte oficial: Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP, programas e notícias 2026: agricultura.sp.gov.br; regularização em Rosana, 11/02/2026; Cozinhamento

14.2

Cadeias prioritárias do Vale e do Pontal

A região deve escolher poucas frentes com escala, mercado e capacidade de encadeamento.

POR QUE ISSO IMPORTA

Uma estratégia regional não pode dispersar recursos em dezenas de vocações genéricas. O critério deve combinar produção existente, disponibilidade de água e energia, acesso logístico, tecnologia, demanda e potencial de incluir fornecedores locais. Cada rede municipal pode ter uma especialização, mas todas devem funcionar em complementaridade.

ESTRATÉGIA REGIONAL

Entre as frentes a detalhar estão alimentos processados, proteína animal, amidos e ingredientes, bioenergia, biometano, madeira de manejo responsável, sementes, insumos biológicos e equipamentos para o agro. A seleção final precisa ser baseada em estudos técnicos e consulta aos produtores, cooperativas, universidades e empresas, com revisão periódica conforme o mercado.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Número de cadeias com plano executivo, governança definida, empresa âncora ou cooperativa líder e projetos em implantação.

ALIMENTOS

Beneficiamento, frio, embalagens, marcas regionais e segurança sanitária.

BIOENERGIA

Etanol, biogás, biometano, cogeração e aproveitamento de resíduos.

INGREDIENTES

Amidos, farinhas, óleos, rações, extratos e insumos industriais.

TECNOLOGIA AGRO

Máquinas, manutenção, agricultura de precisão e serviços de dados.

14.3

Distritos agroindustriais em rede

Infraestrutura compartilhada reduz o custo de entrada e aumenta a competitividade.

POR QUE ISSO IMPORTA

Muitos municípios possuem terrenos industriais, mas poucos oferecem um ambiente completo: acesso rodoviário, energia compatível, água, tratamento de efluentes, conectividade, segurança, regularidade fundiária e licenciamento previsível. Sem esse conjunto, o investidor calcula risco maior e escolhe outro território.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é criar distritos agroindustriais complementares, não concorrentes. Cada polo deve assumir funções coerentes com sua cadeia e se conectar a centros de formação, laboratórios, terminais logísticos e fornecedores. O Estado pode apoiar projetos executivos e infraestrutura estruturante, enquanto municípios pactuam regras transparentes de ocupação e contrapartidas de emprego, inovação e sustentabilidade.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Quantidade de áreas com diagnóstico de infraestrutura concluído, licenciamento encaminhado e taxa de ocupação produtiva.

POLO INDUSTRIAL

Grandes plantas e serviços técnicos de maior complexidade.

NÓ DE APOIO

Armazenagem, manutenção, embalagem e pequenos processadores.

TERMINAL LOGÍSTICO

Consolidação de cargas, frio, rastreabilidade e conexão multimodal.

CENTRO TÉCNICO

Laboratórios, formação profissional e extensão tecnológica.

14.4

Agricultura familiar e compras públicas

O mercado institucional pode dar previsibilidade e estimular qualidade.

POR QUE ISSO IMPORTA

Pequenos produtores enfrentam dificuldade de escala, regularização sanitária, embalagem, emissão de documentos, transporte e planejamento de entrega. Quando cada família tenta resolver tudo sozinha, o custo administrativo supera a margem e as oportunidades de compras públicas não se convertem em renda.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A rede regional deve oferecer escritório compartilhado de habilitação, assistência técnica, planejamento de produção e logística. Escolas, hospitais, restaurantes públicos e demais equipamentos podem publicar calendários de demanda e cardápios com antecedência. A compra não deve ser tratada como favor, mas como contrato com padrão, volume, prazo e pagamento previsível.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Valor anual contratado da agricultura familiar e percentual efetivamente entregue e pago no prazo.

CALENDÁRIO DE DEMANDA

Compras públicas consolidadas e divulgadas com antecedência.

APOIO SANITÁRIO

Regularização de agroindústrias familiares e cozinhas comunitárias.

LOGÍSTICA SOLIDÁRIA

Rotas de coleta, centros de consolidação e distribuição.

QUALIDADE

Padronização, rastreabilidade, embalagem e formação de preço.

Fonte oficial: Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP, programas e notícias 2026: agricultura.sp.gov.br; regularização em Rosana, 11/02/2026; Cozinhamento

14.5

Cooperativismo de serviços e mercado

Cooperar não é eliminar a autonomia; é dividir custos que isoladamente impedem o crescimento.

POR QUE ISSO IMPORTA

O cooperativismo regional deve avançar além da compra conjunta de insumos. Há espaço para serviços compartilhados de contabilidade, comércio exterior, manutenção, armazenamento, beneficiamento, certificação, marketing, inteligência de mercado e contratação de especialistas.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é apoiar cooperativas e associações com governança profissional, transparência e metas de mercado. O poder público não deve criar estruturas dependentes de subsídio permanente. Deve ajudar na organização inicial, qualificação dos dirigentes e acesso a programas de crédito, exigindo prestação de contas, participação dos cooperados e estratégia de sustentabilidade financeira.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Número de cooperativas com plano de negócios atualizado, auditoria regular e crescimento de vendas fora do município de origem.

GOVERNANÇA

Conselhos, auditoria, regras de entrada e saída e indicadores.

SERVIÇOS COMUNS

Contabilidade, jurídico, compras, vendas e assistência técnica.

MARCA REGIONAL

Identidade de origem, qualidade e promoção conjunta.

MERCADO

Contratos, exportação, plataformas digitais e compradores institucionais.

14.6

Crédito, assistência técnica e inovação

Financiamento só produz desenvolvimento quando vem acompanhado de projeto e gestão.

POR QUE ISSO IMPORTA

Linhas de crédito isoladas não resolvem a falta de planejamento, documentação, mercado e assistência técnica. O produtor pode assumir dívida para um equipamento que não melhora a produtividade ou para uma expansão sem comprador. O risco aumenta especialmente entre pequenos negócios e empreendimentos familiares.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A estratégia regional deve combinar diagnóstico, plano de investimento, orientação técnica, acesso a crédito e acompanhamento posterior. Universidades, APTA, CATI, Sebrae, cooperativas e agentes financeiros podem atuar em protocolos comuns. Projetos de inovação devem partir de problemas concretos: redução de perdas, irrigação eficiente, qualidade, sanidade, energia e comercialização.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Taxa de adimplência, ganho de produtividade e aumento de renda dos beneficiários acompanhados.

PROJETO ANTES DO CRÉDITO

Análise de viabilidade, fluxo de caixa e demanda.

ASSISTÊNCIA CONTINUADA

Acompanhamento por ciclos produtivos, não apenas visitas pontuais.

LABORATÓRIOS VIVOS

Propriedades demonstrativas e validação de tecnologias.

DADOS DE RESULTADO

Produtividade, renda, custo, água, energia e perdas monitorados.

Fonte oficial: Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP, programas e notícias 2026: agricultura.sp.gov.br; regularização em Rosana, 11/02/2026; Cozinhamento

14.7

Regularização fundiária e inclusão produtiva

Segurança jurídica sobre a terra amplia acesso a crédito, investimento e cidadania.

POR QUE ISSO IMPORTA

Famílias sem documentação adequada encontram barreiras para financiamento, sucessão, licenciamento, seguro e comercialização. A regularização fundiária deve estar conectada a uma estratégia produtiva, evitando que a entrega do título encerre a política pública.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é associar titulação a cadastro produtivo, assistência técnica, formação financeira, infraestrutura e acesso a mercados. Assentamentos e pequenas propriedades devem entrar nos mapas de cadeias regionais, com especial atenção às mulheres rurais, aos jovens e à sucessão no campo. O objetivo é transformar segurança jurídica em capacidade de produzir e permanecer no território.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Famílias tituladas que acessam assistência técnica, crédito responsável e contratos de comercialização.

TITULARIDADE

Documentação, georreferenciamento e segurança jurídica.

PLANO PRODUTIVO

Diagnóstico de aptidão, investimento e mercado.

INFRAESTRUTURA

Água, energia, estradas, conectividade e armazenagem.

SUCCESSÃO

Formação de jovens, inovação e novas atividades rurais.

Fonte oficial: Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP, programas e notícias 2026: agricultura.sp.gov.br; regularização em Rosana, 11/02/2026; Cozinhamento

14.8

Resíduos, bioenergia e economia circular

O resíduo de uma cadeia pode ser matéria-prima, energia ou receita de outra.

POR QUE ISSO IMPORTA

A agroindústria gera resíduos orgânicos, efluentes, embalagens e subprodutos que podem representar custo ambiental ou oportunidade econômica. A solução depende de escala, tecnologia e contratos estáveis de fornecimento e compra, o que raramente cabe em um único município.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A rede deve mapear fluxos de biomassa, avaliar biogás e biometano, compostagem, fertilizantes orgânicos, cogeração, reaproveitamento de água e simbiose industrial. Projetos precisam de análise ambiental e financeira rigorosa. A prioridade é reduzir custo, emissões e passivos, criando negócios viáveis e rastreáveis, sem usar o discurso verde para encobrir empreendimentos sem sustentabilidade.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Toneladas de resíduos desviadas de disposição inadequada, energia gerada e economia operacional comprovada.

INVENTÁRIO DE BIOMASSA

Origem, volume, sazonalidade, distância e uso atual.

SIMBIOSE INDUSTRIAL

Contratos entre geradores e consumidores de subprodutos.

ENERGIA LOCAL

Biogás, biometano, cogeração e eficiência energética.

CONTROLE AMBIENTAL

Rastreabilidade, licenciamento e monitoramento de impactos.

Fonte oficial: Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP, programas e notícias 2026: agricultura.sp.gov.br; regularização em Rosana, 11/02/2026; Cozinhamento

CARTEIRA PRIORITÁRIA

Agenda do Capítulo 14

Projetos propostos para pactuação regional, detalhamento técnico e busca de financiamento.

PROJETO	ENTREGA PRINCIPAL	HORIZONTE
Atlas das Cadeias Agroindustriais	Mapeamento de produção, empresas, infraestrutura, resíduos, mercados e projetos de verticalização.	2027
Programa Distritos Agroindustriais em Rede	Projetos executivos e infraestrutura comum para polos complementares.	2027-2030
Central Regional de Compras da Agricultura Familiar	Calendário, habilitação, logística e monitoramento de contratos públicos.	2027
Fundo de Projetos Produtivos	Pré-investimento, engenharia, licenciamento e estruturação financeira.	2027-2028
Rede de Laboratórios e Extensão	Ensaio, sanidade, qualidade, rastreabilidade e inovação aplicada.	2028
Programa Bioenergia do Interior	Carteira de biogás, biometano, cogeração e aproveitamento de resíduos.	2028-2032
Escritório Cooperativo Regional	Apoio profissional a cooperativas e associações produtivas.	2027
Pacto de Fornecedores Locais	Integração de pequenas empresas às cadeias e compras das âncoras.	2027-2035

COMPROMISSOS DE REPRESENTAÇÃO

- 1. Defender recursos estaduais para infraestrutura que agregue valor à produção regional.
- 2. Cobrar critérios técnicos, transparência e contrapartidas de emprego e sustentabilidade.
- 3. Apoiar compras públicas planejadas e acesso da agricultura familiar aos mercados.
- 4. Monitorar resultados de renda, formalização, produtividade e arrecadação, não apenas anúncios.

Referência oficial: Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP, programas e notícias 2026: agricultura.sp.gov.br; regularização em Rosana, 11/02/2026; Cozinhamento no O

Turismo, cultura e identidade regional

Organizar destinos em rede para transformar patrimônio, água, natureza e memória em renda distribuída.

“O turista não conhece fronteiras administrativas. Ele escolhe experiências. Quando os municípios constroem roteiros, calendário, infraestrutura e promoção em conjunto, cada cidade ganha motivos para receber, reter e fazer o visitante voltar.”

REGIONALIZAÇÃO

Destinos complementares, governança e promoção conjunta.

EXPERIÊNCIAS

Águas, natureza, ferrovias, fé, ruralidade, gastronomia e eventos.

ECONOMIA CRIATIVA

Cultura, artesanato, música, memória e produção audiovisual.

QUALIDADE

Informação, acessibilidade, segurança, qualificação e dados.

15.1

Turismo como cadeia econômica regional

A política turística precisa conectar atração, hospedagem, alimentação, comércio, transporte e cultura.

POR QUE ISSO IMPORTA

Um atrativo isolado pode receber visitantes sem gerar permanência ou gasto local. O valor econômico surge quando o território oferece uma sequência de experiências, serviços confiáveis e informação clara. A escala regional permite criar viagens de dois ou mais dias, distribuir fluxo e reduzir a sazonalidade.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é organizar produtos turísticos por rotas, com governança, identidade, calendário e metas. Municípios devem compartilhar promoção, capacitação, sinalização e inteligência de dados. A regionalização não substitui o destino local; ela amplia seu mercado e conecta pequenos empreendimentos a uma oferta maior.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Número de roteiros comercializados por operadores e aumento da permanência média e do gasto local.

PRODUTO REGIONAL

Roteiro com atrativos, horários, preços, serviços e venda.

GOVERNANÇA

Instância regional com setor público, empresas e comunidade.

PROMOÇÃO CONJUNTA

Marca, calendário, conteúdo digital e participação em feiras.

DADOS

Fluxo, permanência, gasto, ocupação e satisfação do visitante.

Fonte oficial: Ministério do Turismo, Portaria MTur nº 9/2025 e Mapa do Turismo Brasileiro; Setur-SP, regionalização do Pontal e turismo náutico.

15.2

Rotas integradas do Vale e do Pontal

A diversidade regional deve ser apresentada como vantagem, não como dispersão.

POR QUE ISSO IMPORTA

O território reúne rios, represas, pesca, praias de água doce, patrimônio ferroviário, festas, produção rural, gastronomia, religiosidade, parques e memória da ocupação do oeste paulista. Quando cada município divulga apenas seu próprio evento, o visitante recebe informação fragmentada e a região perde capacidade de competir.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é estruturar rotas temáticas conectadas por calendário e logística. Uma viagem pode combinar natureza e gastronomia, ferrovia e memória, eventos esportivos e turismo náutico, ou produção rural e experiências educativas. Os roteiros devem ser testados com visitantes, precificados e disponibilizados em canais de venda.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Roteiros com operação regular, parceiros contratados, vendas registradas e avaliação de satisfação.

ROTA DAS ÁGUAS

Presidente Epitácio, Rosana, rios, represas, pesca e náutica.

ROTA DOS TRILHOS

Paraguaçu Paulista, estações, memória ferroviária e paisagens.

ROTA DO CAMPO

Fazendas, agroindústrias, gastronomia e educação ambiental.

ROTA DA FÉ E CULTURA

Santuários, festas, música, artesanato e patrimônio local.

Fonte oficial: Ministério do Turismo, Portaria MTur nº 9/2025 e Mapa do Turismo Brasileiro; Setur-SP, regionalização do Pontal e turismo náutico.

15.3

Turismo náutico e de natureza no Pontal

A água pode organizar uma economia de serviços, desde que haja segurança e conservação.

POR QUE ISSO IMPORTA

O extremo oeste possui paisagens e recursos hídricos capazes de sustentar atividades de pesca, passeios, esportes, contemplação e eventos. Sem estrutura, o crescimento pode gerar risco, informalidade, lixo, conflito de uso e degradação ambiental. O turismo náutico precisa ser planejado como sistema regional.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A rede deve integrar píeres, rampas, sinalização, salvamento, licenciamento, qualificação de condutores, coleta de resíduos e promoção. Presidente Epitácio e Rosana podem atuar como portas de entrada, conectadas a experiências em municípios vizinhos. A conservação dos rios e margens deve ser parte do produto e da educação do visitante.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Número de operadores regularizados, eventos consolidados, visitantes e redução de ocorrências e impactos ambientais.

INFRAESTRUTURA SEGURA

Píeres, rampas, acessibilidade, iluminação e manutenção.

OPERAÇÃO PROFISSIONAL

Condutores, embarcações, seguros, protocolos e fiscalização.

CALENDÁRIO

Pesca esportiva, vela, canoagem, triatlo e festivais.

CONSERVAÇÃO

Resíduos, proteção de margens e educação ambiental.

Fonte oficial: Ministério do Turismo, Portaria MTur nº 9/2025 e Mapa do Turismo Brasileiro; Setur-SP, regionalização do Pontal e turismo náutico.

15.4

Patrimônio ferroviário, memória e paisagem

A ferrovia pode gerar identidade e turismo mesmo antes de uma eventual retomada de cargas.

POR QUE ISSO IMPORTA

Estações, armazéns, traçados e bairros ferroviários contam a história da formação de muitas cidades. O abandono desses bens representa perda cultural, mas sua recuperação sem uso sustentável pode criar equipamentos vazios e caros.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é inventariar o patrimônio, priorizar trechos e imóveis com potencial de uso e articular museus, centros culturais, mercados, ciclorrotas e trens turísticos onde houver viabilidade técnica. Paraguaçu Paulista oferece referência regional de experiência ferroviária. Cada projeto deve ter operador, programação, manutenção e integração com comércio e gastronomia.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Bens inventariados, imóveis reativados com uso permanente e fluxo de visitantes associado.

INVENTÁRIO

Situação jurídica, conservação, valor histórico e potencial de uso.

REUSO

Cultura, mercado, gastronomia, coworking e serviços ao visitante.

CICLORROTAS

Conexões seguras em antigos eixos e estradas rurais.

MEMÓRIA VIVA

Histórias orais, acervos digitais e educação patrimonial.

Fonte oficial: Ministério do Turismo, Portaria MTur nº 9/2025 e Mapa do Turismo Brasileiro; Setur-SP, regionalização do Pontal e turismo náutico.

15.5

Cultura e economia criativa

A cultura é direito, identidade e também atividade econômica.

POR QUE ISSO IMPORTA

Artistas, artesãos, produtores, técnicos, fotógrafos, músicos, cozinheiros e criadores digitais formam uma cadeia que frequentemente trabalha de maneira informal e descontínua. Editais isolados ajudam projetos, mas não constroem mercado permanente.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A estratégia regional deve combinar formação, espaços, calendário, circulação e contratação transparente. Um circuito pode permitir que uma exposição, espetáculo ou festival percorra várias cidades, diluindo custos e ampliando público. A comunicação regional deve valorizar histórias e personagens locais sem transformar cultura em peça decorativa.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Renda gerada por eventos e produtos criativos, número de profissionais contratados e circulação regional.

CIRCUITO CULTURAL

Programação compartilhada entre teatros, praças, escolas e centros.

FORMAÇÃO TÉCNICA

Produção, som, luz, gestão, direitos autorais e comunicação.

MERCADO CRIATIVO

Feiras, lojas colaborativas, plataformas e compras institucionais.

MEMÓRIA DIGITAL

Acervos, documentários, mapas afetivos e conteúdos educativos.

15.6

Calendário regional de eventos

Eventos precisam formar uma estratégia anual, não disputar as mesmas datas e públicos.

POR QUE ISSO IMPORTA

Festas, feiras, rodeios, festivais, competições e encontros movimentam hospedagem e comércio, mas a sobreposição de datas reduz público, patrocínio e equipes técnicas. A falta de planejamento também impede pacotes turísticos e promoção com antecedência.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é criar um calendário regional pactuado, com classificação de eventos, estimativa de público, estrutura necessária e plano de comunicação. Eventos âncora devem se conectar a programação menor em outros municípios. A continuidade deve depender de avaliação de impacto econômico, cultural, ambiental e de segurança.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Percentual de eventos cadastrados com dados pós-evento e crescimento de ocupação e vendas locais.

CALENDÁRIO ÚNICO

Datas, públicos, capacidade, transporte e hospedagem.

EVENTOS ÂNCORA

Ações com alcance estadual ou nacional e identidade regional.

CIRCUITOS LOCAIS

Programação distribuída antes e depois dos grandes eventos.

AValiação

Público, gasto, empregos, resíduos, segurança e satisfação.

15.7

Qualificação, informação e acessibilidade

O destino começa antes da viagem, na qualidade da informação disponível.

POR QUE ISSO IMPORTA

Sites incompletos, horários desatualizados, ausência de reserva, sinalização precária e falta de acessibilidade prejudicam a confiança. O pequeno empreendedor também precisa de apoio para atendimento, precificação, meios de pagamento, presença digital e regularização.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A rede deve criar padrões mínimos de informação e qualidade, oferecer formação contínua e implantar um portal integrado com mapas, agenda, contatos e reservas. Acessibilidade física e comunicacional deve entrar nos projetos desde o início, tornando atrativos e eventos utilizáveis por pessoas idosas, com deficiência e famílias com crianças.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Atrativos com informação auditada, equipe capacitada e plano de acessibilidade executado.

PORTAL REGIONAL

Informação confiável, agenda, rotas e ligação com vendas.

SINALIZAÇÃO

Padrão visual, localização, interpretação e emergência.

QUALIFICAÇÃO

Atendimento, idiomas, gestão, digital, segurança e hospitalidade.

ACESSIBILIDADE

Rotas acessíveis, comunicação clara e desenho universal.

Fonte oficial: Ministério do Turismo, Portaria MTur nº 9/2025 e Mapa do Turismo Brasileiro; Setur-SP, regionalização do Pontal e turismo náutico.

15.8

Investimento turístico com manutenção

Obra turística só gera resultado quando existe uso, operação e conservação.

POR QUE ISSO IMPORTA

Recursos públicos podem financiar orlas, praças, centros, píeres e sinalização, mas o investimento perde valor quando não há manutenção, programação ou modelo de gestão. A seleção de projetos precisa considerar demanda, custo de ciclo de vida e capacidade municipal.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é exigir plano de operação para cada obra: responsável, orçamento anual, atividades, parceiros, receita possível, indicadores e manutenção. Projetos regionais devem priorizar conexões entre destinos e beneficiar mais de um município. O papel parlamentar é ajudar a estruturar e fiscalizar, não pulverizar recursos em equipamentos sem função.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Percentual de equipamentos turísticos com operação regular, manutenção prevista e dados de utilização.

PROJETO COMPLETO

Engenharia, demanda, operação, acessibilidade e manutenção.

PRIORIDADE REGIONAL

Conexão entre destinos e impacto em pequenos negócios.

PARCERIAS

Concessões, termos de colaboração e patrocínios transparentes.

FISCALIZAÇÃO

Prazo, qualidade, uso efetivo e custo de manutenção.

Fonte oficial: Ministério do Turismo, Portaria MTur nº 9/2025 e Mapa do Turismo Brasileiro; Setur-SP, regionalização do Pontal e turismo náutico.

CARTEIRA PRIORITÁRIA

Agenda do Capítulo 15

Projetos propostos para pactuação regional, detalhamento técnico e busca de financiamento.

PROJETO	ENTREGA PRINCIPAL	HORIZONTE
Plano Regional de Turismo 2035	Inventário, governança, posicionamento, rotas e carteira de investimentos.	2027
Portal e Calendário Integrado	Agenda, mapas, operadores, reservas e dados de visitação.	2027
Rota das Águas do Pontal	Infraestrutura e serviços náuticos conectando Presidente Epitácio, Rosana e entorno.	2027-2030
Circuito Ferrovia e Memória	Reuso de estações, museus, ciclorrotas e experiências ferroviárias.	2028-2032
Circuito Regional de Cultura	Circulação de espetáculos, exposições, feiras e formação técnica.	2027
Programa Destino Acessível	Adequação progressiva de atrativos, eventos e informação.	2027-2035
Observatório do Turismo	Fluxo, gasto, ocupação, empregos, eventos e satisfação.	2027
Fundo de Promoção Cooperada	Campanhas e participação em mercados com governança público-privada.	2028

COMPROMISSOS DE REPRESENTAÇÃO

- 1. Defender a regionalização do turismo e a integração das rotas do Vale e do Pontal.
- 2. Vincular obras a planos de operação, acessibilidade, manutenção e medição de resultados.
- 3. Apoiar cultura e economia criativa como atividades permanentes, não apenas eventos pontuais.
- 4. Fiscalizar recursos turísticos e publicar resultados de visitação, emprego e renda.

Referência oficial: Ministério do Turismo, Portaria MTur nº 9/2025 e Mapa do Turismo Brasileiro; Setur-SP, regionalização do Pontal e turismo náutico.

Integrar dados, prevenção, resposta e proteção social para reduzir riscos e aumentar a confiança.

“Segurança regional não é apenas aumentar presença policial. É usar dados, coordenar instituições, proteger vítimas, prevenir a violência e preparar as cidades para incêndios, chuvas, estiagens e emergências.”

DADOS

Diagnóstico territorial, metas, transparência e avaliação.

PREVENÇÃO

Escola, juventude, urbanismo, proteção às mulheres e comunidade.

INTEGRAÇÃO

Polícias, guardas, saúde, assistência, Justiça e defesa civil.

RESILIÊNCIA

Planos, equipamentos, treinamento e resposta regional a desastres.

16.1

Segurança orientada por dados regionais

O diagnóstico precisa separar percepção, ocorrência registrada, subnotificação e padrão territorial.

POR QUE ISSO IMPORTA

A distribuição de crimes, acidentes e emergências varia entre centros urbanos, rodovias, áreas rurais e municípios pequenos. Decisões baseadas apenas em episódios de grande repercussão podem deslocar recursos sem enfrentar os padrões mais frequentes. Dados devem ser lidos com contexto e proteção da privacidade.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é criar um painel regional com dados oficiais da SSP, trânsito, saúde e defesa civil. O objetivo não é expor vítimas nem criar ranking simplista, mas identificar horários, locais, recorrência e fatores associados. Reuniões operacionais periódicas devem transformar diagnóstico em ação e avaliar se as medidas produziram redução sustentada.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Redução de ocorrências prioritárias e tempo entre identificação do problema e execução da resposta.

PAINEL OFICIAL

Indicadores mensais, séries históricas e recortes territoriais.

ANÁLISE DE PADRÃO

Horário, local, modalidade, reincidência e vulnerabilidade.

PLANO DE AÇÃO

Responsável, prazo, recurso e indicador de resultado.

AValiação

Comparação antes/depois e correção rápida de estratégias.

Fonte oficial: SSP-SP, Dados Abertos e Painel Estatístico 2025-2026; Defesa Civil-SP, Programa Município Resiliente e Operação SP Sem Fogo.

16.2

Segurança rural e patrimonial

Grandes distâncias e baixa densidade exigem tecnologia, cooperação e inteligência.

POR QUE ISSO IMPORTA

Furtos de máquinas, defensivos, animais, cabos e cargas afetam produtores e cadeias inteiras. A resposta pode ser lenta quando endereços rurais não são padronizados, estradas não têm referência e informações ficam dispersas entre proprietários, polícia e municípios.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A rede deve implantar endereçamento rural, cadastro voluntário de propriedades, rotas de patrulhamento, canais rápidos e integração com câmeras e rastreadores dentro da lei. Associações de produtores podem apoiar prevenção sem substituir o Estado. A prioridade é inteligência e recuperação de bens, evitando soluções improvisadas ou vigilância sem controle.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Tempo de atendimento rural, recuperação de bens e redução de reincidência em corredores prioritários.

ENDEREÇO RURAL

Georreferenciamento e referência para emergência e entrega.

REDE DE ALERTA

Canal verificado, protocolos e preservação de evidências.

ROTAS INTELIGENTES

Patrulhamento orientado por padrão e sazonalidade.

RASTREABILIDADE

Máquinas, cargas e insumos com identificação e cooperação comercial.

Fonte oficial: SSP-SP, Dados Abertos e Painel Estatístico 2025-2026; Defesa Civil-SP, Programa Município Resiliente e Operação SP Sem Fogo.

16.3

Proteção às mulheres como rede de resposta

A vítima não pode repetir sua história em cada porta nem percorrer cidades sem orientação.

POR QUE ISSO IMPORTA

Violência doméstica exige resposta policial, judicial, de saúde, assistência, moradia, trabalho e proteção de crianças. Quando os serviços não compartilham protocolo, surgem vazios entre denúncia e proteção efetiva. Municípios pequenos podem não ter equipe especializada permanente.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é um protocolo regional com porta de entrada local, referência especializada e acompanhamento de risco. A rede deve integrar delegacias, saúde, assistência, Ministério Público, Defensoria e Judiciário, respeitando competências. Transporte protegido, atendimento remoto qualificado e auxílio para autonomia econômica completam a estratégia.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Tempo entre denúncia e proteção, continuidade do acompanhamento e redução de reincidência grave.

PROTOCOLO ÚNICO

Triagem de risco, encaminhamento e retorno entre serviços.

REFERÊNCIA 24H

Orientação e acionamento em situações urgentes.

AUTONOMIA

Moradia temporária, renda, qualificação e cuidado com filhos.

MONITORAMENTO

Acompanhamento de medidas protetivas e reincidência.

Fonte oficial: SSP-SP, Dados Abertos e Painel Estatístico 2025-2026; Defesa Civil-SP, Programa Município Resiliente e Operação SP Sem Fogo.

16.4

Prevenção com juventude, escola e território

A prevenção mais eficaz começa antes do primeiro contato com o sistema penal.

POR QUE ISSO IMPORTA

Evasão escolar, violência familiar, uso problemático de drogas, falta de oportunidades e espaços degradados aumentam a exposição de adolescentes. A resposta não pode criminalizar a pobreza nem depender de uma atividade isolada sem vínculo com escola, família e trabalho.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A rede deve identificar territórios prioritários e combinar contraturno, esporte, cultura, saúde mental, mediação de conflitos, qualificação e oportunidades de primeiro emprego. Escolas e serviços locais precisam de fluxos de proteção claros. O resultado deve ser medido por frequência, permanência e trajetórias, não apenas pelo número de oficinas realizadas.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Redução da evasão e reincidência de atendimentos críticos nos territórios acompanhados.

BUSCA ATIVA

Sinais de evasão, violência e ruptura de vínculos.

CONTRATURNO

Esporte, cultura, tecnologia e acompanhamento pedagógico.

FAMÍLIA

Orientação, saúde, assistência e mediação.

OPORTUNIDADE

Formação, aprendizagem, estágio e primeiro emprego.

16.5

Rodovias, trânsito e segurança de cargas

O sistema regional depende de corredores seguros para pessoas, ambulâncias, ônibus e produção.

POR QUE ISSO IMPORTA

Acidentes graves, pontos de travessia, fadiga, velocidade, iluminação e conflito entre tráfego local e carga afetam a economia e a vida. A responsabilidade é distribuída entre concessionárias, Estado, municípios, fiscalização e usuários, o que pode diluir a cobrança.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é um observatório regional de segurança viária e uma agenda anual com concessionárias e órgãos competentes. Devem ser priorizados travessias urbanas, acessos a hospitais e distritos, pontos de ônibus, ciclistas, motociclistas e trechos com acidentes recorrentes. Contratos e obrigações precisam ser traduzidos para acompanhamento público.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Mortes e feridos graves por trecho, tempo de resposta e execução de intervenções prioritárias.

MAPA DE RISCO

Acidentes, gravidade, horário, clima e infraestrutura.

TRAVESSIAS

Passarelas, iluminação, velocidade e desenho urbano.

RESPOSTA RÁPIDA

Integração entre resgate, hospitais e gestão de tráfego.

CONTRATO VISÍVEL

Obras, prazos, indicadores e canais de cobrança.

Fonte oficial: SSP-SP, Dados Abertos e Painel Estatístico 2025-2026; Defesa Civil-SP, Programa Município Resiliente e Operação SP Sem Fogo.

16.6

Defesa civil regional e eventos extremos

Risco climático não respeita divisas e pode interromper serviços essenciais em vários municípios.

POR QUE ISSO IMPORTA

Chuvas intensas, vendavais, estiagens, calor e incêndios atingem pontes, estradas rurais, energia, água, saúde e produção. Municípios pequenos possuem equipes limitadas e precisam compartilhar equipamentos, informação e treinamento. A atuação reativa custa mais e protege menos.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é integrar planos municipais em um Plano Regional de Contingência, com cenários, responsabilidades, rotas, abrigos, equipamentos e comunicação. O Programa Município Resiliente oferece uma referência oficial de maturidade. A rede deve apoiar adesão, atualização de planos e preparação de projetos preventivos.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Municípios certificados, planos atualizados, simulados realizados e redução do tempo de resposta.

MAPA DE RISCOS

Áreas suscetíveis, infraestrutura crítica e populações vulneráveis.

PLANO INTEGRADO

Comando, comunicação, rotas, abrigos e recursos.

SIMULADOS

Treinamento de equipes, escolas, hospitais e comunidades.

OBRAS PREVENTIVAS

Projetos executivos para pontes, drenagem, contenção e segurança hídrica.

Fonte oficial: SSP-SP, Dados Abertos e Painel Estatístico 2025-2026; Defesa Civil-SP, Programa Município Resiliente e Operação SP Sem Fogo.

16.7

Incêndios rurais e Operação SP Sem Fogo

Prevenção e primeira resposta são decisivas durante a estiagem.

POR QUE ISSO IMPORTA

Incêndios em vegetação ameaçam propriedades, unidades de conservação, rodovias, redes elétricas e saúde. A fumaça se desloca regionalmente e pode sobrecarregar serviços. Equipamentos sem treinamento, manutenção e comando comum não garantem capacidade real de resposta.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A região deve manter calendário de prevenção, monitoramento, aceiros, comunicação e capacitação integrada. Brigadas municipais, rurais e empresariais precisam de protocolos compatíveis com Corpo de Bombeiros e Defesa Civil. O treinamento realizado em Assis para municípios da região demonstra a viabilidade de coordenação territorial.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Tempo de detecção e mobilização, área atingida e reincidência em pontos críticos.

PREVENÇÃO

Aceiros, manejo, fiscalização, comunicação e planejamento.

DETECÇÃO

Alertas, câmeras, satélite e canal de verificação.

RESPOSTA

Comando integrado, água, equipamentos e segurança das equipes.

SAÚDE

Protocolos para fumaça, grupos vulneráveis e comunicação pública.

Fonte oficial: SSP-SP, Dados Abertos e Painel Estatístico 2025-2026; Defesa Civil-SP, Programa Município Resiliente e Operação SP Sem Fogo.

16.8

Centro regional de coordenação e interoperabilidade

Integração depende de rotina, protocolo e tecnologia, não apenas de boa vontade em crises.

POR QUE ISSO IMPORTA

Polícia, bombeiros, SAMU, concessionárias, hospitais, guardas e defesas civis utilizam sistemas e cadeias de comando distintos. Em emergências complexas, a falta de informação comum atrasa decisões e dificulta a gestão de recursos.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é criar uma estrutura regional de coordenação para grandes eventos e crises, com sala situacional física ou virtual, cadastro de recursos, mapas e protocolos. Ela não substitui competências legais. Serve para compartilhar situação, registrar decisões, mobilizar apoio e comunicar a população com consistência.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Percentual de órgãos integrados, exercícios realizados e tempo de mobilização em eventos regionais.

CADASTRO DE RECURSOS

Veículos, equipes, leitos, máquinas, abrigos e fornecedores.

SALA SITUACIONAL

Mapa comum, ocorrências, clima e infraestrutura crítica.

PROTOCOLOS

Acionamento, escalonamento, comunicação e encerramento.

PÓS-EVENTO

Relatório, lições aprendidas e correção dos planos.

Fonte oficial: SSP-SP, Dados Abertos e Painel Estatístico 2025-2026; Defesa Civil-SP, Programa Município Resiliente e Operação SP Sem Fogo.

CARTEIRA PRIORITÁRIA

Agenda do Capítulo 16

Projetos propostos para pactuação regional, detalhamento técnico e busca de financiamento.

PROJETO	ENTREGA PRINCIPAL	HORIZONTE
Observatório Regional de Segurança e Riscos	Painel oficial com criminalidade, trânsito, emergências e defesa civil.	2027
Programa Endereço Rural Seguro	Georreferenciamento, rotas e protocolos de emergência.	2027-2029
Rede Integrada de Proteção às Mulheres	Protocolo, referência regional, transporte e acompanhamento de risco.	2027
Pacto Juventude Protegida	Busca ativa, contraturno, qualificação e primeiro emprego.	2027-2035
Plano Regional de Segurança Viária	Trechos críticos, travessias, resposta e fiscalização contratual.	2027-2028
Plano Regional de Contingência	Riscos, recursos, abrigos, comunicação e simulados.	2027
Rede SP Sem Fogo Regional	Prevenção, brigadas, equipamentos e monitoramento.	Anual
Centro de Coordenação Regional	Interoperabilidade para crises, eventos e operações conjuntas.	2028

COMPROMISSOS DE REPRESENTAÇÃO

- 1. Cobrar políticas baseadas em dados oficiais e metas públicas de redução de danos.
- 2. Fortalecer proteção às mulheres, juventude e áreas rurais com redes integradas.
- 3. Defender recursos para prevenção de desastres e projetos executivos de infraestrutura.
- 4. Fiscalizar contratos, equipamentos e resultados, evitando medidas apenas simbólicas.

Referência oficial: SSP-SP, Dados Abertos e Painel Estatístico 2025-2026; Defesa Civil-SP, Programa Município Resiliente e Operação SP Sem Fogo.

Governo digital, transparência e cidades inteligentes

Compartilhar tecnologia e dados para melhorar serviços, reduzir burocracia e aproximar o Estado do cidadão.

“Municípios pequenos não precisam comprar dezenas de sistemas isolados. Uma arquitetura regional pode dividir custos, padronizar processos e garantir que a tecnologia chegue à ponta com segurança e simplicidade.”

SERVIÇOS

Atendimento simples, integrado e acessível em vários canais.

PROCESSOS

Documentos digitais, fluxos claros e redução de retrabalho.

DADOS

Informação confiável para decidir, monitorar e prestar contas.

SEGURANÇA

Privacidade, continuidade, interoperabilidade e governança.

17.1

Transformação digital com foco no cidadão

Digitalizar não é transferir a burocracia do balcão para uma tela.

POR QUE ISSO IMPORTA

Formulários longos, sistemas que não conversam e exigência repetida de documentos geram custo para o cidadão e para o servidor. Pessoas sem conectividade ou habilidade digital podem ficar ainda mais distantes do serviço. A transformação precisa começar pelo redesenho do processo.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é mapear jornadas prioritárias - saúde, transporte, habitação, licenças, benefícios e protocolo - e simplificar etapas antes de automatizar. O atendimento deve ser digital quando conveniente, mas manter apoio presencial e telefônico. Cada serviço terá prazo, responsável e possibilidade de acompanhamento.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Tempo médio, número de etapas, taxa de conclusão e satisfação dos usuários.

JORNADA DO USUÁRIO

Passos, documentos, prazos, dúvidas e pontos de abandono.

SIMPLIFICAÇÃO

Eliminar exigências duplicadas e automatizar verificações.

MULTICANAL

Portal, aplicativo, telefone e atendimento assistido.

ACOMPANHAMENTO

Protocolo único, status e comunicação clara.

Fonte oficial: Secretaria de Gestão e Governo Digital-SP, Projeto SEI Cidades; SDE/IPT, Cidades Inteligentes SP 360; Prodesp, Cidades.SP.GOV.BR.

17.2

Plataforma regional compartilhada

Escala regional permite tecnologia melhor por custo menor.

POR QUE ISSO IMPORTA

Cada prefeitura contratando separadamente portais, atendimento, dados e sistemas aumenta custo, fragmenta padrões e dificulta segurança. A solução não é um sistema único imposto a todos, mas uma arquitetura compartilhada com módulos, padrões e integração.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A rede pode contratar ou aderir conjuntamente a soluções de protocolo, atendimento, dados, mapas, transparência e gestão de projetos. Municípios mantêm autonomia sobre regras locais, enquanto compartilham infraestrutura, suporte, treinamento e segurança. A governança deve impedir dependência excessiva de fornecedor.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Economia por contratação compartilhada, disponibilidade dos sistemas e número de serviços integrados.

NÚCLEO COMUM

Identidade, protocolo, dados, mapas e autenticação.

MÓDULOS LOCAIS

Regras e serviços específicos de cada município.

SUPORTE REGIONAL

Treinamento, atendimento técnico e gestão de contratos.

INTEROPERABILIDADE

Padrões abertos, APIs, exportação e portabilidade de dados.

Fonte oficial: Secretaria de Gestão e Governo Digital-SP, Projeto SEI Cidades; SDE/IPT, Cidades Inteligentes SP 360; Prodesp, Cidades.SP.GOV.BR.

17.3

SEI Cidades e processos administrativos digitais

Processos digitais melhoram rastreabilidade quando acompanhados de padronização.

POR QUE ISSO IMPORTA

A substituição do papel reduz transporte, armazenamento e perda de documentos, mas pode reproduzir fluxos lentos e assinaturas desnecessárias. Servidores precisam de formação, regras de classificação, acesso e preservação.

ESTRATÉGIA REGIONAL

O Projeto SEI Cidades disponibiliza aos municípios paulistas uma plataforma de processos eletrônicos. A estratégia regional deve apoiar adesão coordenada, modelos de documentos, capacitação e integração com transparência e protocolo externo. A prioridade é reduzir prazo e dar visibilidade, não apenas eliminar papel.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Percentual de processos digitais, redução de prazo e volume de impressão e deslocamento evitado.

ADESÃO COORDENADA

Cronograma, governança, suporte e comunicação.

MODELOS COMUNS

Contratos, convênios, licenças e processos frequentes.

CAPACITAÇÃO

Gestores, usuários, administradores e arquivo.

INDICADORES

Prazo, estoque, retrabalho e tramitação entre órgãos.

Fonte oficial: Secretaria de Gestão e Governo Digital-SP, Projeto SEI Cidades; SDE/IPT, Cidades Inteligentes SP 360; Prodesp, Cidades.SP.GOV.BR.

17.4

Observatório regional e governança de dados

Sem dados comparáveis, a região não consegue definir prioridade nem demonstrar resultado.

POR QUE ISSO IMPORTA

Bases municipais possuem formatos, conceitos e periodicidades diferentes. Muitas decisões dependem de planilhas pessoais e levantamentos refeitos a cada projeto. Isso reduz continuidade e capacidade de captar recursos.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é um Observatório Regional com catálogo de dados, indicadores, mapas e painéis. As bases devem ter responsável, definição, periodicidade e qualidade. Informações pessoais serão protegidas; o foco é planejamento e transparência agregada. Universidades podem apoiar método e análise independente.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Bases atualizadas no prazo, indicadores utilizados em decisões e projetos apoiados por evidência.

CATÁLOGO

Definição, origem, responsável e periodicidade.

INDICADORES

Economia, saúde, educação, infraestrutura e ambiente.

MAPAS

Equipamentos, fluxos, riscos, projetos e cobertura de serviços.

DADOS ABERTOS

Arquivos reutilizáveis, documentação e proteção de privacidade.

17.5

Atendimento regional integrado

O cidadão deve entender onde começar e acompanhar sua solicitação.

POR QUE ISSO IMPORTA

Problemas regionais passam por diferentes órgãos: transporte de saúde, vagas, licenças, estradas, benefícios e denúncias. A pessoa é frequentemente encaminhada sem solução ou precisa repetir informações.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A rede deve criar um catálogo regional de serviços e um protocolo de encaminhamento. Uma central pode orientar e registrar, enquanto cada órgão continua responsável por decidir e executar. O usuário recebe prazo, canal de retorno e histórico. Casos vulneráveis terão atendimento assistido e busca ativa.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Taxa de resolução no primeiro encaminhamento, prazo e número de contatos exigidos do usuário.

CATÁLOGO CLARO

Quem atende, requisitos, prazo, contato e recurso.

PROTOCOLO ÚNICO

Registro e encaminhamento sem perda de informação.

RETORNO

Status, pendência, decisão e canal de contestação.

APOIO HUMANO

Atendimento presencial e inclusão digital para quem precisa.

Fonte oficial: Secretaria de Gestão e Governo Digital-SP, Projeto SEI Cidades; SDE/IPT, Cidades Inteligentes SP 360; Prodesp, Cidades.SP.GOV.BR.

17.6

Cidades inteligentes para problemas reais

Tecnologia deve ser escolhida pelo problema, não pelo efeito de novidade.

POR QUE ISSO IMPORTA

Sensores, câmeras, iluminação, telemetria e plataformas podem melhorar serviços, mas também criar despesas permanentes, dependência de fornecedor e risco de privacidade. Projetos precisam demonstrar benefício operacional.

ESTRATÉGIA REGIONAL

O Programa Cidades Inteligentes SP 360 propõe aproximar soluções tecnológicas das necessidades municipais. A região deve adotar laboratório de avaliação, pilotos controlados e critérios de escala. Prioridades podem incluir perdas de água, iluminação, mobilidade, resíduos, segurança viária e manutenção preventiva.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Economia ou melhoria de serviço comprovada em pilotos antes de expansão contratual.

PROBLEMA DEFINIDO

Linha de base, custo atual e resultado esperado.

PILOTO

Área limitada, prazo, teste independente e comparação.

ESCALA

Custo total, integração, manutenção e capacitação.

DIREITOS

Privacidade, transparência, segurança e não discriminação.

Fonte oficial: Secretaria de Gestão e Governo Digital-SP, Projeto SEI Cidades; SDE/IPT, Cidades Inteligentes SP 360; Prodesp, Cidades.SP.GOV.BR.

17.7

Cibersegurança, LGPD e continuidade

Serviços digitais ampliam eficiência e também a superfície de risco.

POR QUE ISSO IMPORTA

Ataques, falhas, perda de acesso e vazamento de dados podem interromper saúde, arrecadação e atendimento. Municípios pequenos nem sempre dispõem de equipe especializada ou rotinas de backup e resposta.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é um núcleo regional de segurança com políticas mínimas, inventário de ativos, backups testados, autenticação, gestão de acessos, capacitação e plano de incidentes. Contratos devem prever notificação, continuidade e portabilidade. A LGPD deve ser incorporada ao desenho dos serviços.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Sistemas críticos com backup testado, incidentes tratados e servidores capacitados.

INVENTÁRIO

Sistemas, dados, responsáveis, fornecedores e criticidade.

PROTEÇÃO BÁSICA

Atualização, autenticação, backup e segregação de acesso.

RESPOSTA

Plano de incidentes, comunicação e recuperação.

PRIVACIDADE

Finalidade, minimização, transparência e direitos do titular.

Fonte oficial: Secretaria de Gestão e Governo Digital-SP, Projeto SEI Cidades; SDE/IPT, Cidades Inteligentes SP 360; Prodesp, Cidades.SP.GOV.BR.

17.8

Conectividade e inclusão digital

Serviço digital sem acesso e habilidade pode ampliar desigualdade.

POR QUE ISSO IMPORTA

Áreas rurais, famílias de baixa renda, pessoas idosas e pequenos negócios podem enfrentar conexão limitada, equipamento inadequado ou dificuldade de uso. A política precisa combinar infraestrutura, espaços públicos e formação.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A rede deve mapear cobertura, apoiar expansão de conectividade e instalar pontos assistidos em equipamentos existentes. Bibliotecas, escolas, centros comunitários e unidades de atendimento podem oferecer acesso seguro e orientação. A formação deve ser ligada a tarefas reais: emprego, benefício, saúde, negócio e participação pública.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

População atendida em áreas críticas, uso dos pontos assistidos e conclusão de serviços digitais.

MAPA DE COBERTURA

Qualidade, preço, áreas rurais e equipamentos públicos.

PONTOS ASSISTIDOS

Internet, equipamento e orientação em locais acessíveis.

FORMAÇÃO PRÁTICA

Serviços, segurança digital, trabalho e empreendedorismo.

ACESSIBILIDADE

Interfaces claras, leitores, linguagem simples e apoio humano.

Fonte oficial: Secretaria de Gestão e Governo Digital-SP, Projeto SEI Cidades; SDE/IPT, Cidades Inteligentes SP 360; Prodesp, Cidades.SP.GOV.BR.

CARTEIRA PRIORITÁRIA

Agenda do Capítulo 17

Projetos propostos para pactuação regional, detalhamento técnico e busca de financiamento.

PROJETO	ENTREGA PRINCIPAL	HORIZONTE
Plataforma Regional de Serviços	Catálogo, protocolo, autenticação, acompanhamento e atendimento multicanal.	2027-2029
Adesão Regional ao SEI Cidades	Processos digitais, modelos comuns, capacitação e indicadores.	2027
Observatório Regional de Dados	Indicadores, mapas, projetos e dados abertos com governança.	2027
Núcleo de Cibersegurança Municipal	Políticas mínimas, monitoramento, resposta e continuidade.	2027-2028
Laboratório Cidades Inteligentes	Pilotos, avaliação de tecnologia e apoio a contratações.	2028
Programa Conectividade Rural	Mapeamento, articulação e soluções para áreas produtivas e serviços.	2027-2032
Rede de Pontos de Inclusão Digital	Atendimento assistido em escolas, bibliotecas e centros comunitários.	2027
Painel Público de Projetos	Metas, prazos, contratos, indicadores e execução financeira.	2027

COMPROMISSOS DE REPRESENTAÇÃO

- 1. Defender tecnologia compartilhada, interoperável e orientada a serviços públicos reais.
- 2. Exigir segurança, privacidade, acessibilidade e portabilidade nos contratos digitais.
- 3. Apoiar inclusão digital e conectividade rural como infraestrutura de cidadania e produção.
- 4. Publicar indicadores de prazo, economia, satisfação e disponibilidade dos serviços.

Referência oficial: Secretaria de Gestão e Governo Digital-SP, Projeto SEI Cidades; SDE/IPT, Cidades Inteligentes SP 360; Prodesp, Cidades.SP.GOV.BR.

Trabalho, juventude, longevidade e qualidade de vida

Construir trajetórias de autonomia para quem começa, para quem precisa recomeçar e para quem envelhece.

“Desenvolvimento regional só faz sentido quando as pessoas conseguem estudar, trabalhar, cuidar da família e envelhecer com dignidade sem precisar abandonar o interior.”

OPORTUNIDADE

Formação conectada a vagas, aprendizagem e empreendedorismo.

PERMANÊNCIA

Carreiras, cultura, esporte, moradia e qualidade de vida.

CUIDADO

Saúde mental, apoio familiar, inclusão e rede comunitária.

LONGEVIDADE

Envelhecimento ativo, acessibilidade e economia do cuidado.

18.1

O desafio de reter e atrair pessoas

Emprego é central, mas a decisão de permanecer também envolve serviços e projeto de vida.

POR QUE ISSO IMPORTA

Jovens podem sair para estudar e não retornar quando não encontram carreira, inovação, cultura, mobilidade e moradia compatíveis. Profissionais de saúde, tecnologia e educação também avaliam oportunidades para a família. A região precisa competir por talentos sem negar a mobilidade das pessoas.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é construir um pacto regional de permanência e retorno, conectando empresas, universidades, municípios e serviços. O objetivo é dar visibilidade a carreiras locais, estágios, pesquisa aplicada, empreendedorismo e qualidade de vida. Programas devem acompanhar trajetórias e identificar por que talentos saem ou voltam.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Saldo de profissionais qualificados, vagas preenchidas e retorno de egressos das instituições regionais.

MAPA DE TALENTOS

Formação, ocupações, vagas, salários e migração.

CARREIRAS LOCAIS

Estágios, residência, trainee e progressão profissional.

QUALIDADE DE VIDA

Moradia, cultura, mobilidade, saúde e segurança.

REDE DE RETORNO

Conexão com estudantes e profissionais que vivem fora.

18.2

Primeiro emprego e qualificação por demanda

Curso sem vaga ou projeto de renda produz certificado, não oportunidade.

POR QUE ISSO IMPORTA

Programas de qualificação frequentemente abrem turmas sem compromisso de contratação ou análise de demanda. Jovens acumulam cursos curtos, enquanto empresas continuam relatando falta de competências específicas.

ESTRATÉGIA REGIONAL

O Qualifica SP possui trilhas de Novo Emprego, Meu Primeiro Emprego e Empreenda. A região deve integrar essas ofertas a uma mesa de demanda com empresas, PATs, escolas técnicas e universidades. Cada turma terá perfil de vaga, prática, orientação e acompanhamento de inserção.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Percentual de concluintes empregados ou gerando renda até seis meses após a formação.

DEMANDA REAL

Empresas informam ocupações, competências e calendário.

FORMAÇÃO PRÁTICA

Laboratórios, projetos, visitas e aprendizagem.

INTERMEDIACÃO

Currículo, seleção, transporte e acompanhamento.

RESULTADO

Emprego, renda, permanência e avaliação do empregador.

Fonte oficial: Secretaria de Desenvolvimento Econômico-SP, Qualifica SP; SEDS-SP, SP Amigo do Idoso e SuperAção SP; programas estaduais de esporte e inclusão.

18.3

Pacto regional de aprendizagem e estágio

A primeira experiência precisa ser distribuída também entre municípios menores.

POR QUE ISSO IMPORTA

Grandes empresas e órgãos públicos concentram oportunidades, enquanto pequenos negócios têm dificuldade de estruturar programas. Estudantes enfrentam transporte, horários e falta de informação.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é uma plataforma regional de aprendizagem e estágio, com apoio jurídico e administrativo a pequenas empresas. Órgãos públicos podem planejar vagas por área e usar projetos regionais como ambientes de aprendizagem. Universidades e escolas devem acompanhar qualidade e relação com a formação.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Número de vagas de aprendizagem e estágio por mil jovens e taxa de efetivação.

BANCO DE VAGAS

Oportunidades padronizadas, requisitos e calendário.

APOIO AO PEQUENO

Modelos, orientação e articulação com entidades formadoras.

PROJETOS PÚBLICOS

Dados, turismo, saúde, ambiente e inovação como campo prático.

QUALIDADE

Plano de atividades, supervisão e avaliação do estudante.

18.4

Empreendedorismo com mercado e gestão

Abrir CNPJ é simples; manter receita, caixa e clientes é o desafio.

POR QUE ISSO IMPORTA

Empreendedores locais precisam de venda, crédito responsável, controle financeiro, presença digital e acesso a fornecedores. Programas fragmentados oferecem palestras sem continuidade ou não acompanham a sobrevivência do negócio.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A estratégia regional deve combinar diagnóstico, mentoria, mercado e dados. O Qualifica SP - Empreenda oferece formação e mentoria que podem ser articuladas a cadeias produtivas, turismo, economia criativa e compras públicas. A rede deve priorizar negócios com potencial de renda e formalização sustentável.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Sobrevivência, aumento de faturamento, formalização e empregos gerados pelos negócios acompanhados.

DIAGNÓSTICO

Produto, cliente, preço, caixa, capacidade e gargalo.

MENTORIA

Plano de ação e acompanhamento por ciclos.

MERCADO

Feiras, plataformas, fornecedores e compras públicas.

CRÉDITO RESPONSÁVEL

Uso definido, capacidade de pagamento e apoio pós-crédito.

Fonte oficial: Secretaria de Desenvolvimento Econômico-SP, Qualifica SP; SEDS-SP, SP Amigo do Idoso e SuperAção SP; programas estaduais de esporte e inclusão.

18.5

Esporte, cultura e prevenção territorial

Equipamentos ociosos e atividades descontínuas não constroem vínculo.

POR QUE ISSO IMPORTA

Esporte e cultura podem promover saúde, disciplina, convivência e proteção, mas precisam de frequência, profissionais e integração com escola e família. Torneios isolados mobilizam, porém não substituem programas permanentes.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é um sistema regional de contraturno e formação esportiva e cultural, aproveitando equipamentos municipais, escolas, clubes e organizações. Modalidades podem ser distribuídas por polos, com transporte para etapas regionais. O acompanhamento deve incluir frequência escolar, saúde e desenvolvimento social.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Frequência, permanência escolar e participação continuada, além do desempenho esportivo ou cultural.

NÚCLEOS PERMANENTES

Turmas regulares, profissionais e calendário.

VOCAÇÃO POR POLO

Modalidades e linguagens distribuídas conforme estrutura.

CIRCUITOS REGIONAIS

Competições, festivais e intercâmbio entre cidades.

PROTEÇÃO

Articulação com escola, saúde, assistência e família.

Fonte oficial: Secretaria de Desenvolvimento Econômico-SP, Qualifica SP; SEDS-SP, SP Amigo do Idoso e SuperAção SP; programas estaduais de esporte e inclusão.

18.6

Saúde mental e redes comunitárias

Isolamento, ansiedade, violência e uso problemático de substâncias exigem resposta territorial.

POR QUE ISSO IMPORTA

A saúde mental atravessa escola, trabalho, família, segurança e saúde. Municípios pequenos podem ter baixa oferta especializada e depender de deslocamentos. A resposta não pode se limitar à crise.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A rede deve fortalecer atenção básica, teleapoio, matriciamento e centros de referência, com fluxos claros para urgência e continuidade. Grupos comunitários, escolas e empresas podem atuar em prevenção e identificação, sem substituir profissionais. Indicadores devem observar acesso, espera e continuidade.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Tempo de espera, continuidade do cuidado e redução de crises repetidas evitáveis.

PORTA DE ENTRADA

Atenção básica preparada para acolher e acompanhar.

APOIO REGIONAL

Especialistas, teleatendimento e matriciamento.

PREVENÇÃO

Escola, trabalho, juventude, idosos e cuidadores.

CRISE

Fluxo rápido, transporte seguro e retorno ao território.

18.7

Longevidade ativa e economia do cuidado

Envelhecer exige cidades acessíveis, serviços próximos e apoio a quem cuida.

POR QUE ISSO IMPORTA

O aumento da população idosa amplia demanda por saúde, mobilidade, convivência, moradia adaptada e proteção contra violência e fraudes. Famílias cuidadoras, majoritariamente mulheres, podem perder renda e saúde.

ESTRATÉGIA REGIONAL

O SP Amigo do Idoso e o Selo Paulista da Longevidade oferecem referências para políticas municipais. A proposta regional inclui centros de convivência, esporte, formação digital, adaptação urbana, cuidado domiciliar, apoio ao cuidador e desenvolvimento de serviços e negócios da economia prateada.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Municípios certificados, participação continuada e redução de internações e situações de abandono evitáveis.

CIDADE ACESSÍVEL

Calçadas, transporte, sinalização, moradia e equipamentos.

VIDA ATIVA

Convivência, esporte, cultura, educação e participação.

CUIDADO

Apoio domiciliar, cuidadores, saúde e proteção social.

ECONOMIA PRATEADA

Serviços, tecnologia, turismo e produtos para longevidade.

Fonte oficial: Secretaria de Desenvolvimento Econômico-SP, Qualifica SP; SEDS-SP, SP Amigo do Idoso e SuperAção SP; programas estaduais de esporte e inclusão.

18.8

Inclusão das pessoas com deficiência

Acessibilidade deve ser critério de todos os projetos, não um capítulo separado.

POR QUE ISSO IMPORTA

Barreiras físicas, comunicacionais, digitais e atitudinais limitam educação, trabalho, saúde, cultura e participação. A adaptação posterior custa mais e frequentemente entrega soluções incompletas.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A rede deve adotar desenho universal em obras, serviços digitais, transporte e comunicação. Empregabilidade exige qualificação e apoio às empresas, com foco em competências e adaptações razoáveis. Conselhos e organizações devem participar da avaliação dos projetos desde a concepção.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Projetos auditados por acessibilidade, pessoas incluídas no trabalho e satisfação dos usuários.

DESENHO UNIVERSAL

Obras, rotas, mobiliário, informação e tecnologia.

SERVIÇOS ACESSÍVEIS

Atendimento, comunicação, transporte e eventos.

TRABALHO

Qualificação, intermediação, adaptação e acompanhamento.

CONTROLE SOCIAL

Participação direta na concepção e na auditoria de acessibilidade.

CARTEIRA PRIORITÁRIA

Agenda do Capítulo 18

Projetos propostos para pactuação regional, detalhamento técnico e busca de financiamento.

PROJETO	ENTREGA PRINCIPAL	HORIZONTE
Pacto Regional de Talentos	Mapa de competências, carreiras, retorno de egressos e atração de profissionais.	2027
Qualificação por Demanda	Turmas vinculadas a vagas, cadeias produtivas e acompanhamento de inserção.	2027
Plataforma de Aprendizagem e Estágio	Vagas, apoio a empresas, supervisão e mobilidade regional.	2027-2028
Rede de Empreendedorismo Assistido	Mentoria, mercado, compras públicas e crédito responsável.	2027
Circuito Esporte e Cultura	Núcleos permanentes, eventos regionais e proteção social.	2027-2035
Rede Regional de Saúde Mental	Atenção básica, especialistas, teleapoio e fluxos de crise.	2027-2030
Pacto da Longevidade	Certificação, cidades acessíveis, cuidado e economia prateada.	2027-2035
Programa Território Acessível	Auditoria e adequação progressiva de obras, serviços e comunicação.	2027-2035

COMPROMISSOS DE REPRESENTAÇÃO

- 1. Vincular qualificação a demanda, emprego, renda e acompanhamento de resultados.
- 2. Defender políticas de juventude que integrem educação, cultura, esporte e trabalho.
- 3. Tratar longevidade e cuidado como prioridade de planejamento e oportunidade econômica.
- 4. Exigir acessibilidade desde a concepção de obras, serviços e plataformas.

Referência oficial: Secretaria de Desenvolvimento Econômico-SP, Qualifica SP; SEDS-SP, SP Amigo do Idoso e SuperAção SP; programas estaduais de esporte e inclusão.

Agenda legislativa, fiscalização e representação regional

Transformar o mandato em instrumento permanente de planejamento, orçamento, controle e articulação.

“Um deputado não deve ser apenas um distribuidor de emendas. Seu papel é legislar, fiscalizar, disputar prioridades no orçamento e organizar a região para apresentar projetos consistentes ao Estado.”

LEGISLAR

Criar regras, programas e instrumentos de cooperação regional.

ORÇAR

Atuar no PPA, LDO e LOA com prioridades e projetos estruturados.

FISCALIZAR

Acompanhar contratos, prazos, qualidade, metas e resultados.

REPRESENTAR

Manter presença regional, escuta e devolutiva pública permanente.

19.1

O papel constitucional do deputado estadual

A autoridade do mandato está na combinação de lei, orçamento, fiscalização e representação.

POR QUE ISSO IMPORTA

A Assembleia Legislativa decide, com participação do governador nos casos previstos, matérias de competência estadual, incluindo plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual. O deputado também fiscaliza políticas e contratos e representa demandas da sociedade.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A estratégia é usar essas atribuições de forma integrada. Um problema regional pode exigir projeto de lei, emenda ao orçamento, audiência, requerimento de informação, fiscalização de contrato e articulação com secretarias. O mandato deve explicar qual instrumento está usando e qual resultado espera.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Percentual de compromissos com instrumento definido, prazo e atualização pública de andamento.

LEI

Programas, regras, direitos, governança e transparência.

ORÇAMENTO

PPA, LDO, LOA, emendas e acompanhamento da execução.

FISCALIZAÇÃO

Informação, visita técnica, comissão, audiência e controle.

REPRESENTAÇÃO

Escuta territorial, articulação e devolutiva pública.

Fonte oficial: ALESP, Constituição Estadual, atribuições do Poder Legislativo, orçamento e emendas impositivas; LDO 2026 e execução orçamentária.

19.2

Agenda de projetos de lei e políticas estaduais

Boas leis resolvem gargalos de escala, competência e continuidade.

POR QUE ISSO IMPORTA

Muitos problemas regionais não se resolvem com repasse pontual. Precisam de programa estadual, critérios de financiamento, integração de dados, governança ou obrigação de planejamento. Projetos devem respeitar iniciativa privativa, impacto orçamentário e competência do Estado.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A agenda legislativa proposta inclui desenvolvimento regional em rede, escritório de projetos, dados territoriais, compras regionais, turismo integrado, cibersegurança municipal, prevenção de desastres e transparência de contratos. Antes da apresentação, cada minuta deve passar por consulta técnica e análise jurídica.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Projetos com nota técnica, consulta realizada e capacidade de implementação demonstrada.

DIAGNÓSTICO

Problema, competência estadual e falha do arranjo atual.

CONSULTA

Municípios, usuários, especialistas e órgãos executores.

IMPACTO

Custo, fonte, capacidade operacional e efeitos distributivos.

AValiação

Indicadores, revisão periódica e transparência.

Fonte oficial: ALESP, Constituição Estadual, atribuições do Poder Legislativo, orçamento e emendas impositivas; LDO 2026 e execução orçamentária.

19.3

Orçamento como disputa de prioridade

O orçamento decide quais planos terão recursos e prazo.

POR QUE ISSO IMPORTA

O processo orçamentário estadual passa por PPA, LDO e LOA. A participação parlamentar não deve se limitar à emenda individual. É possível propor alterações programáticas, metas, regionalização de ações e aperfeiçoamento de transparência.

ESTRATÉGIA REGIONAL

O mandato deve apresentar uma agenda anual antes das audiências, reunir projetos municipais, organizar justificativas e acompanhar tramitação. A região precisa entrar no orçamento com programas e entregas, não apenas com lista de pedidos. Cada proposta deve indicar problema, beneficiários, custo estimado e indicador.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Número de prioridades regionais incorporadas aos instrumentos e taxa de execução financeira.

PPA

Objetivos, programas, metas e horizonte plurianual.

LDO

Prioridades, regras de execução e transparência.

LOA

Dotação anual, ação, órgão e execução financeira.

AUDIÊNCIAS

Participação popular e defesa pública das prioridades regionais.

Fonte oficial: ALESP, Constituição Estadual, atribuições do Poder Legislativo, orçamento e emendas impositivas; LDO 2026 e execução orçamentária.

19.4

Emendas parlamentares com estratégia

Emenda é instrumento útil, mas não substitui política pública estruturante.

POR QUE ISSO IMPORTA

As emendas individuais impositivas correspondem a percentual definido da receita corrente líquida e têm regras de destinação, com parcela mínima para saúde. A pulverização em objetos sem projeto ou manutenção pode gerar baixa execução e pouco impacto.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é publicar critérios para emendas: urgência, equidade, prontidão técnica, capacidade de execução, manutenção e relação com as missões do Plano Regional. Parte dos recursos deve formar conjuntos complementares entre municípios, evitando equipamentos isolados e fortalecendo redes de serviço.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Taxa de execução, prazo, beneficiários e funcionamento do objeto após a entrega.

CRITÉRIOS PÚBLICOS

Necessidade, impacto, projeto, execução e manutenção.

CARTEIRA ANUAL

Objetos prontos, documentação e responsáveis.

INTEGRAÇÃO

Emendas complementares para uma entrega regional.

TRANSPARÊNCIA

Indicação, impedimento, empenho, pagamento e resultado.

Fonte oficial: ALESP, Constituição Estadual, atribuições do Poder Legislativo, orçamento e emendas impositivas; LDO 2026 e execução orçamentária.

19.5

Fiscalização de contratos e concessões

Obras e serviços precisam ser acompanhados durante todo o ciclo.

POR QUE ISSO IMPORTA

Contratos de rodovias, hospitais, tecnologia, obras e serviços possuem metas e obrigações que raramente são traduzidas para o cidadão. A fiscalização parlamentar pode solicitar informações, realizar audiências e cobrar órgãos reguladores, sem substituir fiscalização técnica.

ESTRATÉGIA REGIONAL

O mandato criará fichas públicas para contratos estratégicos: objeto, prazo, investimento, indicador, responsável e situação. Visitas terão roteiro técnico e relatório. Quando houver atraso ou falha, a cobrança indicará obrigação contratual, evidência e providência esperada.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Contratos acompanhados, problemas corrigidos e prazos de resposta dos órgãos responsáveis.

FICHA DE CONTRATO

Objeto, valor, prazo, metas e responsável.

VISITA TÉCNICA

Evidência, usuário, etapa e risco.

COBRANÇA FORMAL

Requerimento, audiência, órgão regulador e prazo.

RESULTADO

Correção, penalidade, reprogramação ou transparência.

Fonte oficial: ALESP, Constituição Estadual, atribuições do Poder Legislativo, orçamento e emendas impositivas; LDO 2026 e execução orçamentária.

19.6

Escritório regional do mandato

Presença territorial exige equipe, rotina e devolutiva, não apenas agenda de eventos.

POR QUE ISSO IMPORTA

Uma região extensa pode receber visitas esporádicas sem acompanhamento dos encaminhamentos. Prefeitos, entidades e cidadãos precisam saber onde registrar demandas, quais documentos apresentar e quando haverá retorno.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é manter escritório regional físico e digital, com protocolo, equipe técnica e agenda rotativa nos polos. Demandas serão classificadas por competência e instrumento. O painel público mostrará status sem expor dados pessoais. Casos individuais terão orientação; pautas coletivas alimentarão a agenda legislativa.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Prazo médio de resposta, demandas resolvidas e pautas coletivas convertidas em ação.

PROTOCOLO

Registro, documento, responsável e prazo de retorno.

AGENDA NOS POLOS

Atendimento periódico e reuniões temáticas.

CLASSIFICAÇÃO

Município, tema, competência e instrumento.

DEVOLUTIVA

Resposta clara, andamento e próximos passos.

19.7

Conselho técnico e participação social

Decisões melhores exigem conhecimento e diversidade de experiência.

POR QUE ISSO IMPORTA

O mandato não pode depender apenas de relações políticas ou opiniões internas. Saúde, orçamento, infraestrutura, educação e ambiente exigem análise especializada e escuta de usuários. Conselhos informais, porém, não podem virar instâncias opacas de influência.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é instituir grupos temáticos com regras públicas, participação voluntária, atas e declaração de interesses. Universidades, conselhos profissionais, entidades, trabalhadores e usuários poderão analisar propostas. A decisão parlamentar permanece responsável e deverá explicar divergências relevantes.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Propostas analisadas, contribuições incorporadas e documentos técnicos publicados.

COMPOSIÇÃO

Conhecimento, território, usuários e diversidade.

REGRA PÚBLICA

Objetivo, duração, conflito de interesse e atas.

PRODUÇÃO

Notas técnicas, audiências e avaliação de políticas.

TRANSPARÊNCIA

Participantes, contribuições e decisão final fundamentada.

19.8

Prestação de contas por resultado

O eleitor precisa acompanhar compromissos, decisões e efeitos.

POR QUE ISSO IMPORTA

Relatórios que listam reuniões, viagens e valores destinados não mostram se os problemas foram resolvidos. Prestação de contas deve ligar compromisso, instrumento, recurso, execução e resultado.

ESTRATÉGIA REGIONAL

O mandato publicará painel trimestral e relatório anual com indicadores, votações, projetos, emendas, fiscalização e situação dos compromissos. Quando uma meta não avançar, a justificativa e o plano de correção serão apresentados. Dados devem ser acessíveis e permitir download.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Percentual de compromissos atualizados e dados publicados em formato acessível e reutilizável.

COMPROMISSOS

Meta, prazo, responsável e situação.

ATIVIDADE LEGISLATIVA

Projetos, votos, emendas e audiências.

RECURSOS

Indicação, execução, objeto e beneficiário.

IMPACTO

Entrega, uso, indicador e avaliação pública.

Fonte oficial: ALESP, Constituição Estadual, atribuições do Poder Legislativo, orçamento e emendas impositivas; LDO 2026 e execução orçamentária.

CARTEIRA PRIORITÁRIA

Agenda do Capítulo 19

Projetos propostos para pactuação regional, detalhamento técnico e busca de financiamento.

PROJETO	ENTREGA PRINCIPAL	HORIZONTE
Lei de Desenvolvimento Regional em Rede	Governança, planejamento, dados, projetos e cooperação intermunicipal.	2027
Programa Estadual de Escritórios de Projetos	Apoio técnico a consórcios e municípios para estruturar investimentos.	2027-2028
Marco de Transparência de Contratos Regionais	Painéis de concessões, obras, serviços e metas territoriais.	2027
Agenda Regional no PPA/LDO/LOA	Propostas programáticas e orçamentárias com metas e indicadores.	Anual
Política de Emendas por Missões	Critérios públicos, carteira técnica e acompanhamento de resultados.	Anual
Observatório Legislativo Regional	Leis, orçamento, fiscalização e indicadores do mandato.	2027
Escritório Regional e Agenda nos Polos	Atendimento protocolado, equipe técnica e devolutiva.	2027
Conferência Anual de Prestação de Contas	Balanço, avaliação cidadã e revisão dos compromissos.	Anual

COMPROMISSOS DE REPRESENTAÇÃO

- 1. Usar todas as atribuições do mandato, e não apenas as emendas parlamentares.
- 2. Publicar critérios, valores, situação e resultados de cada recurso indicado.
- 3. Fiscalizar contratos estratégicos com evidência, obrigação e prazo de resposta.
- 4. Prestar contas por compromisso e impacto, inclusive quando houver atraso ou resultado insuficiente.

Referência oficial: ALESP, Constituição Estadual, atribuições do Poder Legislativo, orçamento e emendas impositivas; LDO 2026 e execução orçamentária.

Pacto de implementação, participação e prestação de contas

Converter o Plano Regional em carteira de projetos, ciclos de execução e compromissos verificáveis.

“Planejamento só ganha credibilidade quando define quem faz, com quais recursos, em qual prazo e como a população saberá se deu certo.”

PACTO

Responsabilidades claras entre Estado, municípios e parceiros.

PROJETOS

Carteira priorizada, estudos, licenças e fontes de financiamento.

CICLOS

Entregas em fases, revisão anual e capacidade de adaptação.

CONTROLE

Indicadores, participação, transparência e avaliação independente.

20.1

Arquitetura de implementação

Uma estratégia regional precisa de níveis de decisão e execução claramente separados.

POR QUE ISSO IMPORTA

Planos amplos fracassam quando todos participam de tudo e ninguém responde por cada entrega. A governança deve evitar tanto centralização excessiva quanto fragmentação.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta organiza quatro níveis: pacto político para prioridades; conselho técnico para critérios; escritório de projetos para estruturação; e unidades executoras para contratos e serviços. Cada projeto terá patrocinador, gerente, parceiros, cronograma, risco e indicador. A composição pode variar por tema, respeitando competências legais.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Projetos com matriz de responsabilidade aprovada e responsável nomeado para cada entrega.

PACTO POLÍTICO

Prioridades, recursos e resolução de impasses.

CONSELHO TÉCNICO

Critérios, revisão e qualidade das propostas.

ESCRITÓRIO

Estudos, projetos, financiamento e monitoramento.

EXECUTOR

Contrato, obra, serviço e resultado na ponta.

Fonte oficial: ALESP, PPA 2024-2027, LDO e LOA; participação popular nas audiências orçamentárias e monitoramento da execução pública.

20.2

CrITÉrios para priorizar projetos

A prioridade deve ser comparável, pública e revisável.

POR QUE ISSO IMPORTA

Sem critérios, a carteira tende a refletir influência momentânea, distribuição territorial automática ou projetos já conhecidos, mesmo quando têm baixo impacto. A metodologia não elimina decisão política, mas torna suas razões visíveis.

ESTRATÉGIA REGIONAL

Os critérios propostos incluem urgência, população beneficiada, redução de desigualdade, impacto regional, prontidão, custo de ciclo de vida, sustentabilidade, capacidade de operação e possibilidade de financiamento. Cada projeto recebe nota e justificativa, com espaço para decisão excepcional devidamente fundamentada.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Percentual da carteira avaliado com critérios publicados e justificativas disponíveis.

IMPACTO

Problema, beneficiários e efeito regional.

EQUIDADE

Municípios e grupos com menor capacidade ou acesso.

PRONTIDÃO

Estudo, projeto, licença, terreno e governança.

SUSTENTAÇÃO

Operação, manutenção, receita e risco ao longo do tempo.

20.3

Carteira única e banco de projetos

Projetos precisam amadurecer antes da abertura de uma oportunidade de financiamento.

POR QUE ISSO IMPORTA

Editais e programas têm prazo curto. Municípios sem estudo, documento ou projeto executivo perdem recursos, mesmo quando a necessidade é grande. Recomeçar a coleta de informações a cada oportunidade aumenta custo e atraso.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A carteira regional deve reunir fichas padronizadas e níveis de maturidade: ideia, estudo, anteprojeto, projeto executivo, licença e contratação. O banco guardará documentos e responsáveis. O escritório de projetos atuará para elevar maturidade e combinar fontes de financiamento.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Valor de projetos maduros e taxa de sucesso em chamadas e negociações de financiamento.

FICHA PADRÃO

Problema, escopo, beneficiário, custo e indicador.

MATURIDADE

Etapas técnicas e documentos pendentes.

REPOSITÓRIO

Versões, licenças, projetos e decisões.

RADAR DE RECURSOS

Editais, fundos, crédito, concessões e orçamento.

Fonte oficial: ALESP, PPA 2024-2027, LDO e LOA; participação popular nas audiências orçamentárias e monitoramento da execução pública.

20.4

Financiamento combinado e responsabilidade fiscal

Grandes entregas exigem combinar recursos sem comprometer serviços futuros.

POR QUE ISSO IMPORTA

Orçamento estadual, emendas, fundos, crédito, concessões, investimentos privados e cooperação podem participar de um mesmo projeto. Cada fonte possui regra, prazo e risco. A busca por capital não pode ignorar manutenção e capacidade de pagamento.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta é um plano financeiro por projeto, com investimento, operação, contingência e fontes. Modelos de parceria serão usados apenas quando transferirem risco de forma justificada e houver fiscalização. Projetos sociais e ambientais podem combinar fundos e pagamentos por resultado, com métricas robustas.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Projetos com custo total de ciclo de vida e fonte de operação definida antes da contratação.

CAPEX

Obra, equipamento, projeto, desapropriação e contingência.

OPEX

Equipe, energia, manutenção, sistemas e reposição.

FONTE

Orçamento, fundo, crédito, parceria e receita vinculada.

RISCO FISCAL

Garantias, reajuste, demanda, passivo e sustentabilidade.

Fonte oficial: ALESP, PPA 2024-2027, LDO e LOA; participação popular nas audiências orçamentárias e monitoramento da execução pública.

20.5

Ciclos de implementação até 2035

Fases permitem aprender, corrigir e ampliar sem paralisar a estratégia.

POR QUE ISSO IMPORTA

Projetos complexos não podem esperar uma solução perfeita, mas também não devem iniciar sem base mínima. Ciclos curtos ajudam a entregar, medir e ajustar, preservando visão de longo prazo.

ESTRATÉGIA REGIONAL

O primeiro ciclo organiza governança, dados e projetos rápidos; o segundo amplia redes e infraestrutura; o terceiro consolida sistemas e resultados; e o período até 2035 aprofunda transformação produtiva e social. A revisão anual pode reprogramar meios, mas deve preservar objetivos e explicar mudanças.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Entregas concluídas por ciclo, metas revisadas com justificativa e continuidade dos projetos prioritários.

2027-2028

Governança, dados, projetos prontos e pilotos.

2029-2031

Expansão das redes, contratos e infraestrutura.

2032-2035

Consolidação, integração e revisão de impacto.

REVISÃO ANUAL

Resultado, risco, orçamento e nova evidência.

20.6

Participação popular com devolutiva

Escuta sem resposta gera frustração; decisão sem escuta perde legitimidade e informação.

POR QUE ISSO IMPORTA

Audiências abertas são importantes, mas podem ser dominadas por grupos organizados e não alcançar trabalhadores, moradores rurais, jovens e usuários de serviços. Participação digital também pode excluir.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A proposta combina consultas territoriais, grupos de usuários, plataforma digital e conferência anual. Toda contribuição relevante será classificada, respondida e relacionada a uma decisão. A participação não transfere responsabilidade do gestor ou parlamentar, mas melhora diagnóstico e controle.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Contribuições respondidas, diversidade territorial e participação de usuários dos serviços.

ESCUA TERRITORIAL

Reuniões nos polos e municípios, com horários acessíveis.

USUÁRIOS

Grupos focais de quem utiliza serviços e vive os problemas.

DIGITAL

Consulta, documentos, dados e acompanhamento.

DEVOLUTIVA

Aceita, parcialmente aceita ou não aceita, com justificativa.

Fonte oficial: ALESP, PPA 2024-2027, LDO e LOA; participação popular nas audiências orçamentárias e monitoramento da execução pública.

20.7

Monitoramento, avaliação e aprendizagem

Indicador deve orientar decisão, não apenas preencher relatório.

POR QUE ISSO IMPORTA

Muitos programas medem atividades: reuniões, vagas abertas, equipamentos comprados. Esses dados são necessários, mas não demonstram mudança na vida da população. A avaliação deve combinar entrega, qualidade, cobertura e resultado.

ESTRATÉGIA REGIONAL

Cada missão terá poucos indicadores principais, linha de base e meta. Projetos terão indicadores operacionais. Avaliações independentes serão priorizadas em políticas de maior custo ou risco. Resultados alimentarão orçamento e revisão de desenho, evitando manter programas apenas porque já existem.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Indicadores atualizados no prazo e decisões documentadas com base na avaliação.

INSUMO

Recursos, equipe e estrutura mobilizada.

ENTREGA

Obra, serviço, atendimento ou produto concluído.

QUALIDADE

Prazo, padrão, acesso, satisfação e continuidade.

RESULTADO

Renda, saúde, aprendizagem, segurança ou ambiente.

Fonte oficial: ALESP, PPA 2024-2027, LDO e LOA; participação popular nas audiências orçamentárias e monitoramento da execução pública.

Gestão de riscos e integridade

Antecipar risco protege recursos, prazo e confiança.

POR QUE ISSO IMPORTA

Projetos regionais enfrentam riscos jurídicos, ambientais, financeiros, fundiários, técnicos e políticos. Ignorar conflitos de interesse, dependência de fornecedor ou baixa capacidade de operação pode comprometer a entrega.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A carteira terá matriz de riscos com probabilidade, impacto, responsável e mitigação. Contratações relevantes terão transparência reforçada, participação de controle interno e canais de denúncia. Mudanças de escopo e custo serão registradas. Integridade é parte da gestão, não etapa burocrática posterior.

INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Riscos críticos com plano de mitigação e ocorrências tratadas com transparência e prazo.

RISCO TÉCNICO

Projeto, solo, tecnologia, capacidade e desempenho.

RISCO INSTITUCIONAL

Competência, governança, decisão e continuidade.

RISCO FINANCEIRO

Custo, reajuste, receita, crédito e operação.

INTEGRIDADE

Conflito, contratação, fiscalização e denúncia.

Fonte oficial: ALESP, PPA 2024-2027, LDO e LOA; participação popular nas audiências orçamentárias e monitoramento da execução pública.

CARTEIRA PRIORITÁRIA

Agenda do Capítulo 20

Projetos propostos para pactuação regional, detalhamento técnico e busca de financiamento.

PROJETO	ENTREGA PRINCIPAL	HORIZONTE
Pacto Vale e Pontal 2035	Documento de responsabilidades, prioridades e governança entre instituições.	2027
Escritório Regional de Projetos	Equipe técnica para carteira, estudos, financiamento e monitoramento.	2027
Banco Regional de Projetos	Fichas, maturidade, documentos, custos, indicadores e fontes.	2027
Metodologia Pública de Priorização	Critérios, pontuação, decisão e revisão anual.	2027
Plano Financeiro da Carteira	CAPEX, OPEX, fontes, risco e capacidade fiscal.	Anual
Conferência Regional de Desenvolvimento	Prestação de contas, revisão de metas e participação territorial.	Anual
Painel Vale e Pontal 2035	Projetos, contratos, execução, indicadores e riscos.	2027
Avaliação Independente por Ciclo	Revisão técnica e social das missões e dos grandes projetos.	2028/2031/2035

COMPROMISSOS DE REPRESENTAÇÃO

- 1. Transformar propostas em carteira com responsável, custo, prazo, risco e indicador.
- 2. Publicar critérios de priorização e explicar decisões excepcionais.
- 3. Garantir participação com devolutiva e prestação de contas anual.
- 4. Revisar estratégias com base em evidências sem abandonar os objetivos de longo prazo.

Referência oficial: ALESP, PPA 2024-2027, LDO e LOA; participação popular nas audiências orçamentárias e monitoramento da execução pública.

Anexos técnicos e editoriais

Bases para auditoria territorial, validação de indicadores, priorização de projetos e revisão final.

“Credibilidade não vem da quantidade de páginas, mas da clareza das fontes, dos critérios, das responsabilidades e das limitações reconhecidas.”

TERRITÓRIO

Recorte, redes, polos e fluxos validados.

INDICADORES

Fontes, fórmulas, linhas de base e metas.

PROJETOS

Maturidade, custo, risco, operação e impacto.

REVISÃO

Controle de versão, consistência e acessibilidade.

ANEXO A

Matriz territorial de referência

OBJETIVO

A organização territorial utiliza sete redes funcionais como referência de planejamento regional. O objetivo é articular municípios por fluxos de saúde, trabalho, produção, logística, educação e serviços, sem eliminar a autonomia ou a identidade local. Cada indicador agregado deve informar claramente o recorte municipal, o ano-base e a fonte adotada.

APLICAÇÃO

As redes orientam a priorização de projetos, a cooperação entre municípios e a leitura dos ativos regionais. Polos são definidos por função e capacidade de atendimento; distâncias devem considerar rota e tempo de deslocamento. Os mapas estratégicos apoiam o planejamento e não substituem cartografia oficial.

REGRA 1

Rede econômica não precisa coincidir com rede de saúde.

REGRA 2

Polo político não substitui centralidade técnica comprovada.

REGRA 3

Distância deve ser medida por rota e tempo, não apenas linha reta.

REGRA 4

Mapas regionais explicam estratégia e devem indicar sua natureza.

ANEXO B

Carteira de projetos por rede - método

OBJETIVO

Cada rede terá uma carteira com projetos estruturantes, complementares e locais. O objetivo é evitar que todos os municípios disputem o mesmo equipamento e, ao mesmo tempo, assegurar que os serviços cheguem à população.

APLICAÇÃO

Projetos estruturantes atendem várias redes ou toda a região. Projetos complementares conectam municípios e sustentam cadeias ou serviços. Projetos locais resolvem gargalos de acesso e operação. A classificação não define importância política; define escala e modelo de financiamento.

ESTRUTURANTE

Logística, hospitais, dados, formação, energia e governança.

COMPLEMENTAR

Centros, terminais, laboratórios e redes temáticas.

LOCAL

Acesso, unidade, equipamento e atendimento de proximidade.

CRITÉRIO

Impacto, equidade, prontidão, operação e sustentabilidade.

ANEXO C

Matriz de indicadores 2035

OBJETIVO

O painel final deve combinar indicadores de contexto, resultado e execução. Linhas de base serão obtidas em fontes oficiais e documentadas com ano, unidade e fórmula.

APLICAÇÃO

Metas serão definidas após validação do recorte territorial. Nenhum número será apresentado como meta oficial sem linha de base e método. Indicadores podem ser revistos quando a fonte muda, mantendo série comparável e nota metodológica.

ECONOMIA

Emprego, renda, produtividade, empresas e arrecadação.

SOCIAL

Acesso, espera, aprendizagem, proteção e inclusão.

TERRITÓRIO

Mobilidade, conectividade, habitação, água e risco.

GOVERNANÇA

Projetos, execução, prazo, participação e transparência.

ANEXO D

Protocolo de fontes e evidências

OBJETIVO

Dados externos devem vir de fontes oficiais ou bases reconhecidas, com ano e unidade. Informações autobiográficas e propostas autorais não precisam de citação, mas devem ser claramente apresentadas como trajetória ou visão.

APLICAÇÃO

Cálculos próprios identificarão base, numerador, denominador e procedimento. Estimativas indicarão hipóteses. Mapas esquemáticos serão rotulados como proposta e não substituirão cartografia oficial.

Esta edição mantém consistência, rastreabilidade das fontes e links verificáveis.

Esta edição mantém consistência, rastrea

OFICIAL

IBGE, Seade, ministérios, secretarias, agências e legislação.

CÁLCULO PRÓPRIO

Fórmula, bases, recorte e data de elaboração.

PROPOSTA

Texto autoral, cenário ou desenho institucional.

MAPA

Fonte cartográfica, escala, data e natureza esquemática ou oficial.

ANEXO E

Glossário de implementação

OBJETIVO

O glossário reduz ambiguidades e ajuda gestores, cidadãos e parceiros a utilizar os mesmos conceitos.

APLICAÇÃO

Termos técnicos devem ser usados apenas quando acrescentarem precisão. Nesta edição, cada sigla aparecerá por extenso na primeira ocorrência e o glossário será vinculado ao sumário.

POLO

Centro com funções de maior escala ou complexidade.

REDE

Conjunto de municípios e instituições conectados por fluxos e objetivos.

PROJETO BANCÁVEL

Proposta com estudo, riscos, custos, operação e fonte de recursos.

INDICADOR

Medida definida para acompanhar contexto, entrega ou resultado.

ANEXO F**Critérios de qualidade da edição final****OBJETIVO**

A edição final adota critérios territoriais, factuais, jurídicos, orçamentários, editoriais, visuais e de acessibilidade.

APLICAÇÃO

A qualidade do plano exige propostas compatíveis com as competências públicas, números acompanhados de fonte, mapas coerentes com o recorte, metas com linha de base e projetos com operação e manutenção definidas. Atualizações futuras devem preservar rastreabilidade e histórico das alterações.

TERRITÓRIO

Municípios, redes, polos, rotas e equipamentos.

DADOS

Fonte, ano, unidade, cálculo e consistência.

POLÍTICA PÚBLICA

Competência, instrumento, custo e execução.

PUBLICAÇÃO

Texto, imagens, acessibilidade, direitos e navegação.

ANEXO G

Carteira consolidada de projetos

CAP.	PROJETO	ENTREGA	HORIZONTE
14	Atlas das Cadeias Agroindustriais	Mapeamento de produção, empresas, infraestrutura, resíduos, mercados e projetos de verticalização.	2027
14	Programa Distritos Agroindustriais em Rede	Projetos executivos e infraestrutura comum para polos complementares.	2027-2030
14	Central Regional de Compras da Agricultura Familiar	Calendário, habilitação, logística e monitoramento de contratos públicos.	2027
14	Fundo de Projetos Produtivos	Pré-investimento, engenharia, licenciamento e estruturação financeira.	2027-2028
14	Rede de Laboratórios e Extensão	Ensaio, sanidade, qualidade, rastreabilidade e inovação aplicada.	2028
14	Programa Bioenergia do Interior	Carteira de biogás, biometano, cogeração e aproveitamento de resíduos.	2028-2032
14	Escritório Cooperativo Regional	Apoio profissional a cooperativas e associações produtivas.	2027
14	Pacto de Fornecedores Locais	Integração de pequenas empresas às cadeias e compras das âncoras.	2027-2035
15	Plano Regional de Turismo 2035	Inventário, governança, posicionamento, rotas e carteira de investimentos.	2027
15	Portal e Calendário Integrado	Agenda, mapas, operadores, reservas e dados de visitação.	2027
15	Rota das Águas do Pontal	Infraestrutura e serviços náuticos conectando Presidente Epitácio, Rosana e entorno.	2027-2030
15	Circuito Ferrovia e Memória	Reuso de estações, museus, ciclorrotas e experiências ferroviárias.	2028-2032
15	Circuito Regional de Cultura	Circulação de espetáculos, exposições, feiras e formação técnica.	2027
15	Programa Destino Acessível	Adequação progressiva de atrativos, eventos e informação.	2027-2035
15	Observatório do Turismo	Fluxo, gasto, ocupação, empregos, eventos e satisfação.	2027
15	Fundo de Promoção Cooperada	Campanhas e participação em mercados com governança público-privada.	2028
16	Observatório Regional de Segurança e Riscos	Painel oficial com criminalidade, trânsito, emergências e defesa civil.	2027
16	Programa Endereço Rural Seguro	Georreferenciamento, rotas e protocolos de emergência.	2027-2029
16	Rede Integrada de Proteção às Mulheres	Protocolo, referência regional, transporte e acompanhamento de risco.	2027

ANEXO G

Carteira consolidada de projetos

CAP.	PROJETO	ENTREGA	HORIZONTE
16	Pacto Juventude Protegida	Busca ativa, contraturno, qualificação e primeiro emprego.	2027-2035
16	Plano Regional de Segurança Viária	Trechos críticos, travessias, resposta e fiscalização contratual.	2027-2028
16	Plano Regional de Contingência	Riscos, recursos, abrigos, comunicação e simulados.	2027
16	Rede SP Sem Fogo Regional	Prevenção, brigadas, equipamentos e monitoramento.	Anual
16	Centro de Coordenação Regional	Interoperabilidade para crises, eventos e operações conjuntas.	2028
17	Plataforma Regional de Serviços	Catálogo, protocolo, autenticação, acompanhamento e atendimento multicanal.	2027-2029
17	Adesão Regional ao SEI Cidades	Processos digitais, modelos comuns, capacitação e indicadores.	2027
17	Observatório Regional de Dados	Indicadores, mapas, projetos e dados abertos com governança.	2027
17	Núcleo de Cibersegurança Municipal	Políticas mínimas, monitoramento, resposta e continuidade.	2027-2028
17	Laboratório Cidades Inteligentes	Pilotos, avaliação de tecnologia e apoio a contratações.	2028
17	Programa Conectividade Rural	Mapeamento, articulação e soluções para áreas produtivas e serviços.	2027-2032
17	Rede de Pontos de Inclusão Digital	Atendimento assistido em escolas, bibliotecas e centros comunitários.	2027
17	Painel Público de Projetos	Metas, prazos, contratos, indicadores e execução financeira.	2027
18	Pacto Regional de Talentos	Mapa de competências, carreiras, retorno de egressos e atração de profissionais.	2027
18	Qualificação por Demanda	Turmas vinculadas a vagas, cadeias produtivas e acompanhamento de inserção.	2027
18	Plataforma de Aprendizagem e Estágio	Vagas, apoio a empresas, supervisão e mobilidade regional.	2027-2028
18	Rede de Empreendedorismo Assistido	Mentoria, mercado, compras públicas e crédito responsável.	2027
18	Circuito Esporte e Cultura	Núcleos permanentes, eventos regionais e proteção social.	2027-2035
18	Rede Regional de Saúde Mental	Atenção básica, especialistas, teleapoio e fluxos de crise.	2027-2030

ANEXO G

Carteira consolidada de projetos

CAP.	PROJETO	ENTREGA	HORIZONTE
18	Pacto da Longevidade	Certificação, cidades acessíveis, cuidado e economia prateada.	2027-2035
18	Programa Território Acessível	Auditoria e adequação progressiva de obras, serviços e comunicação.	2027-2035
19	Lei de Desenvolvimento Regional em Rede	Governança, planejamento, dados, projetos e cooperação intermunicipal.	2027
19	Programa Estadual de Escritórios de Projetos	Apoio técnico a consórcios e municípios para estruturar investimentos.	2027-2028
19	Marco de Transparência de Contratos Regionais	Painéis de concessões, obras, serviços e metas territoriais.	2027
19	Agenda Regional no PPA/LDO/LOA	Propostas programáticas e orçamentárias com metas e indicadores.	Anual
19	Política de Emendas por Missões	Critérios públicos, carteira técnica e acompanhamento de resultados.	Anual
19	Observatório Legislativo Regional	Leis, orçamento, fiscalização e indicadores do mandato.	2027
19	Escritório Regional e Agenda nos Polos	Atendimento protocolado, equipe técnica e devolutiva.	2027
19	Conferência Anual de Prestação de Contas	Balanço, avaliação cidadã e revisão dos compromissos.	Anual
20	Pacto Vale e Pontal 2035	Documento de responsabilidades, prioridades e governança entre instituições.	2027
20	Escritório Regional de Projetos	Equipe técnica para carteira, estudos, financiamento e monitoramento.	2027
20	Banco Regional de Projetos	Fichas, maturidade, documentos, custos, indicadores e fontes.	2027
20	Metodologia Pública de Priorização	Critérios, pontuação, decisão e revisão anual.	2027
20	Plano Financeiro da Carteira	CAPEX, OPEX, fontes, risco e capacidade fiscal.	Anual
20	Conferência Regional de Desenvolvimento	Prestação de contas, revisão de metas e participação territorial.	Anual
20	Painel Vale e Pontal 2035	Projetos, contratos, execução, indicadores e riscos.	2027
20	Avaliação Independente por Ciclo	Revisão técnica e social das missões e dos grandes projetos.	2028/2031/2035

ANEXO H

Painel de indicadores e fontes

EIXO	INDICADOR	FONTE PRIORITÁRIA	FREQUÊNCIA
Economia	Emprego formal e industrial	RAIS/Novo Caged/Seade	Anual/Mensal
Economia	Renda e massa salarial	RAIS/Seade/IBGE	Anual
Economia	PIB e valor adicionado	IBGE/Seade	Anual
Empresas	Estabelecimentos, abertura e sobrevivência	Receita/Jucesp/Seade	Anual
Agricultura	Produção, produtividade e valor	IBGE PAM/PPM/IEA	Anual
Turismo	Fluxo, ocupação, gasto e empregos	Setur/MTur/Caged	Mensal/Anual
Saúde	Acesso, espera e produção assistencial	Datasus/SES-SP	Mensal
Educação	Aprendizagem, matrícula e evasão	Inep/SEE-SP	Anual

Regra: toda publicação deve informar fonte, ano, unidade e recorte. Cálculos próprios devem explicar fórmula e bases. Metas só serão fechadas após validação das linhas de base.

ANEXO H

Painel de indicadores e fontes

EIXO	INDICADOR	FONTE PRIORITÁRIA	FREQUÊNCIA
Habitação	Déficit, inadequação e regularização	FJP/SNH/municípios	Periódico
Infraestrutura	Obras, condição, acidentes e contratos	DER/Artesp/Infosiga	Mensal
Ambiente	Água, resíduos, incêndios e risco	Cetesb/ANA/Defesa Civil	Mensal/Anual
Social	Vulnerabilidade, violência e proteção	SEDS/SSP/Saúde	Mensal/Anual
Digital	Serviços, prazo, disponibilidade e incidentes	Municípios/SGGD	Mensal
Governança	Projetos, execução e participação	Escritório/Painel público	Trimestral
Mandato	Leis, orçamento, fiscalização e compromissos	ALESP/Painel do mandato	Trimestral

Regra: toda publicação deve informar fonte, ano, unidade e recorte. Cálculos próprios devem explicar fórmula e bases. Metas só serão fechadas após validação das linhas de base.

PLANEJAR, REALIZAR E PRESTAR CONTAS

O Futuro Começa no Interior transforma diagnóstico em prioridades, projetos e compromissos de representação. O mandato deve organizar a região para disputar investimentos, acompanhar a execução e mostrar à população, com transparência, o que avançou, o que está em andamento e o que ainda precisa ser feito.

1

Manter presença permanente no Vale e no Pontal.

2

Transformar prioridades em projetos com responsável, prazo, custo e indicador.

3

Articular municípios, universidades, empresas e Governo do Estado.

4

Fiscalizar orçamento, contratos, serviços e resultados.

5

Publicar o andamento das entregas e prestar contas todos os anos.

6

Defender o interior com planejamento, escala regional e capacidade de execução.

O FUTURO COMEÇA NO INTERIOR

Plano de atuação parlamentar e desenvolvimento regional | Versão final - agosto de 2026

VOTE CAVUTO 30.230